



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL

LORENA MARIA DE FRANÇA FERREIRA

**O ESTADO, AS NORMALISTAS E A INFÂNCIA EM TERESINA  
(1900-1940)**

TERESINA – PI

2017

LORENA MARIA DE FRANÇA FERREIRA

**O ESTADO, AS NORMALISTAS E A INFÂNCIA EM TERESINA  
(1900-1940)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Programa de Mestrado em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup>. Elizangela Barbosa Cardoso.

TERESINA – PI

2017

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras  
Serviço de Processamento Técnico

F383e      Ferreira, Lorena Maria de França.  
                    O estado, as normalistas e a infância em Teresina  
(1900-1940) / Lorena Maria de França Ferreira. – 2017.  
                    150f.

                    Dissertação (Mestrado em História do Brasil) –  
Universidade Federal do Piauí, 2017.

                    Orientação: Professora Dr<sup>a</sup>. Elizangela Barbosa

CDD 981.22

LORENA MARIA DE FRANÇA FERREIRA

**O ESTADO, AS NORMALISTAS E A INFÂNCIA EM TERESINA  
(1900-1940)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Programa de Mestrado em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup>. Elizangela Barbosa Cardoso.

DEFESA EM : 25/ 08/2017

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Elizangela Barbosa Cardoso (Orientadora)

---

Professor Dr<sup>a</sup> Elisabeth Sousa Abrantes (Membro Externo)

---

Professora Dr<sup>a</sup> Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (Membro Interno)

---

Professor Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco (Suplente)

TERESINA – PI

2017

Dedico este trabalho à minha família.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de existir e de procurar sempre evoluir de forma positiva nas relações pessoais e no meio acadêmico.

Também gostaria de agradecer à minha família pelo incentivo e apoio dedicados a mim durante todos esses anos de minha existência, demonstrando que o afeto pode construir uma imponente força que nos mantém firmes e seguros nos caminhos mais tortuosos da vida. Agradeço aos meus irmãos, Luana e Éverton, por serem sempre os meus exemplos de pesquisadores e profissionais, e pelos momentos em que compartilhamos os fardos e as alegrias que o mundo acadêmico nos proporciona. Em especial gostaria de agradecer à minha mãe, Socorro França, pelo exemplo de força e de dedicação aos filhos. E ao meu pai pelo esforço em educar os seus filhos da melhor maneira possível.

Gostaria de agradecer ao meu companheiro de caminhada pelas estradas da vida, Hudson Nogueira, por sempre confiar no meu potencial como pessoa e como profissional no campo da história. Pela dedicação do seu tempo, do seu amor e dos seus cuidados nos momentos mais obscuros do último ano.

Devo também agradecer aos meus amigos que fizeram com que o curso de pós-graduação se tornasse mais leve: Gigi Leal, José Elierson, Camila Melo, Rodrigo Queiroz, Francilene Morais, Vinicius Cardoso, Pablo Carvalho, Daniel Sá e Nayane. Além do meu grupo de “amigas” que sempre se mostrou companheiro em todos os momentos dos últimos anos: Sabrina Verônica, Débora Cardoso, Loriane Rocha e Raquel.

Gostaria de agradecer também à professora Elizangela Cardoso pelo apoio, incentivo e pelos momentos de amizade, a qual soube me guiar pelo mundo acadêmico com paciência e amor.

Gostaria de agradecer também aos professores que fizeram parte da minha história acadêmica na UFPI: Teresinha Queiroz, Pedro Vilarinho, Jhonny Santana e Alcides Nascimento.

Gostaria também de agradecer a Capes pelo financiamento da pesquisa durante os últimos anos, pois sem essa contribuição seria bem mais complicada a realização e a finalização deste trabalho.

Minha escola primária...  
Eu era um casulo feio, informe, inexpressivo.  
E ela me refez, me desencantou.  
Abriu pela paciência e didática da velha mestra,  
cinquentanos mais do que eu, o meu entendimento ocluso.  
A escola da Mestra Silvina...  
Tão pobre ela. Tão pobre a escola...  
Sua pobreza encerrava uma luz que ninguém via.  
Tantos anos já corridos...  
Tantas voltas deu-me a vida...  
[...]

Mestra Silvina - Cora Coralina

## RESUMO

A educação durante as primeiras décadas do século XX era percebida como um instrumento de adequação social aos padrões de civilidade trazidos dos países europeus ao Brasil, algo que foi bastante defendido e difundido tanto por intelectuais quanto pelos governantes. Assim foi sendo percebida e desenvolvida na primeira metade do século diante das possibilidades políticas, econômicas e sociais. A educação foi construída como um mecanismo de poder do estado na formação de sujeitos desejados, voltando-se às mulheres e às crianças. Com isso o trabalho tem como objetivos: evidenciar as ações do poder público na construção de um sistema de ensino, evidenciando os discursos, os desejos e as práticas desenvolvidas para a constituição de um ensino que pudesse atender as projeções locais sobre a sociedade; analisar na formação da infância como uma fase destinada ao ensino, mostrando os discursos pedagógicos e as modificações curriculares escolar do ensino primário; compreender a formação das mulheres como sujeitos atuantes no processo de educação infantil através da normatização do ensino pela Escola Normal; e também analisar as infâncias através das ações das normalistas na educação infantil, para isso se utilizando das memórias. Para o desenvolvimento da pesquisa foram analisadas fontes oficiais: mensagens governamentais, relatórios de governo, programas de ensino, legislações vigentes sobre a educação, jornais locais, memórias e fontes bibliográficas.

Palavras-chave: Educação. Normalistas. Infância.



## **ABSTRACT**

Education during the first decades of the twentieth century was perceived as an instrument of social adaptation to the standards of civility brought European countries to Brazil, something that was quite widespread and defended both by intellectuals as by governments. Thus it was perceived and developed in the first half of the century in the face of political, economic and social possibilities. Education was built as a mechanism of state power in the training of desired subjects, turning to women and children. With this work aims to: highlight the actions of the government in the construction of an educational system, evidencing the speeches, the desires and practices developed for the establishment of a school that could meet the local projections of the company; analyze in the formation of childhood as a phase aimed at teaching, showing pedagogical discourses and school curriculum modifications of primary education; understand the training of women as subjects in the process of early childhood education through the standardization of teaching by the Normal School; and also to analyze the childhoods through the actions of the normalists in the infantile education, for that if using of the memories. For the development of the research were analyzed official sources: government messages, government reports, educational programs, current legislation on education, local newspapers, memoirs and bibliographic sources.

**Keywords:** education, normalistas, childhood.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: BRASIL: ÍNDICE DE ANALFABETISMO – 1880 – 1920.....	19
TABELA 2: FREQUÊNCIA À ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES 1910-1921.....	37
TABELA 3: QUANTIDADE DE MATRICULAS NO ENSINO PRIMÁRIO NO PIAUÍ DE 1911 A 1920.....	38
TABELA 4: NÚMERO DE CONCLUSÕES DA ESCOLA NORMAL DE 1912 E 1921.....	77
TABELA 5: QUANTIDADE DE MATRÍCULAS E CONCLUDENTES DE 1930 A 1939.....	91

## SUMÁRIO

<b>I INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 O ESTADO, A INFÂNCIA E A ESCOLARIZAÇÃO</b> .....	17
2.1 INTERVENÇÃO DO ESTADO NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA.....	17
2.2 PRODUÇÃO PEDAGÓGICA .....	59
<b>3 A EDUCAÇÃO FEMININA E A ESCOLA NORMAL</b> .....	66
3.1 EDUCAÇÃO FEMININA .....	67
3.2 ESCOLA NORMAL .....	73
3.3 OS CURRÍCULOS DA ESCOLA NORMAL .....	93
<b>4 AS NORMALISTAS E A EDUCAÇÃO INFANTIL</b> .....	106
4.1 PERFIS DAS NORMALISTAS.....	106
4.2 O MESTRE-ESCOLA E A NORMALISTA .....	112
4.3 CURRÍCULOS DO ENSINO PRIMÁRIO.....	123
4.4 A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA, A INFÂNCIA E O CORPO INFANTIL .....	133
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	140
<b>FONTES E REFERÊNCIAS</b> .....	143

## I INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da educação no Brasil, nos primeiros anos do século XX, continua perpassado por discussões. Isto está relacionado com a urbanização, a organização da vida e das relações sociais conforme as ideias tidas como modernas e civilizadoras.

Nas primeiras décadas do século XX, o meio urbano de Teresina sofreu modificações estruturais e a sociedade local, mudanças comportamentais. Era um período de fluxos migratórios de áreas rurais e dos demais estados para a cidade, na expectativa de obtenção de melhoria nas condições de vida e de formação escolar.<sup>1</sup> Isso provocou modificações também no âmbito educacional.

O cotidiano da cidade durante esse período estava direcionado à atuação do Estado, que objetivava controlar os costumes, as ações das pessoas e a estrutura física da cidade. Ao expor o que deveria ser aceito pelo governo, provocaria a delineação da sociedade, a qual deveria se formar sob os signos da modernidade, proporcionando a formação social que se distanciasse dos costumes vindos do mundo rural em prol de um modelo urbano.

As mudanças não foram expressivas, em especial os aspectos quantitativos. A cidade não havia perdido os seus vínculos com as práticas do mundo rural, a economia estava ligada às práticas rurais e de subsistência e a maioria da população habitava em regiões interioranas.<sup>2</sup>

No período em estudo, pôde-se perceber que, apesar da tentativa de adequação ao modelo de moderno vindo da Europa, isso não se efetivava diante da conjuntura local, tanto da cidade como do poder público, dificultando o alcance do desenvolvimento desejável. As modificações da instrução aconteceram mais no papel do que efetivamente pelo Piauí afora. Muitas leis, regras e reformas foram impostas pelo governo e intelectuais locais sem, essencialmente, representarem o desenvolvimento educacional.

Com isso, durante as primeiras décadas do século XX, Teresina estava em processo de transição de uma cidade que vivia sob os moldes do mundo rural, para uma cidade que tentava seguir o modelo de modernização europeia, desejando profundas transformações estruturais, modificando as estruturas física e social, ao inserir no cotidiano novas formas de sociabilidade, em especial anseios incidiam sobre o corpo, que ensaiava novos gestos e jeitos.

---

<sup>1</sup> CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **História e masculinidades:** a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX. Teresina: EDUFPI, 2008.

<sup>2</sup> Id., 2008.

O corpo e a educação vieram juntamente com as novidades, os novos discursos possibilitaram que eles fossem evidenciados, criando modelos de corpos desejáveis para a nação que se delineava.

O interesse pela pesquisa da história da mulher e das crianças, abordando a história da educação, aconteceu ao perceber a presença regular de dados sobre o desenvolvimento do ensino nas primeiras décadas do século XX nas mensagens governamentais do Estado do Piauí. Os discursos dos governantes direcionaram o olhar sobre esses sujeitos que estavam sendo alvo de discursos e de práticas do poder público.

Os estudos sobre a infância ainda devem avançar, pois esta é uma categoria social plural que é atravessada por questões de classe, etc. que deve romper as percepções de existência de uma “infância universal”. Com isso aconteceria o abandono da ideia que a infância é “objeto passivo de práticas sociais, culturais, educacionais, políticas”, para sujeito e ator social<sup>3</sup>. Desta maneira, a pesquisa desenvolvida expõe a infância sendo significada pelo poder público, mas também destina a mostrar as vivências da infância através das memórias.

Os sujeitos em análise foram evidenciados no âmbito da educação diante do contexto de modernização da cidade, da sociedade e da educação, ressignificados por ideias que estavam em voga nos grandes centros urbanos do Brasil, como o Rio de Janeiro e Recife, e também do exterior. Com isso a cidade passou a ser plano de fundo para os sujeitos diante de sua redefinição espacial, um espaço de sociabilidades de pleno fluxo de informações, trocas, comércio e disputas ideológicas, políticas e por poder.

Teresina, nas primeiras décadas do século XX, mostrou-se um ambiente que tinha passado por modificações estruturais, sociais e políticas que acabaram por exercer força sobre a educação infantil e feminina. Ambas ganharam visibilidade em diversos espaços da cidade como os ambientes destinados à instrução, os locais de lazer e de saúde.

O trabalho objetiva mostrar como as mulheres na Escola Normal e a educação escolar em Teresina, foram moldadas, especialmente nas quatro primeiras décadas do século XX e como este processo se articula com a presença das normalistas e das professoras diante das suas conquistas por espaço na sociedade que as percebia como instrumentos educacionais. No entanto, vale ressaltar que apesar da possibilidade de adentrarem a educação, isso não se fez por uma questão de abertura de espaço do masculino para o feminino, mas de criação de possibilidades e lutas femininas, que também se apropriaram das oportunidades. Com isso a pesquisa toma como um dos seus sujeitos as mulheres normalistas e professoras.

---

<sup>3</sup> PRETTO, Zuleica; LAGO, Mara C. de S. Reflexões sobre infância e gênero a partir das publicações em revistas feministas brasileiras. **Revista Ártemis**, v. 15, Jan-Jul 2013, p.57.

A infância foi ressignificada pela educação durante as primeiras décadas do século XX, como uma fase da vida que requer atenção e cuidados, além da sua valorização como continuidade familiar. Assim à infância são destinadas a instrução e as atividades pedagógicas.

Este destino se relaciona com a função das normalistas, que irão ocupar os espaços escolares destinados à instrução da infância. Assim, a pesquisa evidenciou a infância e sua relação com a educação primária e as normalistas, na tentativa de compreender a atuação feminina na educação infantil.

A pesquisa contribuiu com outros estudos que tratam sobre mulher na Escola Normal e da educação piauiense para isso, inicialmente, deve ser mencionada a obra de Amparo Ferro intitulada *Educação e sociedade no republicano*<sup>4</sup>, em qual é possível analisar as configurações da sociedade teresinense na educação diante da República que estava sendo consolidada, também merece destaque as produções de Antônio Pádua Lopes *Beneméritas da instrução: a feminização do magistério primário piauiense*<sup>5</sup> e *Superando a pedagogia sertaneja: grupo escolar, escola normal e modernização da escola primária pública piauiense. (1908-1930)*<sup>6</sup>, em qual a primeira destina-se a analisar o processo de inserção das mulheres no magistério piauiense através da Escola Normal como a constituidora de uma hegemonia feminina sobre a masculina, e a segunda analisa todo o processo de modernização do ensino no estado nas primeiras décadas do século XX.

As produções sobre a Escola Normal de Teresina, durante as primeiras décadas do século em estudo contam com contribuições consideráveis para as análises do feminino. As mulheres são colocadas como sujeitos perpassados pelas ações do Estado do Piauí e das novidades vindas do Governo Federal, evidenciando as modificações curriculares e nas atribuições feitas ao feminino, como aparecem nas dissertações de mestrado de Joseanne Marinho intitulada *Entre Letras e Bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949)*<sup>7</sup> e de Norma Patricya Soares denominada de *Escola Normal em Teresina (1864-2003): reconstruindo uma memória da formação de professores*<sup>8</sup>.

---

<sup>4</sup> FERRO, Maria do Amparo Borges. *Educação e sociedade no republicano*. 1996. 138f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1996.

<sup>5</sup> LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. *Beneméritas da instrução: a feminização do magistério primário piauiense*. 1996. 242 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1996.

<sup>6</sup> LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. *Superando a pedagogia sertaneja: grupo escolar, escola normal e modernização da escola primária pública piauiense. (1908-1930)* 2001, 250f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2001.

<sup>7</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. *Entre Letras e Bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949)*. 2008. 183f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

<sup>8</sup> SOARES, 2004.

Outras contribuições sobre as relações do feminino e do masculino em Teresina na primeira metade do século XX quanto a educação também devem ser destacadas por representarem possibilidades de desenvolvimentos de pesquisa. Dentre essas são destacadas as produções de Pedro Vilarinho Castelo Branco intituladas de *História e masculinidades: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX*<sup>9</sup> e *Mulheres Plurais*<sup>10</sup>, essas produções constituem em importantes contribuições logo que destacam as construções sobre o masculino e o feminino a partir das novas sociabilidades na República. Elizangela Barbosa Cardoso também contribui para o entendimento das mulheres em Teresina através de suas produções *Múltiplas e Singulares: História e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*<sup>11</sup> e *Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)*<sup>12</sup>, em quais evidenciam as percepções sobre o feminino, a educação e as produções de intelectuais locais sobre as mulheres.

A dissertação se divide em três capítulos. O primeiro pôs em evidência as ações sobre a instrução no Piauí, em especial em Teresina, desde discursos, ações, produções educacionais e caminhos trilhados pela instrução e a sua relação com a escolarização da infância. Assim são destacadas as informações colhidas em fontes oficiais, mensagens governamentais, relatórios de governo, leis, decretos e programas de ensino. A intervenção do governo na instrução e na construção da infância como um momento de aprendizado, se faz em especial em espaços destinados à educação e com agentes de ensino do estado, o poder do Estado diante da educação, da ação docente e da construção de espaços escolares.

A utilização de fontes oficiais no trabalho, entra em harmonia com os outros trabalhos publicados referentes a historiografia da educação brasileira, como coloca Moysés Kuhlmann Jr.. Sendo essas utilizadas como forma de retratar o quadro educacional piauiense, apontando as continuidades e descontinuidades referente as ações do poder público<sup>13</sup>.

Assim, para a análise do corpus documental utilizado na pesquisa terá como norteador Michael de Certeau<sup>14</sup>. Tendo por base suas proposições sobre a construção do saber histórico e dos questionamentos sobre as fontes, o que pensar quanto à produção do corpus documental

---

<sup>9</sup> CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *História e masculinidades: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX*. Teresina: EDUFPI, 2008.

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_. *Mulheres Plurais*. 3 ed. Teresina: Edufpi, 2013.

<sup>11</sup> CARDOSO, Elizangela. *Múltiplas e Singulares: História e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

<sup>12</sup> \_\_\_\_\_. *Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)*. Tese (Universidade Federal Fluminense). Rio de Janeiro, 2010.

<sup>13</sup> KUHLMANN JR., Moysés. Raízes da historiografia educacional brasileira (1881-1922). **Cadernos de Pesquisa**, n. 106, março/1999, p. 159-171.

<sup>14</sup> CERTEAU, Michael. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

utilizado na pesquisa, evidenciando que “a escrita da história se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas”<sup>15</sup>. Dessa maneira, a pesquisa proposta tem como analisar e perceber as influências exercidas na construção do corpus documental, sem negar que o conhecimento produzido não está isento de subjetividades.

Além disso, são utilizadas as produções publicadas em periódicos: *Amarante*, *Correio de Oeiras*, *O Apóstolo*, *Nortista* e *Andorinha*, direcionadas à educação como maneira de verificar as condições de ensino e as ideias pedagógicas que adentravam o campo educacional.

O segundo capítulo tem como objetivo mostrar a inserção feminina na educação local e nos espaços públicos através das ações das normalistas e professoras, além de mostrar como era constituído o modelo de professora normalista em Teresina. Para isso foram utilizadas informações sobre a construção da Escola Normal do Piauí, destacando as questões em que essas se inseriam.

Visou-se pôr em evidência a inserção feminina na educação e as relações que isso tem com as percepções sobre a mulher, destinada ao casamento, à maternidade, à educação dos filhos e à nação, além de mostrar como foram constituídas as políticas educacionais sobre os corpos femininos ao normatizar e moldá-los através da educação. Para isso utilizaram-se fontes produzidas pelo poder público, como leis e decretos, os discursos das normalistas e de professores da Escola Normal sobre o ensino e a mulher na instrução; e a utilização de memórias para a construção da narrativa sobre a Escola Normal.

O último capítulo da dissertação destinou-se a analisar a inserção das normalistas na educação primária, evidenciando as relações das crianças com as professoras normalistas no ambiente escolar, destacando as ações e as convivências entre ambos os segmentos. Para isso usaram-se como possibilidade de conhecimento a memória e as relações da educação primária com o corpo infantil. O trabalho se estende até a década de 1940, apesar de não adentrar-se nas questões vindas com as percepções de uma infância que estava sendo criada, mas evidenciar a continuidade do modelo infantil que estava sendo construído ligado às normalistas.

Para conhecer os perfis dessas normalistas foram usadas publicações no jornal *Diário do Piauí*, possibilitando retratar a imagem da estudante da Escola Normal na sociedade. Para dar visibilidade a inserção feminina no ensino primário, foram utilizadas as memórias de

---

<sup>15</sup> CERTEAU, 2000, p.66.



Leônidas Mello, Antônio Sampaio Pereira, Genu Moraes e Buggy Britto. E para finalizar o trabalho, evidenciou-se a educação primária e o corpo infantil, mostrando a participação das normalistas e das professoras na instrução e na construção da infância. Para atingir tal objetivo, para isso foram utilizadas as memórias de Carlos Monteiro e Buggy Britto.

## **2 O ESTADO, A INFÂNCIA E A ESCOLARIZAÇÃO**

Neste capítulo destaca-se o processo de sistematização e institucionalização da educação ofertada pelo Estado nas primeiras décadas do século XX, mostrando os discursos sobre a educação produzidos pelo governo e a atuação do poder público neste campo, a relação entre infância e espaço escolar, o controle sobre os docentes, normas, regimentos e atuação dos inspetores de ensino; os espaços destinados ao ensino, evidenciando as novas percepções sobre o ambiente escolar e a higienização; e também o ensino que estava sendo desenvolvido pelo Piauí, através das novas produções pedagógicas que se destinavam a adequar o ensino às concepções educacionais em voga nos primeiros anos do século XX. E por último, o presente capítulo apresenta os currículos destinados ao ensino primário nas escolas piauienses, mostrando as divisões curriculares que aconteciam diante das novas divisões de séries escolares, e as relações dos educadores com o ensino infantil.

Este capítulo tem como objetivo analisar a educação no Piauí através da ação do poder público estadual, que se utilizava de novas formas de controle social e educacional para a consolidação de um modelo de ensino, das ideias de civilidade que eram desejadas para a infância e o futuro do Brasil republicano.

### **2.1 INTERVENÇÃO DO ESTADO NA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA**

Nos anos iniciais do século XX, no Brasil, a educação continua como um processo de melhoramento social que vinha antes mesmo de se instaurar a República. A educação desde o período imperial passa a ser um instrumento de adequação social aos padrões de civilidade trazidos dos países europeus ao Brasil, algo que foi bastante defendido e difundido tanto por intelectuais quanto pelos governantes. Ansiava-se difundir o ensino pelo Brasil, isso estava

ligado ao modelo de política instalado, a República, que contava com o voto como um das formas de exercer o direito político nas eleições.

Isso se liga ao ensino ao ficar estabelecido que o público votante e o elegíveis seria aquele que fosse alfabetizado. Uma relação que entra em desenvolvimento especialmente nos meios urbanos brasileiros, logo que as cidades passaram a concentrar uma grande parcela da população, como destaca Maria do Amparo Ferro.

Com a crescente urbanização e modernização, crescia a necessidade de pessoas alfabetizadas, porque as técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo, tornavam-se fatores importantes e necessários para a adaptação ao meio social e ao desempenho de determinadas atividades fundamentais na modernidade. Daí a intensificação de campanhas difundindo o ensino<sup>16</sup>.

Pode-se perceber que a cidade no período republicano representou o local de desenvolvimento do ensino e da modernização, abrangendo as relações sociais que não se limitavam a educar a população, mas atingir as relações de trabalho, as familiares, etc.

A República se configura como um momento de jogo político que atinge a esfera da educação diante da necessidade de formar uma população alfabetizada que pudesse votar. Dessa forma, educar uma grande quantidade de pessoas era uma das questões da República nos anos iniciais do século XX, mas isso requeria que o poder público investisse em um ensino que atingisse a parte mais pobre da sociedade, assim deveria ser um momento de educar os pobres para que o número de votantes aumentasse.

No entanto, não seria esse momento que tentaria igualar o ensino para toda a população, já que o ensino primário deveria ser desenvolvido para um grande número de pessoas, em especial para aquelas que estavam à margem da sociedade, combatendo através do ensino público as mazelas sociais<sup>17</sup>. Porém o ensino em todos os seus graus não chegaria a todas as classes sociais. Assim a República.

[...] seria marcada pelo chamado entusiasmo pela educação, e a apresentava como uma verdadeira panaceia. O pensamento básico poderia ser explicado assim: a raiz de todos os males estava na ignorância reinante; a educação apresentava-se então como o problema principal do país, e a solução de todos os problemas sociais, políticos e econômicos estaria na disseminação da instrução. Acontece uma campanha nacionalista visando a erradicação do

---

<sup>16</sup> FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no republicano**. 1996. 138f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1996. p. 35. O presente trabalho para obtenção de titulação de mestre em educação traz informações sobre a educação do período de 1880 à 1930, destacando o desenvolvimento educacional pelo estado do Piauí.

<sup>17</sup> Pobreza, criminalidade, não adequação social aos novos padrões de civilidade vindos da Europa para o Brasil.

analfabetismo e a difusão do modelo existente de escola primária, apenas com alteração de um ou outro aspecto do processo<sup>18</sup>.

A cidade de Teresina no início do século XX também era perpassada pelas ideias vindas com a República, organizando-se sob os moldes de civilidade, urbano e educacional<sup>19</sup>. A cidade, que ainda se encontrava muito ligada ao mundo rural, seja pelos costumes da população, a organização social e as práticas, tentava se reconfigurar no espaço urbano e em outras formas de trabalho ou de ofício, além de outras vivências produzidas por novas configurações vindas juntamente com o novo século<sup>20</sup>.

A população local se configurava em sua maioria pobre, sendo oriunda de outras localidades do Estado<sup>21</sup>. Sendo assim se fazia necessário educar e alfabetizar essa parcela da população para conviver sob os moldes de civilidade que desejavam incorporar os sujeitos e também formar uma grande quantidade de votantes para as eleições.

A República em Teresina nos primeiros anos do século XX é perpassada pelas percepções de que a educação popular seria uma maneira de salvar o País, assim como expõe Teresinha Queiroz<sup>22</sup>. Com isso o poder público estadual investiu no desenvolvimento do ensino, aumentou o número de escolas, de alunos matriculados, promoveu modificações pedagógicas em todos os graus de ensino presentes no estado, e formação da mão de obra educacional. No entanto, “o número de analfabetos guardava maior proporção relativamente à população total”<sup>23</sup>.

---

<sup>18</sup> Id., 1996, p.36.

<sup>19</sup> Na época criavam-se expectativas de intervenção urbana inspiradas nas grandes cidades, Paris, Rio de Janeiro e Recife eram algumas das referências. Na ansiedade de inserir-se no mundo moderno, Teresina contou com a construção de estabelecimentos comerciais e prédios públicos na Praça Rio Branco com o intuito de possibilitar à elite local a sensação de pertencimento ao mundo moderno. No entanto a construção de uma cidade moderna demandava novas edificações e reformas públicas, os quais aconteciam de acordo com as possibilidades financeiras do Estado. Ver: COSTA, Francisco Humberto Vaz da. **DE RELANCE: a construção da civilidade em Teresina (1900-1930)** [Dissertação]. Teresina: Universidade Federal do Piauí. Mestrado em História do Brasil, 2009.

<sup>20</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Código de Posturas do Conselho Municipal**. Teresina: Tipografia Paz, 1912. Nesse momento a cidade de Teresina tenta se formar como um ambiente planejado e higienizado, para isso sendo necessárias ações do poder público para que assegurasse o distanciamento de vivências rurais no meio urbano, como a criação de animais em espaços públicos, o despejo de águas e de outros matérias nas ruas públicas, as formas como os prédios e casas deveriam ser construídos e suas condições higiênicas, etc.

<sup>21</sup> O Estado do Piauí serviu de espaço de transição e de acolhimento de sujeitos que fugiam da seca e dos problemas sociais que atingiam o nordeste do Brasil durante o século XIX e nos primeiras anos do século XX. Ver: ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

<sup>22</sup> QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

<sup>23</sup> Id., 2011, p. 74.

O analfabetismo era compartilhado por todo o Brasil do século XX, apresentado como um problema de grave de difícil solução, que “nem mesmo os Estados mais a favor da difusão do ensino tinham condições de debelar o analfabetismo”<sup>24</sup>. Isso pode ser percebido através do quadro abaixo retirado da dissertação de mestrado de Amparo Ferro, baseado no anuário estatístico do Brasil de 1936, mostrando o grau de analfabetismo.

TABELA 1  
BRASIL: ÍNDICE DE ANALFABETISMO – 1880 - 1920

Especificação/Ano	1890	1900	1920
Total da População	14.33.915	17.388.434	30.635.605
Sabem Ler e Escrever	2.120.559	4.448.681	7.493.357
Não Sabem Ler/Escrever	12.213.356	12.939.753	23.142.248
% de Analfabetos	85%	75%	75%

Fonte: RIBEIRO, M.L.S. **História da Educação Brasileira**. 4ª ed./São Paulo: Cortez, 1982, p.78.

Em 1901 o então ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo federal Epitácio Pessoa<sup>25</sup> organizou a reforma do ensino dando prioridade a educação secundária, possibilitando que essa se tornasse serial, onde o ensino até esse momento não era caracterizado como obrigatório, tendo como forma de obtenção de certificação do conhecimento os exames preparatórios. Isso possibilitava que os indivíduos que desejassem a obtenção de diplomas que completasse os quesitos de inserção ao ensino superior não frequentassem obrigatoriamente os ambientes destinados ao ensino público, podendo se prepararem de forma individualizada no seio familiar ou em ambientes de ensino privados.

Isso pode ser entendido como um momento de dispersão do público que poderia ser considerado educado pelas escolas públicas, logo que não precisariam dedicar-se aos ensinamentos oferecidos pelo poder público local.

Pode-se observar através de um fragmento do jornal *O Monitor*, dos primeiros anos do século XX, o atraso educacional no Brasil em todos os graus de ensino, em especial o ensino

<sup>24</sup> FERRO, 1996, p.42.

<sup>25</sup> BRASIL. Decreto n.º 3.890, de 01 de janeiro de 1901.

primário, cuja falta formava uma grande quantidade de analfabetos, pessoas que não poderiam exercer o seu direito político com o voto.

Levanta-se por todo país um verdadeiro clamor contra o nosso atraso a respeito do maior problema, que preocupava os povos cultos: a educação do povo, não somente restrita a algumas capitais, mas disseminada por todas as classes; não somente a instrução secundária e superior, destinadas a fazer bacharéis e doutores, mas acima de tudo o ensino primário, o mais eficaz ataque contra o flagelo do analfabetismo. As mensagens do presidente da República, os relatórios ministeriais, os projetos legislativos, as obras de propaganda cívica, vão registrando a necessidade de uma reforma profunda e radical. Infelizmente a Constituição Federal vedou à união qualquer interferência primária, a espinha dorsal, como já alguém o disse, de todo o sistema educativo brasileiro. Foi um dos grandes males que fez à federação. A grandeza dos povos, que se acham na vanguarda da civilização, depende essencialmente dos institutos escolares. [...]

É simplesmente irrisório: um regime democrático exigir dos cidadãos o saber ler e escrever para poderem exercer o primordial direito de votar; lançar impôs a torto e a direito, até o do sangue em defesa da pátria, e deixá-los ao abandono quanto à luz da instrução, o mais importante atributo da personalidade individual.

Mesmo nas capitais o progresso é mais fantasista do que real. Que diremos do interior, dos nossos sertões embrutecidos? Os governos não têm o direito de fechar os olhos à evidência<sup>26</sup>.

Como maneira de proporcionar a alfabetização das crianças, o poder público do Estado, nos primeiros anos do século XX, defendeu a obrigatoriedade de ensino. Em 1905, em mensagem governamental, o governador Álvaro Osório Mendes<sup>27</sup> defende que, enquanto não existisse e fosse decretado o ensino obrigatório, pouco se evoluiria quanto à instrução pública<sup>28</sup>. Isso demonstra a ação do Estado para se formar uma população alfabetizada com o uso da imposição, através da escolarização das crianças, algo que pode ser explicado pela inserção da população na agricultura de subsistência, destinando-se ao trabalho para a sobrevivência, sem visar à educação como algo positivo, mas como algo que tomaria tempo necessário para o trabalho na lavoura.

<sup>26</sup> A INSTRUÇÃO. **O Monitor**. Teresina, ano II, n. 40, 1 de agosto de 1907. p. 1.

<sup>27</sup> Álvaro de Assis Osório Mendes nasceu na cidade de Oeiras (primeira capital do Estado do Piauí) em 31 de maio de 1853, sendo filho de Simplício de Sousa Mendes, presidente da província do Piauí durante o Império. Era formado pela Faculdade de Direito de Recife (1874-1878). No período de 1879 a 1885 e 1887 a 1890, atuou como promotor público nas cidades Barreirinhas e em São José dos Matões, no estado do Maranhão. Atuou como juiz, promotor, senador e tesoureiro da Imprensa Nacional. Foi eleito o governador do Estado do Piauí em 1904, contribuindo para reforma de prédios públicos como o Liceu Piauiense, inaugurou o serviço de água e em sua gestão ocorreu a instalação do serviço telefônico na capital. Faleceu no ano de 1907. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MENDES,%20Álvaro%20de%20Assis%20Osorio.pdf>> Acessado em: 24 de junho de 2017.

<sup>28</sup> ESTADO DO PIAUÍ. Governador, 1905. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Álvaro de Assis Osório Mendes**. Teresina: Tipografia do Piauí, 1905.

Essa obrigatoriedade de ensino pode ser considerada como uma ação contraditória do poder público, pois esse não oferecia condições necessárias para que acontecesse de fato o desenvolvimento. Tanto em Teresina como no interior do Estado faltavam escolas, materiais didáticos e até mesmo mão de obra necessária para a educação. Isso em grande medida acontecia pelas condições financeiras do Piauí, que não contava com receita elevada.

Em 1908 permanecia a discussão a respeito da obrigatoriedade e das condições do ensino ministrado pelo Estado assim aparece no jornal *Amarante* de 31 de maio de 1908, através da matéria sobre a instrução pública a qual destaca que

as escolas não são ainda suficientes para tornar o ensino obrigatório, como determina a lei estadual, n.267, lei impraticável, porque, para sua efetividade, seria preciso que não somente nas sedes das comarcas e dos termos, mas ainda em cada povoação e arraial, houvesse um professor de instrução primária<sup>29</sup>

Pode-se destacar que essa obrigatoriedade destinava-se, de forma geral, a infância piauiense, possibilitando que se acreditasse numa expansão do ensino para todas as classes, como coloca Cynthia Veiga ao retratar que a instrução no Brasil provocou uma condição de homogeneização cultural, não tendo como alvo os filhos da elite branca, mas uma tentativa de equiparação entre as classes pobres ao “civiliza-las”<sup>30</sup>. No entanto, deve-se evidenciar que as condições econômicas das classes mais baixas não as proporcionavam essa inserção na instrução, diante da necessidade de recursos financeiros para a instrução seja ela pública ou particular. A primeira por uma necessidade de recursos para deslocamento à instituição de ensino e o material escolar, que eram desde papéis até as vestimentas, e a instrução particular que além de tudo isso também existiam as despesas mensais.

A obrigatoriedade não se implantava também por falta de escolas e de professores para o ensino primário. Além disso o mesmo jornal coloca a deficiência dos educadores locais e a ação do Estado ser limitada para criação de escolas, que estavam centralizadas apenas na capital do estado promovendo a instrução dos alunos de classes sociais mais favorecidas, deixando de lado o interior e os mais pobres<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Amarante*, Piauí, ano I, n. 4, 31 mai. 1908, p.2.

<sup>30</sup> VEIGA, Cynthia Greive. A invisibilidade dos sujeitos da escola n historiografia. **Historia de la educación**. v.9, Buenos Aires, 2008.

<sup>31</sup> A concentração de uma maior quantidade de ambientes escolares e o desenvolvimento educacional como um todo se concentravam em grande maioria na cidade de Teresina nas primeiras décadas do século XX, pois a capital concentrava as administrações políticas e econômicas do estado, contando com um forma investimento estrutural do ambiente urbano por particulares e pelo poder público, assim como acontecia com a educação. A cidade concentrava a maior parte das escolas públicas e particulares primárias e secundárias, continha o

Se o poder competente quisesse pôr em prática a lei do ensino obrigatório, faria uma monstruosidade e exerceria um ato de tirania, porque é bem visível que um professor não pode ensinar dois mil alunos, mais ou menos, calculada a população do município, nem o estreito salão escolar tem espaço bastante para aposentar tanta gente!  
É assim, no impulso desta argumentação irresponsável, cabe o edifício sem alicerces, isto é, **a lei do ensino obrigatório sem escola nem professores!**<sup>32</sup>  
(Grifo da pesquisadora)

A crítica do jornal piauiense *Amarante* mostra a tentativa do poder público do Estado, nos anos iniciais do século XX, em tornar a educação escolar uma realidade no Piauí, sem ter ao menos uma estrutura física capaz de suportar a quantidade de alunos e ou uma quantidade de professores qualificados para o desempenho do ensino das primeiras letras. Com isso fica bastante evidente a tentativa de consolidação da escola como um espaço educacional e da educação como uma realidade do cotidiano dos piauienses, no entanto isso não se torna uma realidade diante das condições impróprias para o desenvolvimento do ensino.

Essa vontade de tornar o ensino obrigatório aparecerá na mensagem governamental de 1909<sup>33</sup>, quando o Estado estava sob a governança de Anízio Auto de Abreu<sup>34</sup>. O então governador defende que não se soube aplicar a obrigatoriedade do ensino no Estado, pois não seria suficiente que apenas fossem utilizados mecanismos legais e não fossem tomadas medidas de acordo com as necessidades momentâneas, esquecendo o futuro e o objetivo do Estado.

Diante disso é possível perceber a necessidade de formação de uma população alfabetizada no Piauí do início do século XX, a impossibilidade diante das condições financeiras e educacionais do momento, pois apesar de tentar obrigar a população por meio de leis a frequentarem os ambientes escolares, esses eram poucos, estavam em péssimas condições físicas e educacionais, e, muitas vezes, nem existiam em certas localidades. Com isso se tornava impraticável a lei, pois o próprio poder público não dispunha de condições necessárias para o desenvolvimento educacional.

---

estabelecimento de ensino normal o qual só passou a ser difundido pelo estado com a criação de estabelecimentos no interior na década de 1930.

<sup>32</sup> INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Amarante*, Piauí, ano I, n. 4, 31 mai. 1908, p.2.

<sup>33</sup> ESTADO DO PIAUÍ. Governador, 1909. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Governador Dr. Anízio Auto de Abreu**. Teresina: Tipografia do Piauí, 1909.

<sup>34</sup> Anízio Auto de Abreu nasceu no ano de 1864 na cidade de Teresina, foi escritor, jornalista e político. Atuou como deputado estadual pelo Piauí no ano de 1892, foi deputado federal no ano de 1894 e em 1906 foi eleito senador pelo estado do Piauí, renunciando em 1908 para poder ocupar o cargo de governador pelo mesmo estado. < Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%ADsio\\_Auto\\_de\\_Abreu](https://pt.wikipedia.org/wiki/An%C3%ADsio_Auto_de_Abreu)> Acessado em: 26 de junho de 2017.

Em 1905, no governo de Álvaro Osório Mendes, admitia-se que, apesar dos esforços e das mudanças, como a criação de escolas nas cidades e no centro urbano do Piauí, locais onde acontecia aumento populacional, a frequência escolar ainda era pequena, atribuindo-se o quadro de abandono à indiferença dos pais de família à educação.

Dessa maneira pode-se observar que, apesar da tentativa de atribuir uma obrigatoriedade do ensino, as pessoas não foram forçadas a matricular os seus filhos nas poucas escolas ofertadas pelo poder público.

Vale ressaltar que, o poder público, ao atribuir a culpa do não desenvolvimento da educação à família, tenta criar uma imagem negativa dos provedores familiares que, de certa forma, estariam limitando o desenvolvimento educacional de sua prole. E também há uma tentativa do poder público em criar um grupo que deveria ser educado, esse no caso seria o das crianças, que em vez de estarem trabalhando ou desperdiçando tempo com práticas de lazer, como os demais membros de sua família, estariam no ambiente escolar dedicando-se ao aprendizado das primeiras letras.

Essa atribuição da função familiar na educação não se restringe apenas as percepções do poder público, mas também a outras instituições como a Igreja Católica de Teresina. Assim nas edições dos primeiros anos do jornal *O Apóstolo* é valorizada a função familiar tanto na educação religiosa como na intelectual.

Como o deve ser

Pai e mãe eis o constitutivo da família na sua forma elementar; pai e mãe, agindo na alçada de suas forças morais, fazendo o que lhes dita a consciência de crentes para que inteligente, ativa, dedicada e escrupulosamente possam formar a alma de seus filhos e os educar nos progressos sucessivos e na perfeição da vida moral, eis a família na sua forma perfeita e completa.<sup>35</sup>

Além do mais, o discurso da Igreja Católica quanto à educação pode ser percebido como uma maneira de influenciar a população. Assim como o poder público, a Igreja Católica de Teresina atribuiu à família a função educacional tanto de cunho moral como intelectual. A família nesse momento está bastante ligada a imagem do patriarca, o integrante principal do grupo familiar<sup>36</sup>.

Esse fragmento também evidencia que a educação acontecia tanto no ambiente escolar como no meio familiar, cabendo aos pais e às mães uma participação efetiva tanto no âmbito

<sup>35</sup> COMO DEVE SER. *O Apóstolo*, Teresina, ano I, n.11, 28 jul.1907.

<sup>36</sup> Ver: CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **História e masculinidades**: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX. Teresina: EDUFPI, 2008.



intelectual como moral. Isso mostra a atribuição que a Igreja Católica faz ao público feminino, em especial às mães, que eram numerosas no ambiente religioso, de educar os filhos que seriam “joias” e deveriam ser cuidados e resguardados da má educação.

Assim a escola modificaria as relações familiares, logo que

A experiência escolar significou, na vivência das crianças [...] a conformação de novos tempos e espaços da experiência da infância, que estendeu seus efeitos para outras instituições, como a família. esse deveria reordenar a distribuição do tempo da criança, de forma que o adaptasse às exigências do tempo escolar<sup>37</sup>.

Vale ressaltar a atuação da Igreja Católica na educação, que vem desde o processo de colonização do Brasil, quando cria ambientes e modos de educar próprios para a formação de um público instruído. Isso é algo que permanece na sociedade piauiense durante o século XIX, combatido com o advento da República a partir da criação de um estado laico. Isso acaba por gerar conflitos entre o poder público local e a Igreja, que passa a publicar no Apóstolo, bem como a criar ambientes do ensino para assegurar uma presença constante na vida local.

Esse combate da Igreja e do estado passa a ocupar maior espaço na sociedade local quando os seus políticos e governantes se enquadram em outras religiões ou grupos contrários à atuação religiosa no ensino, na vida familiar, na política, etc. Nos anos iniciais do século XX, o conflito de maior visibilidade se daria entre a Maçonaria e a Igreja Católica, pois a primeira passa a defender um ensino laico no Piauí e a efetivá-lo através da Escola Normal e do ensino primário, ambos destinados às mulheres e às crianças. Vale ressaltar que

o contexto em que se deu a criação dessa Escola Normal era marcado pelo conflito, de natureza política, entre Igreja e Maçonaria no Piauí (1902-1914), que compreende vários aspectos, sendo um deles o da educação. A educação assume dimensão relevante nesta disputa pelo caráter mesmo de crença em seu poder de formar mentalidades. A educação da mulher, então, foi posta em destaque, pelo próprio entendimento do papel da mesma na família. Deste ponto de vista, destacam-se o “Colégio do Sagrado Coração de Jesus”, fundado pela Igreja Católica no ano de 1906, visando “a educação e instrução do belo sexo teresinense” e a Escola Normal Oficial”, fundada pelo Estado e laica<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> GOUVEIA, Maria Cristina Soares de. Tempos de aprender: a produção histórica da idade escolar. **Revista Brasileira de história da educação**, n. 8, jul/dez 2004, p. 261-287, p. 279.

<sup>38</sup> LOPES, 1996, p. 179.

Assim, de acordo com a Igreja Católica, “a educação da infância, a formação de seu coração e caráter, se operam no santuário do lar, é missão especial da mãe, soberana no seio de sua família”<sup>39</sup>, cabendo a mãe a educação do filho com base na fé, a fim de combater as novidades e os perigos que a modernidade põe à educação dos filhos.

A valorização da família se dá como um meio de inserir o público infantil na escola de forma mais efetiva, qualificando os sujeitos do grupo familiar por se preocuparem com seus integrantes e dedicarem-se à felicidade e ao sucesso de todos. Segundo Castelo Branco, no período em estudo

Preocupação familiar com a continuidade da formação escolar da crianças e adolescentes. Os grupos médios e de elite começavam a formar outra mentalidade em torno da infância, onde a formação escolar, e uma relação mais estreita com o mundo da escrita era percebida, cada vez mais, como algo desejável e indispensável para o sucesso dos filhos na vida adulta<sup>40</sup>.

A participação familiar na educação também era defendida pelo poder público do Estado. Na mensagem governamental de 1909, de Anízio Auto de Abreu defendia a instrução infantil de forma partilhada entre o poder público e a família, “esquecem-se os que assim entendem, que o dever de educar, como o de alimentar, compete primeiramente ao pai, cabendo ao Estado apenas, o auxilio quando ficar provada a impossibilidade da taxa escolar”<sup>41</sup>.

O poder público defende uma participação familiar na educação infantil, como um meio de dividir as despesas da educação, algo que saía muito caro aos cofres públicos e o poder público não dispunha de grande receita. No entanto, apesar de defender um financiamento compartilhado, o poder público não estava defendendo que a família pudesse interferir na educação em outros sentidos, como no que seria ensinado, e muito menos passando à família a responsabilidade de ensinar às crianças as primeiras letras.

No século XIX por motivação da estrutura demográfica e da socioeconômica do Piauí, foram adotadas maneiras alternativas de educação, algo que atingiu grande parte da população que se encontrava na zona rural. A família como fornecedora da educação acompanhou toda a tentativa de implantação de uma estrutura de ensino tanto primária como secundária neste

---

<sup>39</sup> **O Apóstolo**, ano I, n. 41, p.4, 1 mar. 1908.

<sup>40</sup> CASTELO BRANCO, 2008, p.55.

<sup>41</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Governador Dr. Anízio Auto de Abreu**. Teresina: Tipografia do Piauí, 1909, p.9.

período às “escolas familiares”, assim como denomina Alcebíades Costa Filho<sup>42</sup>, “instaladas nas fazendas das pessoas mais ricas e em comunidades rurais, que, na busca de meio para instruir as novas gerações, contratavam mestres ambulantes”<sup>43</sup>. Então, nos anos finais do Império e no início da República “dado o agravamento das condições conjunturais do sistema de ensino, a população viu-se compelida a utilizar o ensino particular”<sup>44</sup>.

Uma maneira do Estado interferir de forma mais direta na educação foi a criação de regras e de legislação do ensino no decorrer das três primeiras décadas do século XX. Uma dessas medidas foi a criação em 1910 de regras contidas na *Instrução Pública do Piauí* sobre o ensino primário, secundário e também profissionalizante. Quanto ao ensino primário, em forma de consolidar sua ação na escolarização da infância, o poder público determinou que “O ensino primário tem por fim proporcionar à infância de ambos os sexos a cultura intelectual necessária não só a matrícula no curso secundário, como também ao bom desempenho dos deveres sociais”<sup>45</sup>.

É importante salientar que o governo do Piauí tem como objetivo educar um público específico as crianças, com o ensino primário, podendo assim destacar a criação de uma fase da vida que deveria ser educada para o desenvolvimento de uma “cultura intelectual” e também para o desempenho no futuro de suas funções sociais na República.

Assim, destaca-se a infância estabelecida através das percepções sobre civilidade em um “tempo social no qual a acentuação das diferenças geracionais se apresentou como uma nova modalidade da experiência humana [...], instituindo outras maneiras de elaborar o passado e outra consciência do futuro”<sup>46</sup>. Assim a infância seria um tempo em que se deveria projetar o futuro da nação.

Além disso a escola seria “um meio de isolar cada vez mais as crianças durante um período de formação tanto moral como intelectual, de adestrá-las, graças a uma disciplina mais autoritária, e desse modo, separá-las da sociedade dos adultos”<sup>47</sup>, como expõe Philippe Ariès. Algo que não foi muito diferente no Piauí das primeiras décadas do século XX, em que escola seria uma espaço especializado para o ensino, um ambiente que resguardaria a criança

---

<sup>42</sup> COSTA FILHO, Alcebíades. **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

<sup>43</sup> COSTA FILHO, 2006, p.89.

<sup>44</sup> Id., 2006, p.89.

<sup>45</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Regulamento Geral de Instrução Pública do Estado do Piauí**, 1910. p.33.

<sup>46</sup> VEIGA, Cynthia Greive. *Cultura escrita: representações da criança e o imaginário de infância*. Brasil, século XIX. FARIA FILHO, LOPES, Alberto; Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério (org). **Para compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. P.63

<sup>47</sup> ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.165.

do convívio adulto. Esse tipo de ação revela uma criação da infância como um momento da vida que se destinaria à escolarização do sujeito, que seria mais facilmente moldado e educado pela “cultura intelectual” do período.

Segundo Philippe Ariès, a “evolução da instituição escolar está ligada a uma evolução paralela do sentimento das idades e da infância<sup>48</sup>”. Ao provocar o isolamento da criança no ambiente escolar, distinguem-se as fases da vida e se classifica a criança que vai ser educada, diferenciando as menores das maiores, além de escolher que idade infantil deveria adentrar-se no mundo das letras, a que deveria ser temporariamente afastada da escola e a que deveria avançar além do ensino primário. Com isso se percebe a criação de um grupo específico que deveria ser educado na República, um público que poderia ser moldado de maneira mais fácil pela educação, crianças que aprenderiam a honrar a nação.

De acordo com Cynthia Veiga, a criação da fase infantil se dá em grande medida através das diferenciações, inicialmente entre os adultos, os que eram civilizados dos que eram incivilizados e rudes, distinguindo-se as classes sociais para, em seguida, fazer a distinção entre o adulto e a criança. Assim os civilizados e capazes de regular o seu comportamento devem se preocupar em moldar comportamentos civilizados na infância. Para isso a educação ganha importância ao isolar uma fase da vida que será educada pelas letras e pelos comportamentos desejados socialmente. Acontecendo “uma ampliação da dependência funcional das crianças em relação aos adultos e dependência social das crianças em relação ao Estado e a diferentes instituições, com destaque aqui para a escola<sup>49</sup>”.

Além do mais, a criança do século XX passou por significativas transformações, principalmente diante do controle desenvolvido sobre essa, como pode ser evidenciado no fragmento a seguir

Os procedimentos indenitários até então presentes, como criança rude ou bem criada, se sofisticaram, concorrendo para isso dois acontecimentos significativos, o aparecimento do interesse especulativo e científico pela criança e a difusão da escolarização para amplas camadas da população. Ambos os procedimentos se constituíram como dispositivos civilizadores do controle da socialização das diferenças das crianças [...]<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> ARIÈS, 1981, p.170.

<sup>49</sup> VEIGA, Cynthia Greive. As crianças na história da educação In: SOUZA, Gisele de. **Educar na infância:** perspectivas histórico-sociais. São Paulo: Contexto, 2010. p. 26.

<sup>50</sup> VEIGA, Cynthia Greive. Monopolização do ensino pelo estado e produção da infância escolarizada. X SIMPÓSIO INTERNACIONAL: PROCESSO CIVILIZADOR. **Anais...** Campinas, SP, 2007. p.9.

Inserindo-se nesta perspectiva, o poder público estadual fez a divisão do ensino primário que deveria ser seguido no Piauí a partir de 1910, assim como aparece no artigo 74 “O ensino primário divide-se em público e particular; o primário ministrado pelo Estado e municipalidades, o segundo por particulares e associações”<sup>51</sup>.

É possível perceber que o ensino primário se divide inicialmente entre o Estado e as municipalidades e, em seguida, entre particulares e associações. Isso se dá em grande medida pelo Estado tentar consolidar o seu poder de controle sobre o ensino infantil, ambiente este onde exerceria jogos políticos diante das indicações de professores e de funcionários para a educação pública, além da indicação em quais povoados, cidades e regiões teriam escolas construídas pelo poder público.

Em seguida, as municipalidades, por deterem o controle das cidades, podem junto com o Estado ou isoladamente manter as escolas financeiramente. E também o ensino primário ministrado por particulares e associações que, com ajuda ou não do poder público estadual ou municipal, conseguissem expandir o ensino pelo Piauí. Cabe aqui perceber as influências do poder do Estado na educação ao colocar-se como o principal articulador do ensino primário no Piauí na primeira década do século XX, pelo seu poder disciplinador e também de formação de um público que deveria ser moldado e formado<sup>52</sup>.

Além disso a escola exerceu uma função distintiva, segundo Guacira Lopes Louro<sup>53</sup>, pois desde o seu início fez o papel de separar os sujeitos, até mesmo aqueles que estavam fora dela. Essa diferenciação se deu diante da possibilidade educacional da infância e da juventude em detrimento da vida adulta.

A educação infantil, tal qual, como foi implantada retrata a diferenciação da educação ao ter desiguais formas de educar e também ao excluir grande número de crianças do ensino primário. Não se distinguiria apenas em pública e privada, em que condições físicas e pedagógicas são bem diferentes, sendo a primeira efetuada em péssimas condições de ensino e a segunda com uma relativa melhora sobre essa. Além disso também tem-se a educação pública voltada para a população mais pobre, sendo oferecido, muitas vezes, o aprendizado de um ofício que possibilite o sustento futuro do aluno. E também a distinção do público infantil que frequenta o espaço escolar, dos que não o frequentam.

A educação escolar defendida pelo governo do Estado era tida como uma importante ferramenta para a construção de uma infância desejada, pois através dela seria possível

---

<sup>51</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1910, p.33.

<sup>52</sup> FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

<sup>53</sup> LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

fornecer conhecimentos científicos, civilizar os corpos e os costumes, além de promover a moralização da sociedade local. A esse respeito, na mensagem governamental do governador João Luís Ferreira<sup>54</sup>, de 1922, lê-se.

A escola tem por fim secundar a familiar na educação das crianças e sua missão consiste não apenas em fazer adquirir aptidões e conhecimentos necessários, mas também em cultivar sua inteligência, fortificar nelas os bons sentimentos, formar seu caráter e favorecer seu desenvolvimento físico<sup>55</sup>.

Assim a educação pensada pelo poder público ia além do conhecimento das primeiras letras<sup>56</sup>, pois esse formaria uma parcela da sociedade moldada pelas características que esperavam que a sociedade cultivasse, em especial aquelas que fizessem parte de um ideal de sociedade civilizada. Isso se dá em grande medida pelo entendimento de que o ensino público atingiria a infância e que esta seria o futuro social do Estado, cabendo então ao poder público formar um povo alfabetizado e civilizado para obter uma sociedade em conformidade com os planos de uma nação formada por cidadãos.

A valorização do ensino que estava sendo implantado pelo estado é visível também na fala da normalista de 1923, Elisa Gonçalves<sup>57</sup> segunda a qual a escola passa a ser percebida como um instrumento de adequação da população a um modelo educacional. Para ela, à escola “esse astro grandioso que nos reflexos de seus raios infinitos, conduz a humanidade desde os primeiros momentos em que o raciocínio desponta, como do cálice desponta a flor mimososa, do pedestal do saber até os degraus luminosos da glória!”, caberia levar a população à glória da educação que tanto se desejava. Além disso seria na escola que a criança receberia o aperfeiçoamento de que necessitava “para mostrar ao mundo o seu esplendor”.

A instrução através da escola seria necessária para tirar o homem das trevas e de uma condição tida como de quase irracionalidade, algo que provocava uma condição propícia ao crime. A escola formaria o cidadão que se desejava no período republicano. Além disso, é destacada a diferenciação em relação à escola antiga, que se enquadrava no período anterior à República Brasileira, que era caracterizada por um ar inquisitorial, sendo para a criança um

---

<sup>54</sup> João Luís Ferreira nasceu em Teresina no dia 23 de abril de 1881, governou o estado do Piauí no primeiros anos da década de 1920, “sua administração foi marcada pela construção do primeiro posto de saúde da cidade de Teresina e do edifício da Escola Normal” Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FERREIRA,%20Jo%C3%A3o%20Luís.pdf>> Acessado em: 14 jun. 2017.

<sup>55</sup> MELO, Matias Olímpio. **A Instrução Pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922. p.15.

<sup>56</sup> Ensino de leitura e da escrita, por isso se chamavam de escolas de primeiras letras. Ver In: Id., 2006, p. 80.

<sup>57</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **O ENSINO NORMAL NO PIAUÍ**, Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

ambiente triste, já a nova escola seria alegre, onde o professor teria grande afeto e carinho com o aluno.

Assim a escola se tornaria cada vez mais atrativa à infância, tornando-se um lugar de aprendizado e de carinho, onde se ensinaria os novos conhecimentos e se formaria um modelo de cidadão que era desejado para o governo republicano.

Dessa maneira é possível perceber a atuação do poder público na formação de um público a ser educado pela escola primária. Durante as primeiras décadas do século XX no Piauí, a infância passa a ser uma fase da vida que deveria ser dedicada ao aprendizado no ambiente escolar, ambos sendo controlados pelo poder do Estado. Pela criação e manutenção de espaços escolares, formação e indicação de professores e a construção de um público alvo para o ensino, distinguindo as crianças dos demais membros da sociedade, bem como as crianças entre si.

Para a obtenção de uma sociedade sob os moldes de civilidade e instrução desejados nas primeiras décadas do século XX, o poder público criou mecanismos para a implantação de uma estrutura educacional que conseguisse abranger uma grande extensão territorial. No entanto, o Estado do Piauí não tinha recursos financeiros suficientes para a expansão de uma educação infantil de forma que pudesse abranger todo o seu território.

As justificativas eram que o Estado não tinha mecanismo de obtenção de recursos financeiros devido à conjuntura financeira que estava passando, e também a extensão territorial do mesmo e a falta de mão de obra qualificada para as funções educativas. Dessa maneira, o ensino estava em relativo atraso.

O poder público intensificava a sua atuação no campo educacional, de maneira lenta e gradual, instituindo novas unidades de ensino por todo o território do Piauí. Em 1909, como expõe o governador do Estado, Anízio Auto de Abreu, na Mensagem Governamental<sup>58</sup>, existiam 39 escolas para o sexo masculino, 24 escolas para o sexo feminino e 24 escolas mistas. Nessas escolas se tinha um total de 3.190 alunos. Elas passaram a configurar uma possibilidade de inserção do Estado no mundo civilizado.

Durante os anos iniciais da República no Piauí o poder público estadual do Piauí se empenhava na realização de uma educação mais ampla para a população, criando escolas destinadas ao feminino, ao masculino ou ao público misto para o ensino primário<sup>59</sup>.

---

<sup>58</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1909.

<sup>59</sup> A criação de escolas mistas se deu diante da necessidade de atender um maior número de alunos, não ocasionando prejuízos aos cofres públicos. Ver: ESTADO DO PIAUÍ. Mensagens governamentais

Então com o objetivo de expandir e de conseguir contemplar a maior quantidade de crianças no mundo das primeiras letras, o poder público criou o modelo de escolas mistas, que não seguiam o antigo, o qual estabelecia divisões entre masculino e feminino. Isso possibilitava que uma mesma escola pudesse receber a maior quantidade possível de alunos, também não favorecia ao seu fechamento que poderia acontecer se não fosse atingida a cota mínima de 20 alunos por escola, pois devido “ao atraso e a decadência do ensino, a frequência escolar era muito baixa”<sup>60</sup>.

Esse tipo de ensino misto se deu pela necessidade do estado ampliar a quantidade de alunos que deveriam ser educados, diante da falta de recursos financeiros, de material, de mão de obra e também da baixa quantidade de matrículas nas escolas destinadas as mulheres e aos homens. Pois as escolas tanto masculinas como femininas com poucas matrículas acabavam por fechar diante da falta de recursos para manutenção de tantos espaços. Assim Antônio de Pádua Lopes destaca que “primeiro as escolas dos lugarejos tiveram seus conteúdos de ensino unificados para os dois sexos e depois foram tornadas mistas, regidas preferencialmente por professoras”<sup>61</sup>.

Assim a criação de escolas mistas estava ligada as questões econômicas, e não a percepção de que a convivência entre homens/meninos e mulheres/meninas fosse aceita, como destaca Fúlvia Rosemberg, ao expor o caso de São Paulo em que o estado acaba por adotar o modelo de escolas mistas para redução de gastos<sup>62</sup>.

Isso revela que, mesmo acontecendo políticas voltadas à criação de escolas para o público feminino, o poder público não consegue uma significativa quantidade de matrículas, configurando-se como um desperdício dos recursos públicos, assim o governo acaba por adotar como medida educacional a criação de escolas mistas onde os dois sexos conviveram na escola com o objetivo de redução dos altos índices de analfabetismo.

Diante da pequena quantidade de crianças atingidas pelo ensino e pela quantidade de analfabetos, de acordo com a Mensagem Governamental de 1909, a diretoria de instrução pública atribuíu que os fatores principais para isso era a má remuneração dos professores, a falta de capacidade para o cargo que lhe era destinado e a ausência de um estabelecimento que proporcionasse o preparo para o magistério primário.

---

<sup>60</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1909. p.30

<sup>61</sup> LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Beneméritos da instrução: a feminização do magistério primário piauiense**. 1996. 242 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1996.

<sup>62</sup> ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013.



Algo que era uma herança do século XIX, no qual ocorria a falta de pessoal adequado para o ensino, uma das grandes dificuldades para desenvolver a escola em solo piauiense. Essa falta se dava pela ausência de qualificação e formação de professores, sobrando muitas vezes vagas disponíveis em escolas piauienses, e também pelos baixos salários e atrasos nos pagamentos, uma vez que esses professores, além de receberem pouco pelo papel desempenhado, também eram responsáveis por financiar os meios e os materiais necessários para as aulas. Essa falta de professores habilitados estava em certa medida ligada à falta de estabelecimentos destinados à formação profissional para a educação, pois o Piauí não tinha Escola Normal<sup>63</sup>, que só foi instituída em 1910.

Ainda em 1910, houve as determinações sobre a educação no Piauí através do Regulamento Geral de Instrução Pública do Estado do Piauí<sup>64</sup>, baixado pelo Decreto 434, de abril do mesmo ano. Esse Regulamento visava a uma reforma de cada grau de ensino: o primário, o normal, e o profissionalizante. Esse último tinha o objetivo de complementar a instrução pública a partir de orientação profissional, para que os ingressantes pudessem futuramente ocupar as vagas de atividades manuais no mercado de trabalho. No entanto, o Regulamento excluiu o ensino superior, pois até o momento o mesmo não existia no Piauí.

Esse Regulamento de 1910 sofreu influência de intelectuais que integravam a Sociedade Auxiliadora da Instrução Pública, sendo essa uma instituição privada que foi importante para a expansão do ensino pelo Estado. A mesma contou com a presença de Antonino Freire, que era nesse período o governador do Piauí, e também Matias Olímpio, Secretário de Estado do Governo, que viam na instrução pública a solução necessária para a resolução dos problemas sociais do Estado, em que grande parcela da população era classificada como analfabeta.<sup>65</sup>

Então, o Regulamento visava modificar o ensino do Estado a partir de determinações que deveriam ser cumpridas, que iam desde as formas de inspeção das escolas, até a pedagogia adotada.

Art. 6 O ensino deveria seguir tanto quanto possível o método intuitivo, servindo o livro apenas de auxiliar, de acordo com os programas minuciosamente desenvolvidos;  
§ I. A instrução moral e cívica não terá curso especial, mas ocupará constantemente e no mais alto grau a atenção dos professores.

---

<sup>63</sup> SOUSA NETO, Marcelo de. **Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

<sup>64</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1910.

<sup>65</sup> BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

§ II. É vedado aos professores adotarem nas escolas e grupos escolares, livros de ataque aos cultos religiosos; [...]

Título primeiro

Art. 2. O ensino deverá ter sempre em vista promover a educação intelectual, moral e física, seguirá tanto quanto possível o método intuitivo e prático e terá por base o sistema simultâneo.

Art. 4 a educação física será realizada não só por meio da ginástica e exercícios espontâneos, como principalmente por meio dos trabalhos manuais. [...]

Capítulo segundo

Art. 10 o ensino público ministrado pelo Estado tem por fim preparar a mocidade para o bom desempenho dos deveres de cidadão.<sup>66</sup>

Como pode-se observar a instrução segue um padrão de ensino desenvolvido por toda a nação, em qual deseja-se formar cidadãos que proporcionassem uma harmonia social e também diminuísse a quantidade de analfabetos. Para isso pode-se destacar o ensino simultâneo proposto como forma de ensino.

Em 1910 o então ministro da justiça Rivadávia Correia criou a *Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental*, aprovada pelo Decreto n 8.659<sup>67</sup>, de 05 de abril de 1911, em qual revogava a reforma de Epiácio Pessoa eliminando os exames, denominado de madureza, e fazendo a equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário ao Colégio Pedro II. Essa possibilidade de equiparação possibilitou uma diminuição do controle do estado sobre os desenvolvimentos do ensino, logo que deixava que cada instituição superior estabelecesse os caminhos que os candidatos deveriam trilhar.

Logo é possível notar que essa medida federal permitiu que o estado perdesse um maior controle sobre o ensino secundário, até mesmo fazendo com que o ensino no Lyceu fosse dispensável para a sociedade local que poderia novamente se preparar aos cursos superiores sem ter o estado como intermediário neste processo educacional.

Em 1911, o governador Antonino Freire da Silva discorreu sobre a *Lei Orgânica do Ensino*<sup>68</sup> a qual consistia em dar uma completa autonomia aos institutos de instrução pública secundária e superior, e também no banimento de diplomas acadêmicos, sendo assim substituídos por certificados de estudos. Em mensagem governamental do mesmo ano, o Governador defende que contribuiria para a educação e também prepararia cidadãos aptos para lutarem pela vida, evitando que acontecesse simplesmente a instrução. Visava à

<sup>66</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1910, p.12.

<sup>67</sup> BRASIL. Decreto n.º 8.659 a n.º 8.663, de 05 de abril de 1911. Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental da República, 1911.

<sup>68</sup> A Reforma Rivadávia Correia, de 5 de abril de 1911, recoloca a direção positivista, estabelecendo orientação prática de estudo das disciplinas. Defende a liberdade de ensino através de sua desoficialização e a liberdade de frequência, com supressão da seriação e do diploma, que seria substituído por um certificado e assistência e aproveitamento. Ver In: FERRO, 1996, p.38.

formação de alunos que não fossem apenas mantidos pelo poder público do Estado, desejava autonomia para expansão do ensino e a sua continuidade após a conclusão do ensino primário.

Uma prática comum durante os primeiros anos da República em Teresina era o apadrinhamento diante da obtenção de diplomas de graduação nas provas de disciplinas do ensino secundário, que não formava cidadãos educados com base na educação em voga, mas diante das possibilidades de benefícios. Isso fez a forma de avaliação dos alunos no Liceu Piauiense nos exames, ser criticada, fazendo acontecer uma mudança do posicionamento dos professores avaliadores diante disso, assim como aparece no trecho retirado do jornal *Diário do Piauí* do ano de 1911.

#### Liceu Piauiense

Sempre solícitos no desempenho dos seus deveres, os atuais lentes têm agido com inteira justiça, procurando não distribuir diplomas, mas formar homens fortes e capazes para enfrentar com êxito essa luta sem tréguas de que resulta sempre a seleção do mais forte e do mais bem aparelhado. Cogitam de preparar moços pra os cursos superiores da República e neste desideratum louvável vão dia a dia captando as justas simpatias daqueles que aspiram a completa moralização do ensino, e correspondendo, assim, a expectativa da atual administração do estado, que tanto tem se esforçado para que a instrução pública seja no Piauí uma realidade insofismável. As cartas de recomendações e os pedidos que rebaixam e humilham os moços, exercendo, por conseqüente, tão pernicioso influencia na formação do caráter, já não produzem efeito perante os examinadores que se deixam guiar antes do julgamento das provas, pelas normas da justiça e pelos impulsos da conseqüência<sup>69</sup>.

A possibilidade de obtenção dos diplomas referentes às disciplinas aprovadas no exame no Liceu, fortaleceu um costume de a escola ser apenas um local para a realização dos exames, sem obter muitas matrículas durante todo o período de aulas, já que muitos dos candidatos acabavam por estudar em seus lares, em estabelecimentos particulares ou em outras localidades apenas as disciplinas que necessitavam aprender para uma nota positiva. Assim pode-se ver no fragmento retirado do jornal o *Diário do Piauí* referente ao ano de 1913 e as matrículas do ano de 1912 e de 1913.

Meu ilustre antecessor referindo-se ao decréscimo das matriculas no Liceu piauiense, em conseqüência da nova lei orgânica do ensino, que dispensou o curso obrigatório de humanidades aos candidatos às Escolas Superiores, obrigando-os, apenas, a um exame de admissão, lembrou a reforma desse estabelecimento, de modo que pudesse, ao lado do ensino prático, dar aos alunos o conhecimento das disciplinas exigidas nos exames de habilitação.

<sup>69</sup>LYCEU PIAUHYENSE. **DIÁRIO DO PIAUÍ**. Teresina, Ano I, n. 14, 11 de março de 1911, p.1.

Esse decréscimo ainda mais se acentuou no corrente ano, pois tendo sido a matrícula em 1912 de 49 alunos, agora é somente de 28.

Permanecendo a causa apontada e a atual organização, é evidente que sobre a frequência de hoje não compensa a despesa para manter o Liceu, o teremos brevemente fechado pelo desaparecimento completo das matrículas. Urge, assim, uma reforma que dê a esse estabelecimento tradicional novos moldes, tornando-o, como outrora, um centro de atração dos moços de talento de nossa terra e redundando em economia para o Estado, pela extinção de cadeiras dispensáveis [...]<sup>70</sup>

Além desse tipo de educação secundária presente na cidade de Teresina que proporcionava a obtenção de aprovação em exames com o intuito de finalização desse grau de ensino para poder o aluno ingressar em instituições de ensino superior em outros estados do País<sup>71</sup>, também existiam escolas que poderiam proporcionar educação e obtenção de conhecimento para o desenvolvimento de um ofício, como no fragmento a seguir.

De ordem do sr. Diretor desta escola, faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que continua aberta a matrícula, até 31 do corrente mês, para os alunos que se propuserem aprender um ofício mecânico, a saber: de marceneiro, ferreiro, sapateiro, serralheiro e fundidor, e a ler, escrever e desenhar<sup>72</sup>.

Esse tipo de ensino mostra como a educação era um local de poder e de segregação social, pois caberia às elites ocupar o ensino secundário oferecido pelo Liceu, para obtenção de diplomas de aprovações nas disciplinas para poderem ingressar nas universidades existentes em outros estados, assim mantendo os estudos visando a uma formação pela educação. Já as margens da sociedade se destinariam ao aprendizado das primeiras letras com o intuito de deixar de fazer parte dos numerosos analfabetos dos primeiros anos do século XX, e em alguns casos poderiam ocupar as vagas existentes nas escolas que poderiam oferecer alguma forma de aprendizado de ofício, como a Escola de Aprendiz em Teresina<sup>73</sup>.

Em 1915 aconteceu a “Reforma Carlos Maximiliano”<sup>74</sup>, em qual foram modificadas as medidas tomadas pela reforma Rivardária, em qual voltaram a fazer parte do processo

<sup>70</sup> **DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 265, 21 nov. 1913.

<sup>71</sup> Jovens rapazes comumente ingressavam em institutos de educação superior nos grandes centros do Brasil, já que na cidade de Teresina só foi criado curso superior na década de 1930. Ver In: QUEIROZ, 2011.

<sup>72</sup> **DIÁRIO DO PIAUÍ**. Teresina, ano I, n. 10, 14 mar. 1911, p.3.

<sup>73</sup> O público infantil pertencente as classes sociais de menor poder aquisitivo contaram com ações do poder público na formação escolar e no aprendizado de um ofício, possibilitando assim a criação de um público destinado ao trabalho e diminuindo as possibilidades de formação de uma população marginalizada. Diante disso vale ressaltar as outras oportunidades como escola operária, aprendizes de marinheiros, escola agrícola que funcionaram na primeira metade do século XX no Piauí.

<sup>74</sup> BRASIL. **Decreto n.º 11.530**, de 18 de março de 1915. Reorganização do ensino secundário e do superior no Brasil republicano, 1915.

educacional as emissões de certificados dos exames secundários, os exames poderiam acontecer de forma parcelada possibilitando que os candidatos fizessem apenas aqueles que os conveniassem, além do mais fez a equiparação dos estabelecimentos estaduais de ensino secundários ao Colégio Pedro II. Isso foi de extrema importância para o poder estadual que nesse momento passa a deter um maior poder sobre o ensino secundário ao selecionar os alunos que estariam aptos nos exames e a terem suas regras nos exames como as datas das avaliações.

Apesar dos esforços na criação de escolas tanto na capital como no interior do estado, pode-se destacar que os esforços do Estado se davam de forma ineficaz diante da falta de professores habilitados e das condições salariais e estruturais. Assim, a instrução das crianças era, sobretudo, amparada na esfera particular.

a falta de iniciativa dos competentes, agravada por uma remuneração estreitíssima, tem sido o mais poderoso fator do retardamento da marcha evolutiva da Instrução, resolvemos fundar, a si do mês vindouro, um colégio, em que faremos um curso completo de estudos primários e secundários, e o qual, funcionando em prédio próprio, amoldar-se-á ao regulamento da instrução em vigor, cujas condições procurará satisfazer.

Quase inteiramente descurado até o presente, o curso primário será feito, em o novo estabelecimento, de acordo com os mais modernos princípios, sob a mais rigorosa inspeção; pois, como ilustre dr. Silvio Romero, estamos inabalavelmente persuadidos de que o referido curso constitui um dos palpitantes problemas neste país de governo popular, cujo magna carta estabelece, para o exercício dos direitos políticos, a condição de saber ler e escrever<sup>75</sup>.

Em 1913, no governo de Miguel de Paiva Rosa<sup>76</sup>, a cidade de Teresina contava com a existência de 14 escolas públicas destinadas ao ensino primário, com a quantidade de matrículas de 979 alunos. Essas matrículas se encontravam distribuídas entre as Escolas Reunidas com 448 matrículas, Escolas Mistas com 160 e Escolas Isoladas com 371.

De acordo com a Mensagem Governamental de 1920, o Estado ainda tinha grande vontade de melhorar o ensino que ainda era deficitário, contrastando com as condições financeiras do Piauí. As condições financeiras e estruturais do Estado possibilitaram que o mesmo, com uma população de cerca de 400 mil habitantes, 40 mil crianças em idade escolar, isto é dos 7 aos 13 anos de idade, a educação não atingisse a quantidade desejada, haveria apenas 3.068 alunos matriculados.

---

<sup>75</sup> INSTITUTO 21 DE ABRIL. **Diário do Piauí**. Teresina, ano I, n. 33, 4 abril 1911.

<sup>76</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Miguel de Paiva Rosa**. Teresina: Paz, 1913.

As matrículas dos alunos do ensino primário no Estado, de acordo com as Mensagens Governamentais do Estado do Piauí de 1911 a 1920, revelam que, apesar dos esforços a educação ainda não se encontrava de forma estável e com gradual expansão.

TABELA 2

## QUANTIDADE DE MATRÍCULAS NO ENSINO PRIMÁRIO NO PIAUÍ DE 1911 A 1920

Ano	Matrículas
1911	3.991
1912	4.010
1913	3.545
1914	3.220
1915	2.563
1916	2.546
1917	2.825
1918	3.084
1919	3.057
1920	3.476

Fonte: Mensagens governamentais do estado do Piauí de 1911 a 1920

Ainda no início dos anos 1920 foram estabelecidas duas escolas mantidas financeiramente pelo Governo Federal, que contribuiu para que acontecesse o desenvolvimento e a expansão do ensino no Estado, ao criar essas escolas, que tinham como funções, além de educar, profissionalizar a mão de obra existente. Essas escolas, segundo o governador Eurípedes Clementino de Aguiar, estavam estabelecidas no centro agrícola David Caldas, da capital, as quais funcionaram em prédios próprios para o ensino e tinham um relativo conforto quanto ao aparato estrutural.<sup>77</sup>

Além dessas, existia também a Escola Aprendizes Artífices<sup>78</sup>, em Teresina, a qual tinha cursos Primário e de Desenho, com horários de funcionamento diurno e noturno, e um total de 227 alunos matriculados. E também, de acordo com o governador Eurípedes Clementino de Aguiar<sup>79</sup>, houve a criação de mais escolas sob o comando do Governo Federal em diversos municípios do Estado, destinadas ao ensino primário, com o objetivo profissional e técnico ou agrícola e pecuário, de acordo com a necessidade de cada município.

O ensino técnico oferecido pela Escola Aprendizes Artífices já havia existido no Estado com a criação do Estabelecimento dos Educandos Artífices, pela Lei nº 220, de 24 de setembro de 1847, inaugurado na cidade de Oeiras, em 1º de novembro de 1849, com a matrícula de 15 órfãos. Esse ensino desde o início se destina às camadas mais baixas da sociedade local, tendo como público principal os “órfãos e desvalidos”.

Durante o ano de 1900, mais precisamente pela Lei nº 255, foi criado um instituto de educação profissional chamado Liceu de Artes e Ofícios, e em uma mensagem do governador Arlindo Nogueira destinada à Assembleia Legislativa, de 1º de junho de 1904, o mesmo destaca as vantagens desse ensino que levaria ao “desenvolvimento das aptidões mecânicas e artísticas dos que se destinam à vida industrial”, mas o estabelecimento de ensino não pôde ser criado por falta de pessoal para exercer as funções educativas<sup>80</sup>.

A escola passa a ser restabelecida no ano de 1910 na cidade de Teresina, mantida pelo governo federal, com quatro cursos, sendo dois diurnos (Letras e Desenho) e dois noturnos (Aperfeiçoamento e Desenho), com a complementação de cinco cursos como foi mostrado no fragmento anterior. As matrículas dessa escola se resumem no quadro a seguir:

---

<sup>77</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado pelo Governador Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar.** Teresina: O Piauí, 1920.

<sup>78</sup> Para essa denominação Ver: SOARES, Norma Patricya Lopes. *Escola Normal em Teresina (1864-2003): reconstruindo uma memória da formação de professores.* 2004. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

<sup>79</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1920, p.41.

<sup>80</sup> FERRO, 1996, p.113.

TABELA 3  
FREQÜÊNCIA À ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES 1910-1921

Ano	Alunos
1910	36
1911	54
1912	85
1913	73
1914	74
1915	72
1916	68
1917	78

Fonte: Sociedade Auxiliadora da Instrução. **A Instrução Pública no Piauí**, Teresina: Papelaria Piauiense, 1922. p.103.

Em 1922, houve a publicação da *Instrução Pública no Piauí*<sup>81</sup>, pela Diretoria da Sociedade Auxiliadora da Instrução, a qual inicia com a mensagem do Governador do Estado, João Luís Ferreira, para Dr. Matias Olímpio de Melo, na qual o Governador revela a sua surpresa diante da decadência do Ensino Público Estadual, evidenciando o seu desejo de reforma no ensino para o tornar eficiente. Na mesma publicação, consta o relatório da Comissão nomeada pelo governo desse período, que as reformas educacionais que aconteciam pelo mundo não tinham de fato grandes repercussões na prática real do Piauí, devido à legislação ter tornado o ensino obrigatório.

Além disso, reconhece que não eram os métodos e os critérios de ensino que deveriam ditar a maneira de organizar a educação no Estado, de forma “que se não circunscreva a criança a um esforço puro de memória, mas que lhe fiquem depositadas no espírito algumas noções que tenham ação direta sobre a sua inteligência e influíam na formação de sua vontade”.<sup>82</sup>

O relatório de instrução pública do Estado publicado em 1922<sup>83</sup> expunha que, apesar da obrigatoriedade do ensino, o Piauí não conseguia fazer isso acontecer devido aos seus poucos recursos para colocar em prática uma fiscalização eficaz, sendo criada a ideia de que deveria se iniciar pela melhoria na qualificação dos professores e não pela determinação de um ensino obrigatório.

<sup>81</sup> MELO., 1922.

<sup>82</sup> Id., 1909, p. 17.

<sup>83</sup> Id., 1909, p. 17.



De acordo com o mesmo relatório, a escola como instrumento e serviço que se destinava ao público tinha como função principal a de instruir “homens fortes”<sup>84</sup>, os quais deveriam passar pelas adversidades sem que lhes custassem a perda de obter resultados positivos. Mas, como o próprio Relatório evidencia, sobre ter uma educação desenvolvida pelo Estado, o mesmo se encontrada em relativo atraso, sendo até mesmo comparada a da Rússia na qual o ensino passou por decadência no ensino durante as primeiras décadas do século XX.

Estamos pois, em matéria de ensino, equiparados a um país que possui um professorado ruim. E como uma das unidades federativas, o Piauí, neste tocante, não oferece o menor progresso. [...] sua frequência escolar excedia um por 200 habitantes ou seja 0,05%.<sup>85</sup>

A pequena quantidade de pessoas instruídas pelo ensino primário durante as primeiras décadas do século XX se deu em grande medida pela falta de espaços escolares e também pela pouca mão de obra escolar, ainda nos anos de 1920, foram construídos ambientes pertencentes ao poder público e também já existia uma quantidade representativa de professoras normalistas formadas pela Escola Normal de Teresina, que atuavam em escolas da capital e também do interior.<sup>86</sup>

Considerando, e somente para argumentar, que a atual população do Estado que de acordo com o recenseamento ultimamente procedido é de 555.917 habitantes, seja a média da população nestes últimos 10 anos teremos que a percentagem de matrícula será de 0,6% ou seja que em mil habitantes do Estado apenas 6 se matricularam em suas escolas. Quanto a frequência, verifica-se que as escolas públicas estaduais foram frequentadas no último triênio por 131 alunos, ou seja 0,38% da população ou melhor em 1000 habitantes somente 4 assistem a escola.<sup>87</sup>

Esses dados possibilitam verificar que apesar do empenho do poder público em desenvolver a instrução da população infantil e ser a criança considerada o futuro do cidadão, essa instrução não foi absorvida por um grande número de pessoas, por não conseguirem ter acesso ao ensino ou por não o verem como um ganho futuro, nesse processo.

Isso é algo visível não apenas nas cidade do interior do estado, mas também na capital, onde se concentravam as ações do poder público diante da educação, diminuindo a quantidade

---

<sup>84</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1909, p. 17.

<sup>85</sup> MELO, 1922, p. 17.

<sup>86</sup> Id., 1922, p. 17.

<sup>87</sup> Id., 1922, p. 17.

de analfabetos, mas mesmo assim ainda existia uma grande parcela da população que vivia sob a ignorância, como destaca Matias Olímpio de Melo.

No município desta capital que é o mais bem servido no Estado em matéria de ensino o recenseamento a que ultimamente se procedeu acusa uma população de 52.255 pessoas, das quais 8.645 sabem ler, sendo analfabetas 43.610.

Em nossa capital, portanto, a percentagem de analfabetos é de 83%.<sup>88</sup>

Vale ressaltar que a cidade de Teresina apesar de ser a capital do estado, era considerada uma cidade que ostentava traços do mundo rural, onde as pessoas, principalmente as mais pobres, dedicavam-se às atividades de subsistência, na criação de animais, ou no trabalho agrícola. Isso retrata bem por que a capital tinha uma grande quantidade de analfabetos, pois esses não tinham acesso à educação por falta de condições financeiras ou por não darem a ela uma importância em suas vivências.

Ainda sobre o desenvolvimento do ensino e sua expansão territorial, o Relatório expõe a distribuição das escolas existentes no Estado nos seguintes termos:

Segundo o quadro organizado pela Diretoria Geral de Instrução, o ensino público primário no Estado é distribuído por 93 escolas, das quais 21 para o sexo masculino, 20 para o feminino e 55 mistas; são servidas por um corpo de 101 professores, das quais 8 professores e 93 professoras. Dessas escolas, 88 são isoladas e 13 formam a Escola Modelo e as 3 Escolas Reunidas na capital, não tendo isso criado até hoje um só grupo escolar; 19 são de 3ª entrância ou da capital sob a direção de 24 professores; 34 de 2ª entrância ou de cidades sob a direção de igual número de professores; 43 de 1ª entrância ou de vilas e de povoados com o mesmo número de professores. Do corpo de professores somente 48 possuem o curso da Escola Normal, convindo acrescentar que dos 53 professores não normalistas 41 estão refendo interinamente as respectivas cadeiras.<sup>89</sup>

Pode-se observar que a educação no Piauí estava dividida entre alguns modelos de escolas: reunidas, mistas e isoladas, sendo cada uma representativa de uma forma de ensinar.

As escolas durante algum tempo recebiam denominação e eram classificadas de acordo com o número de salas de aula que continham. A classificação básica era a seguinte: as Escolas Isoladas tinham apenas uma sala de aula, onde funcionava a 1ª e 2ª séries; as Escolas Agrupadas possuíam mais de uma sala de aula e atendiam alunos de 1ª e 3ª série. No início da República firma-se o ensino graduado com o aparecimento de Grupos Escolares com

---

<sup>88</sup> MELO, 1922, p. 17.

<sup>89</sup> ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Presidente Matias Olímpio de Melo*. Teresina, 1926.

turmas até a quarta e quinta séries e das Escolas Modelo, mas, para Ribeiro (op. Cit. P.81), “ainda em 1907, o tipo comum de escola primária é a de um só professor e uma só classe agrupando alunos de vários níveis de adiantamento”<sup>90</sup>.

Uma novidade durante os primeiros anos do século XX foi o surgimento de um modelo de escola conhecido como “escolas agrupadas”, que comportavam níveis de educação em um mesmo estabelecimento de ensino, uma novidade vinda juntamente com as novas propostas de educação. Assim expõe Antônio de Pádua Lopes:

O grupo escolar, que separou definitivamente a casa da professora de seu local de trabalho, surgiu no Piauí com a lei nº 527, de 06 de junho de 1909. Teve papel fundamental no redimensionamento do trabalho docente por colocá-lo separado da casa da professora, como uma segunda casa, porém com afetividade neutra e, asséptica; por realizar uma divisão de trabalho entre as professoras, agrupando diversas delas antes postas em escolas isoladas, permitindo, assim, um controle mais efetivo do Estado sobre o trabalho docente; por criar a figura do diretor de escola; por se constituir no espaço privilegiado de atuação da professora normalista; e, por fim, por tornar-se o espaço primeiro de inovações didático-pedagógicas<sup>91</sup>.

Com o empenho do poder público para que acontecesse o desejado desenvolvimento da educação no Piauí, apesar da condição econômica complicada, falta de mão de obra para a educação, pode-se observar as melhorias mencionadas em documentos oficiais do poder público estadual.

Apesar dos sérios embaraços decorrentes do estado de desorganização em que encontrei esse importantíssimo departamento administrativo e dos minguados recursos que a lei me faculta, posso assegurar-vos que são sensíveis os resultados benéficos do meu esforço em prol do ensino público. Na mensagem que vos enderecei o ano passado, vos cientifiquei das reformas levadas a efeito durante o primeiro ano do meu governo; tenho agora a satisfação de vos anunciar que novos e importantes melhoramentos foram realizados, dentre os quais destaco, como principal, a equiparação do Liceu Piauiense ao Ginásio Pedro II, acontecimento cujo alto alcance não é preciso que vos encareça.

A Escola Normal, com seus serviços reorganizados, sob a direção criteriosa e esforçada do Dr. Manoel Sotero Vaz da Silveira, está funcionando regularmente.

As escolas primárias desta capital tiveram a matrícula e a frequência sensivelmente aumentadas.

---

<sup>90</sup> FERRO, 1996, p.44.

<sup>91</sup> Id., 1996, p. 85.

No interior foram reabertas e criadas algumas escolas, tendo sido nomeadas professoras normalistas para preenchimento de algumas cadeiras vagas.<sup>92</sup>

Deve-se destacar que as melhorias expostas neste fragmento se deram de acordo com as informações vindas do poder público do estado, sendo analisadas e tidas como mais uma fonte do saber, não sendo por isso os dados tidos como uma verdade essencial.

Além do Relatório de 1922 as Mensagens Governamentais de 1926, sobre a instrução pública do Estado, escritas pelo governador Matias Olímpio de Melo<sup>93</sup>, expõem que o Estado do Piauí contava com apenas 79 escolas, distribuídas 18 em Teresina, 36 nas cidades do interior, 25 nas vilas e 18 nos povoados. Essas escolas compreendiam 2 grupos escolares e 5 escolas reunidas, cabendo a cada cidade 2 escolas, sendo apenas uma para cada vila ou povoado, pois nesses locais a quantidade de alunos era menor.

Nesse período aconteceu a criação das escolas reunidas pelo Estado, que visavam à expansão do ensino através de uma administração única, devido à reunião de várias escolas em apenas um espaço físico. Essa proposta foi defendida pelo governador Matias Olímpio de Melo em 1926 “a meu ver, e a observação me tem demonstrado o tipo de escolas que mais nos convém, são as Escolas Reunidas: menos despesas, maior aproveitamento às classes, mais fácil instalação”.<sup>94</sup>

Além das Escolas Reunidas criadas pelo Estado, com o intuito de melhorar a educação e torná-la mais presente no cotidiano das cidades, também foram criadas algumas escolas particulares. Em 1928, de acordo com a Mensagem Governamental do mesmo ano,

são mantidas na capital alguns institutos particulares de instrução primária a que o governo tem sempre auxiliado monetariamente. São neste caso os fundados, para as crianças pobres, pelas irmãs Catharinas, no Colégio Sagrado Coração de Jesus e pela sociedade São Vicente de Paula. Tem ainda o governo auxiliado colégios particulares em localidades do interior, como Buriti dos Lopes e Regeneração.<sup>95</sup>

<sup>92</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado pelo Governador Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar**. Teresina: Imprensa Oficial, 1918. p.16

<sup>93</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1926. Michelle Dias destaca as ações de Mathias Olympio diante da educação piauiense, em quais pode-se elencar como de suma importância sua participação enquanto governador do estado do Piauí nos primeiros anos da década de 1920. Embora o estado apresentasse problemas financeiros, a instrução se apresentava em constante crescimento, tendo uma elevada matrícula, finalização do prédio da escola normal, além disso contribuiu através de relatórios para se obter uma noção real da condição do ensino no Piauí. Ver in: DIAS, Michelle Araújo. “**ESTÁ EM JOGO UMA QUESTÃO SOCIAL**”: Intelectuais e a instrução no Piauí (1900-1930). 2013. 160f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013

<sup>94</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1926.

<sup>95</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Mathias Olympio de Mello**. Teresina: Imprensa Oficial, 1928.

Além da criação das escolas pelo Estado a preocupação com o desenvolvimento da educação no Piauí era manifestada pelo poder público, percebida com a criação de mecanismos para a expansão da mesma por todo o Piauí.

As mudanças ocorridas na educação do Piauí nas primeiras décadas do século XX se deram em grande medida por regulamentos, leis e decretos, esses, muitas vezes, nem sequer eram colocados em prática. Contudo apresentava uma pequena melhoria o desenvolvimento do ensino por todo o estado, aumentando menos do que o esperado pelos poderes públicos o número de pessoas escolarizadas.

E também o ensino no interior se deu de forma menor ao que se desejava, eram criadas poucas escolas, com um pequeno número de matrículas e de quantidade de professoras normalistas, que ocuparam os cargos públicos nas escolas, sendo o ensino mantido muitas vezes da mesma forma como acontecia no fim do século XIX, quando a educação era ministrada por professores sem formação destinada ao cargo de educador, as escolas eram espaços particulares e o ensino não seguia as novas metodologias.

Além disso a atuação do poder público do Estado durante as primeiras décadas do século XX ocorre com o empenho na construção de espaços escolares adaptados para o ensino. Isto ocorreu de forma muito lenta diante do pouco recurso financeiro disponível para esse fim, ocasionando adaptações de espaços particulares que pudessem ser alugados pelo Estado para a instalação de escolas ou de classes.

A falta de recursos para o desenvolvimento do ensino estava em grande medida relacionada às condições financeiras do Estado que, na década de 1910, adentra-se em uma forte crise econômica provocada por uma economia baseada no extrativismo vegetal. Assim o estado do Piauí sofre a duras penas as condições impostas pelo contexto de seu desenvolvimento econômico, se é que não se deve chamar a isso de retrocesso<sup>96</sup>. Assim a precariedade do ensino é perceptível através dos espaços escolares, tanto na capital como no interior do Estado, onde as escolas não se encontram instaladas em espaços apropriados para o ensino, e muitas vezes eram mantidas em locais que serviam de forma emergencial ao ensino infantil.

A oferta de serviços educacionais ocorreria, sobretudo, na esfera privada. Nesse universo, nos povoados, nas vilas e nas cidades, os espaços escolares co-existiam com os espaços de vivência dos educadores, ocorrendo uma mistura ou uma fusão entre os espaços

---

<sup>96</sup> QUEIROZ, Teresinha. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920**. Teresina: UFPI/APL, 1994.

privados e os espaços educativos. Assim a casa do professor se constitui em um espaço de instrução. Um ambiente único, os alunos conviviam com as atividades escolares e do lar.

Os ambientes destinados ao ensino eram os espaços dos professores particulares que ensinavam em suas casas, em espaços alugados, também ocorria o processo de aprendizagem no lar do próprio aprendiz. A casa era, portanto, lugar de instrução.

Assim o ambiente da casa do professor se constituiu como um local de aprendizado diante da falta de espaços para o ensino, fazendo com que a vida dos professores se misturasse com a dos alunos e da localidade onde moravam. Leônidas Mello, em suas memórias, relembra a casa-escola de Mestre Freitas, fundada em Barras.

Contígua à casa da minha tia ficava a casa do mestre Freitas, onde este residia com a família e era também a escola, instalada nas salas de frente, espaçosas, de portas e janelas para a praça. Quando lá chegamos, antes de sete horas, as salas já estavam abertas, porém ainda desertas de alunos. Só o velho professor, homem pequenino e já grisalho, mancando de uma perna, de espanador na mão, vasculhava a poeira da mesa e dos bancos, únicos móveis, meu pai cumprimentou-o com amabilidade<sup>97</sup>.

O Estado, nos anos vinte, se empenha em construir os grupos escolares, espaços gerenciados pelo professor para concorrer com um espaço gestado pelo poder público, no qual a atividade docente é controlada. O poder público lograra diferenciar o ambiente familiar do professor e o ambiente destinado à instrução. Para o desenvolvimento do ensino, o Estado compreendeu ser necessário um maior controle sobre as atividades educacionais. O local de ensino não seria mais o lugar de mando exclusivo do educador.

Esses grupos escolares também aconteceram em outras regiões do Brasil, exemplo disso é o estado de Minas Gerais que ainda nos anos iniciais do século XX já se encontravam em desenvolvimento. Pode-se destacar esse modelo de educação escolar como uma novidade marcante, assim como coloca Luciano Mendes de Faria Filho.

Diferentemente do espaço ocupado/usado pelas escolas isoladas, estruturado em sua origem para atender a outras finalidades – domésticas ou religiosas, por exemplo -, e que traziam consigo e utilizavam no dia-a-dia escolar outros símbolos, signos e, portanto, valores, sensibilidades, enfim outras culturas, os grupos escolares deveriam significar, ao mesmo tempo que um distanciamento deste mundo doméstico e religioso, a criação de uma nova cultura escolar que evidenciasse, simbólica e materialmente, a vinculação da escola com o mundo secular, público e urbano<sup>98</sup>.

<sup>97</sup> MELO, Leônidas de Castro. **Trechos do meu caminho**. Teresina: COMEPI, 1976. p. 63

<sup>98</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 24, n.1, São Paulo, Jan./jun. 1998, p.5.

O estado regulava os horários de aula, a quantidade de matrículas de alunos, o que deveria ser ensinado e também as condições físicas e higiênicas desses locais. O espaço escolar se consolidou como um ambiente de poder do Estado no qual ele poderia exercer o controle. A criação de grupos escolares afina-se com a ideia de que o ato educativo requer um espaço com características específicas.

Na iniciativa privada, também havia demanda para a criação de espaços adequados para o ensino, através das imposições do poder público para um espaço adaptado e que suprisse as necessidades educacionais. Como se pode destacar, o caso da escola Ateneu, sob a administração de Abdias Neves, a qual se adapta as condições higiênicas demonstradas.

Tivemos, haverá poucos, dias, ocasião de visitar o “Ateneu” e impressionou-nos muito favoravelmente as rigorosas condições de higiene que ali observamos. Tão rigorosas e felizes, que mesmo na presente quadra não há ali um só doente. Basta conhecer-se, aliás, o belo edifício em que funciona o colégio para bem avaliar das vantagens que ali encontram as crianças<sup>99</sup>.

Com o intuito de controlar a atividade docente, foi criada a função de inspetor de ensino ainda no século XIX<sup>100</sup>. No ano de 1859 foi criada a Diretoria Geral da Instrução Pública, com o objetivo de melhorar o sistema de ensino, centralizando os poderes por ele responsáveis. Essa era composta por uma Diretoria Geral, dois Colegiados, um de competência provincial e a outro municipal, além da Inspetoria. A Inspetoria tinha atuação no âmbito municipal, cabendo a ela inspecionar as escolas oficiais e particulares, fiscalizar que escolas tinham autorização de funcionamento, além de conceder licença aos professores efetivos e auxiliá-los na elaboração de suas atribuições educacionais.

A ação deste agente público visava contribuir para a ampliação do poder público em questões da educação nas mais diversas localidades. Em 1910, o Estado fundamentou a função e as práticas do inspetor de ensino através do Regulamento Geral de Instrução Pública do Estado do Piauí. No Capítulo Terceiro, artigo 15, afirma-se:

A inspeção do ensino tem por especial objeto conhecer das causas que influem sobre a instrução do povo, mediante a observação atenta das escolas, da sociedade e do território do Estado, e bem assim favorecer o seu progresso, agindo sobre o professor, o meio social e as autoridades<sup>101</sup>.

---

<sup>99</sup> O MONITOR. Teresina, Ano III, n. 77, 16 de abril de 1908, p.3.

<sup>100</sup> Ver: COSTA FILHO, 2006.

<sup>101</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1910, p.13.

A inspeção era uma ferramenta de controle sobre a instrução no Piauí. Através dela visava-se observar as escolas tanto da capital como do interior, no intuito de proporcionar o conhecimento sobre o ensino, apontando seus pontos positivos e suas falhas para que o poder público pudesse desempenhar suas ações em prol de uma instrução efetiva. Além disso, vale destacar que o papel do inspetor neste momento ia além dos espaços escolares ao exercer seu poder sobre o professor e a cidade que esse iria fiscalizar, ao controlar e ao direcionar as ações do poder público nas municipalidades.

O inspetor de ensino se torna um agente muito útil ao governo do Estado pois esse além de informar as condições do ensino, também fazia com que as regras criadas pelo estado fossem verificadas *in loco*. Observava se estavam sendo aplicadas ou não.

Segundo o citado regulamento:

Para o efeito da fiscalização técnica das escolas e estabelecimentos de ensino, fica o Estado dividido em duas circunscrições literárias: a primeira abrangendo os municípios de Amaração, Parnaíba, Baixo Longá, Porto-Alegre, Piracuruca, Piripiri, Itamaraty, Barras, União, Livramento, Campo-Maior, Campos Sales, Alto-Longá, Valença, Picos, Jaicós, Paulista e Patrocínio; a segunda compreendendo os demais municípios do Estado<sup>102</sup>.

É perceptível a divisão do território piauiense que deveria ser fiscalizado entre a região que detinha maior aglomeração populacional e importância econômica e a que comportaria menor importância para o poder público, mas não deveria ser esquecida diante da necessidade de controle educacional pelo Estado. O governo estadual buscava criar instrumentos para consolidar o seu poder, controlando através de seus funcionários como se dava o desenvolvimento da educação, em especial a atividade docente.

As recomendações aos inspetores eram expressas nas mensagens governamentais e também nos relatórios de instrução pública desse período. Através desta documentação, também é possível ter informações a respeito da atuação efetiva deste agente público.

A inspeção técnica do ensino tem produzido bons resultados e pelos relatórios apresentados pelos inspetores, está o governo do Estado aparelhado para tomar as providências precisas para melhorar as escolas do interior. A inspeção nos municípios do sul ainda não foi concluída estando o inspetor, Bacharel Mário José Baptista. [...] Conforme se vê dos relatórios do inspetor do ensino Dr. Mário Baptista, muitas escolas do interior só existiam nominalmente, sendo a matrícula

---

<sup>102</sup> Id., 1910, p.13.



remetida fantasia dos professores, para assim terem direito à percepção dos vencimentos. Desta forma, grande parte do sacrifício que o Estado fazia com a instrução primária era empregado improficuamente<sup>103</sup>.

A atuação do inspetor público de ensino, a partir do regulamento de 1910, possibilitou uma maior fiscalização da efetivação das regras de ensino, a verificação se os empenhos dos poderes públicos dos governos estadual e municipal realmente estavam obtendo efeitos positivos no ensino. Isso nos mostra uma ação reguladora do Estado ao não se destinar apenas ao impor as regras educacionais, mas também de tentar colocá-las em prática de forma efetiva. Esse poder disciplinador estadual parte assim de um instrumento institucionalizado, o inspetor de ensino.

A ação dos inspetores também é destacada nas notícias de jornais que circulavam pela cidade de Teresina, como o *Diário do Piauí* de 1913, que trata sobre o quadro de ensino encontrado por eles e pelo estado.

#### INSPETORES DE ENSINO

Os inspetores do ensino, percorreram suas zonas, escrevendo minuciosos e interessantes relatórios, que foram publicados no “Diário do Piauí” e, certamente, conheceis.

É vergonhoso o quadro aí traçado, - desde a falta de idoneidade de alguns professores, até o completo esquecimento de deveres. Sei que as tintas não foram carregadas. Espero, no entanto, poder dar, brevemente, remédio pronto a esse estado de coisas<sup>104</sup>.

No Regulamento Geral de Instrução Pública de 1922, continua havendo preocupação em definir as atribuições dos inspetores escolares. No período, estes continuam como agentes.

No regulamento, lê-se:

Art. 68 . Incumbe aos inspetores do ensino:

§ I. Visitar com frequência todas as escolas, grupos escolares e estabelecimentos de ensino da circunscrição que lhe for designada, verificando:

- I. O número de alunos matriculados e frequentes.
- II. O estado da circunscrição das escolas, examinando os livros da matrícula, ponto, diário e outros;
- III. O adiantamento dos alunos em relação ao tempo de sua matrícula.
- IV. A capacidade e a solicitude do professor no desempenho de sua missão;
- V. A disciplina, ordem e regularidade dos trabalhos escolares<sup>105</sup>.

<sup>103</sup> ESTADO DO PIAUÍ. Governador, 1911. **Mensagem apresentada à Câmara dos Deputados pelo Governador Dr. Antônio Freire da Silva**. Teresina: Imprensa Oficial, 1911. p.20.

<sup>104</sup> **DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 265, 21 nov. 1913.

<sup>105</sup> MELO, 1922, p.30.

Como se pode ver, a função do inspetor vai além da escola, pois controla o educador desde a sua assiduidade escolar até seu desempenho em sala de aula, podendo o Estado verificar as formas de ensino e quais os sujeitos que tinham a função de educar e quais as imagens atribuídas a eles pela sociedade, autoridades e chefes de família. Caberia ao inspetor de ensino verificar as condições do ensino nas mais diversas cidades do Piauí e também divulgar a educação, reunindo os poderes locais e os chefes de famílias em palestras em que ele poderia fazer a propaganda da educação escolar e também das ações do poder público do Estado para o desenvolvimento da instrução<sup>106</sup>.

Além dessas funções caberia ao mesmo especificar em seus relatórios as condições em que se encontrava o ensino público pelo Piauí. Esses relatórios deveriam relatar as condições do desenvolvimento do ensino encontradas nas povoações ou nas localidades; a descrição dos prédios escolares, os que pertenciam ao poder público e os que pertenciam ao poder privado, especificando as dimensões dos seus cômodos, os locais onde se encontravam e a frequência escolar; relatar qual o conceito do professor na cidade, como ele era percebido pelos moradores na região onde se locava<sup>107</sup>.

A verificação das condições higiênicas de uma escola não se limita apenas as escolas dos espaços públicos, englobaria as escolas particulares como uma maneira de se adequarem às exigências em vigor. Assim, em 1911, o *Diário do Piauí*, noticiaria:

Sob a iniciativa dos srs. Drs. Simplício de Souza Mendes e Antônio Carvalho Filho, com o nome que ai se lê, no dia 21 do próximo mês de abril, será fundado nesta capital, em o prédio nº 6 a rua “dr. Álvaro Mendes” antiga Rua Grande, um colégio de instrução primária e secundária. Segundo estamos informados, o novo estabelecimento, onde os alunos encontrarão, pelas excelentes condições higiênicas e pelo ótimo tratamento, todo conforto preciso, obedecerá aos mais modernos princípios da ciência pedagógica, procurando aproximar-se, quanto possível, dos mais acreditados estabelecimentos adiantados como Ceará, Pernambuco, Bahia, etc. Brevemente serão publicados os estatutos respectivos e distribuídas circulares nesta capital e pelo interior do estado<sup>108</sup>.

Vale ressaltar que nas duas primeiras décadas do século XX, assim como destaca Livia Moraes, existiu o movimento tido como sanitarista, o qual deu ênfase ao saneamento urbano e rural, sendo essencial para o desenvolvimento de uma política de saúde pública, tendo a higiene como elemento central do combate às doenças. Assim “cabe ressaltar que entre o final do século XIX e início do XX, a interferência do poder público no âmbito da saúde e da

---

<sup>106</sup> MELO, 1922.

<sup>107</sup> Id., 1922, p.32.

<sup>108</sup> COLÉGIO 21 DE ABRIL. *Diário do Piauí*. Teresina, Ano I, número 30, 31 de março de 1911. p.1.

doença da população no Piauí estava restrita ao isolamento, a desinfecção e a notificação compulsória das moléstias<sup>79</sup>. Esta valorização da higiene se verifica no campo educacional com as disciplinas específicas e cuidados com a saúde dos alunos pelo poder público local.

Nas documentações oficiais do estado, registram-se recomendações para a construção de instituições de ensino em locais onde se tivessem boas condições higiênicas. Isto era posto para evitar o contágio com possíveis focos de infecções e doenças, respeitar um ar de boa qualidade, uma região onde se obtivesse uma iluminação dos espaços de forma satisfatória e também para obter uma higiene escolar e o controle sobre o corpo, assim como pode ser observado da mensagem governamental de 1913, que se lê.

Quase todas as escolas, quer da capital, quer do interior, funcionam em prédios particulares, contratados para esse fim. Alguns foram adaptados, outros sofreram grandes consertos – em todos se procuraram observar, tanto quanto o permitiram os recursos do Estado, severas condições de higiene. Os da capital estão providos de mobiliário; é grande, entretanto, a pobreza no interior.<sup>109</sup>

É importante observar as indicações de ações do poder público do estado quando se trata da educação infantil onde se inspecionam os ambientes escolares, colocando a educação sobre o seu domínio desde as propostas educacionais, os prédios e as formas como se desenvolve o ensino. As mensagens governamentais revelam a incorporação das novidades pedagógicas defendidas pelos bacharéis em direito que constituíam nossos primeiros pedagogos, a exemplo de Abdias Neves.

Em 1913, o *Diário do Piauí*, registra a seguinte reflexão de Abdias Neves, que era diretor e professor da escola particular Ateneu.

Caminhando, informa-nos o diretor:  
- Como vê, estamos em começo mas bem nota os bons desejos que alimentamos de tornar, dentro de poucos meses, o *Ateneu piauiense*, um internato modelo em Teresina. Espero ter mobília própria para cada uma das salas, com observância de todas as exigências da higiene escolas. Você não avalia os males causados à infância piauiense pelo descaso de princípios rudimentares de higiene nas escolas. Acumulam-se dezenas de crianças onde não há espaço nem para a metade, e ali respiram elas, seis horas diariamente, um ar viciado. Sentadas em bancos, com o livro à mão ou nas pernas, quando lhes sobrevem o cansaço, mantêm durante todo esse tempo o dorso curvado, o que lhes acarreta desvios da espinha. Já observou como é crescido, em Teresina, o número de acoleóticos? [...]

---

<sup>109</sup> ESTADO DO PIAUÍ. Governador, 1913. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Miguel de Paiva Rosa**. Teresina: Paz, 1913. p.18

- Pois é, quase sempre, uma herança da escola. Os cursos devem ter carteiras apropriadas ao desenvolvimento do aluno. É a primeira coisa a fazer. Depois, não devem ser juntas, devem ficar separadas de modo a permitir livre passagem. É o que estou organizando. Outro ponto interessante – o dormitório. Sou contra os *quartos*. Penso rasgar aqui um salão que comporte todos os internos. Será iluminado toda a noite e nele dormirá um empregado de confiança do *Ateneu*. Ainda outro ponto interessante – as refeições: serão sempre em comum com as do diretor interno<sup>110</sup>.

De acordo com esse fragmento, percebe-se que as novidades diante do ensino atingiam tanto as mudanças em mobílias, em metodologias e também nas estruturas dos espaços ocupados pela escola, quanto as salas de aulas e aqueles destinados aos alunos internos

Nas primeiras décadas do século XX, os locais de ensino tanto na capital do Estado como nas cidades do interior eram predominantemente propriedades privadas, os poderes público estadual ou local alugavam os espaços que deveriam ser destinados ao ensino. Muitos desses locais apresentavam pouca estrutura para abrigar um a, escola, distanciando-se do ideal de espaço escolar informado por princípios de higiene.

Em geral as instruções sobre a arquitetura e a forma que as escolas deveriam ter, estavam contidas nas mensagens governamentais, que apresentavam informações e orientações sobre as doenças que possivelmente poderiam ser adquiridas pela população, em espaço escolar inadequado. Por esta fonte, infere-se que as condições de funcionamento da instrução pública eram bastante diferenciadas do ideal higiênico. Em 1917, o governador Eurípedes de Aguiar, diz encontrarem-se.

as escolas públicas primárias da capital em prédios sem higiene e sem conforto, alugados por preços elevadíssimos e sob contratos lesivos ao Estado [...] escolas em condições de extrema penúria, sem um quadro negro digno desse nome, sem um relógio são, pobre de livros, de papel, de tinta, de tudo, enfim.<sup>111</sup>

O engenheiro Ribeiro Gonçalves, que atuou como professor no Piauí durante as primeiras décadas do século XX, mostra a situação do Estado em questão de arquitetura. Em seus termos:

O ingresso no magistério, dando-me ensejo de apreciar de perto a precariedade das instalações escolares, revela-me, ao mesmo tempo, o obstáculo que ainda não pudera ser vencido e que provoca a impressão

<sup>110</sup> DIÁRIO DO PIAUÍ, Teresina, ano III, n. 185, 21 nov. 1913.

<sup>111</sup> ESTADO DO PIAUÍ. Governador, 1917. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar**. Teresina: Imprensa Oficial, 1918.

lastimável primitivismo, embora o atraso seja mais de ordem material do que do processo propriamente educativo. [...]

A impressão recolhida é igual em toda parte. Incontestavelmente, os métodos pedagógicos evoluíram, mas a escola conserva o mesmo desconforto da minha meninice. Grupos escolares, as escolas agrupadas e nucleares continuam instaladas em casas de aluguel, onde as alcovas, sem ar e luz diretos, servem de salas de aula.<sup>112</sup>

Ao que parece, os espaços escolares alugados pelo estado não evoluíram estruturalmente, apesar das regras e normas criadas pelo poder público em observação à higiene.

Esta precariedade estrutural não era apanágio da escola primária, atingia a instrução responsável pela formação de professoras – a Escola Normal Oficial. Segundo Luís Mendes Ribeiro Gonçalves,

Mas, nada obstante, os novos mestres não logravam plena aplicação dos conhecimentos apreendidos, pois as instalações escolares se dispunham antes a entorpecer-lhes a ação, do que a evidenciar-lhes a capacidade. Os ensinamentos lhes eram ministrados em situação tendente a contradizê-los e não a comprová-los. A Escola Normal, na feição material, reproduz a escola primária. Inaugurada no antigo edifício da Assembleia Legislativa, venho encontrá-la em prédio residencial, absolutamente inadaptável aos fins a que o destinaram. O Liceu, de igual modo, permanece na velha casa em que o deixara e por onde passaram as gerações de alunos que me precederam. Sem elementos de circulação, o acesso a determinadas classes a fazer-se, obrigatoriamente, através de outras<sup>113</sup>.

A Escola Normal, assim como os demais espaços escolares públicos do Piauí, encontravam-se em condições estruturais aquém do desejado pelo poder público, funcionando em espaços alugados de forma paliativa diante da falta de recursos financeiros para a criação e manutenção de espaços que fossem de propriedade pública, tornando as áreas de ensino inadequadas e de difícil desenvolvimento de um plano de educação desejável.

Esta configuração começou alternada à construção de prédios escolares. Luís Ribeiro Gonçalves foi responsável por projetá-los nos anos 1920. A respeito da construção de prédio que passou a abranger a Escola Normal, conta.

tão pronto saneadas as finanças piauienses, passa a dedicar os zelos maiores à edificação escolar. Lança a pedra fundamental da grande obra que, desde então, se vem realizando. Distingue-me, em 1919, com a incumbência de projetar o novo edifício da Escola Normal Oficial. Reserva à construção, em

---

<sup>112</sup> GONÇALVES, L.M. Ribeiro. **Impressões e perspectivas**. Brasília: [s.n.], 1980,p.256

<sup>113</sup> GONÇALVES, 1980, p.256-257.

expressiva coincidência, o local em que, primitivamente, na fundação da cidade, se elevava a chamada **Casa do A.B.C.**, substituída, depois, por um teatrinho, e o mesmo em que, por último, havia o prédio da Assembleia Legislativa, no qual, no começo, funcionara a própria Escola Normal. O terreno, em declive, embora aproveitado ao máximo, era, contudo, exíguo. Não correspondia à extensão do plano concebido. Foi admitida, todavia, a possibilidade de ampliá-lo, de futuro, com a desapropriação da área anexa, com frente para a rua Álvaro Mendes. E, enquanto a aquisição não se efetuassem seria utilizado, como campo de exercícios físicos, o Parque Marechal Deodoro<sup>114</sup>. (Grifo do autor)

A ideia de construção de um espaço apropriado ao ensino Normal se dá pela utilização de um espaço de propriedade do poder público do Estado, que não era adaptado parcialmente às necessidades do ensino, mas poderia ser usado para os fins educacionais, já que a sua aquisição não geraria maiores despesas financeiras para sua aquisição.

A construção de espaços escolares só se efetivou em 1920, no governo de João Luiz Ferreira, o qual destinou uma parcela dos recursos financeiros do Estado para construção de escolas. A respeito deste fato, Luís Mendes Ribeiro Gonçalves em suas memórias registra:

Inicia-se, finalmente, em 1920, a construção do primeiro edifício escolar em todo o Estado. Prevalciam as diretrizes da nova mentalidade, mas avisada e esclarecida. João Luiz Ferreira leva avante o empreendimento. E do programa de amplo descortino e largas aquisições materiais de sua administração, é, ainda, parte integrante do Grupo Escolar Abdias Neves<sup>115</sup>.

As construções de espaços escolares nos anos de 1920 ganharam grandes proporções diante da arquitetura de encanto e de imponência tanto na cidade de Teresina como no interior do Estado, como na cidade de Parnaíba, com o Grupo Escolar Miranda Osório. A imponência dos espaços destinados ao ensino se dá pela necessidade da criação do encanto pelo espaço escolar na sociedade, além de possibilitar a germinação do entendimento de um ambiente com ares de beleza e de organização. Assim como se pode perceber diante da Escola Normal Oficial ao ser considerada um patrimônio da cidade de Teresina.

As festas comemorativas da passagem do Governo, de 1924, já se realizam no majestoso edifício da Escola Normal, que se incorpora, então, ao patrimônio artístico de Teresina, sendo dos mais notáveis entre os estabelecimentos congêneres do Nordeste e, sem contestação, o monumento arquitetônico de linhas mais imponentes do Estado. Matias Olímpio, além de concluir o Grupo Escolar “Abdias Neves”, manda projetar e construir dois outros menores: o que, hoje, tem o seu nome, no bairro “Porenquanto”, e o

---

<sup>114</sup> Id., 1980, p.257.

<sup>115</sup> GONÇALVES, 1980, p. 257.

“Gabriel Ferreira”, no subúrbio “Vermelha”. Contemporaneamente, em Parnaíba, José Narciso, na Prefeitura, leva a termo a edificação do Grupo Escolar “Miranda Osório”, atual Ginásio Parnaíbano, prédio de amplas proporções e belo aspecto, projetado pelo ilustre engenheiro Samuel dos Santos<sup>116</sup>.

Além disso vale destacar a criação das escolas na cidade de Teresina, algo que não acontecia apenas no centro da cidade mas também nas áreas periféricas, revelando a necessidade do ensino ser expandido para todas as classes sociais, não algo exclusivo das classes alta e média. Com isso as escolas ganham uma dimensão ampla na cidade ao se expandirem, fazendo parte do cotidiano da sociedade local.

As construções de espaços escolares pelo estado se deram diante da ação estadual de expansão do número de alunos, em especial em Teresina que comportaria a maior concentração de escolas, assim como se pode perceber no fragmento a seguir.

No plano de ação governamental, multiforme, intenso e extenso, as edificações escolares constituem componente de grande relevo e da mais alta significação. Resolve-se construir, inicialmente, o Grupo Escolar “Domingos Jorge Velho”, em Teresina, e as escolas agrupadas de “David Caldas”, “Dr. Sampaio” e “Poti Velho”. Sente, porém, o administrador a vantagem de interessar na obra a empreender as prefeituras municipais. A campanha orienta-se no sentido de concentrar esforços e reservas financeiras com o mesmo objetivo. A conjugação de esforços proporcionaria mais rapidez à realização. E não é só. Serviria a advertir as administrações locais das necessidades maiores a suprir<sup>117</sup>.

Apesar da grande concentração da quantidade de escolas na cidade de Teresina, seja por ser polo administrativo do poder do estado, seja por concentrar uma maior quantidade de pessoas, as demais cidades do interior, em especial, aquelas de grande relevância política, econômica e social, também receberam o benefício de terem espaços escolares construídos pelo poder público, evidenciando a necessidade de formação de uma população escolarizada por todo o território estadual.

O programa é, portanto, elaborado à base da cooperação municipal. Desse jeito, edificam-se e inauguram-se os grupos escolares de Picos, Campo Maior, Piripiri, Amarante e Miguel Alves e as escolas agrupadas de Batalha e Valença. De igual forma, atacam-se as construções dos grupos escolares de Barras, Porto Alegre, Piracuruca, Pedro II, Parnaíba, Floriano e Oeiras e as escolas agrupadas de Castelo, Bom Jesus, São Raimundo e Belém, depois Palmeirais. E como ainda parecesse pouco, recebo o encargo de projetar e

---

<sup>116</sup> Id., 1980, p.257.

<sup>117</sup> GONÇALVES, 1980, p.258.

construir o Liceu Piauiense, prédio de estilo moderno, em cujos planos e edificações foi prevista a possibilidade de ampliá-lo, em planta, de mais três alas, e, em elevação, de outros pavimentos<sup>118</sup>.

Assim na década de 1920, construíram-se prédios escolares observando os critérios técnicos considerados responsáveis ao desenvolvimento da instrução pelo território piauiense, de forma bastante diminuta, contemplando não apenas a cidade de Teresina. Assim o ensino se expande mesmo que lentamente a partir do empenho dos poderes públicos municipais e estadual, criando escolas que possam se adequarem aos desejos de ambientes educacionais que se tinham.

Conclui as construções que recebera em andamento e levanta, segundo o último relatório governamental, mais dezoito grupos escolares e várias escolas agrupadas em diversas cidades do interior. Hoje será exceção encontrar-se, entre as localidades piauienses, uma que não ofereça, à contemplação do visitante, a sua escola, de aspecto modesto, é verdade, mas **preenchendo os requisitos higirotécnicos, convenientemente arejada, iluminada, mobiliada, pequeno laboratório** onde, em meio são, se preparam os homens do futuro. A semente ao solo há vinte e dois anos germinou, cresceu, multiplicou-se. Agora, é seara lourejante<sup>119</sup>. (Grifo da pesquisadora)

Além dessa preocupação a respeito das condições estruturais das escolas primárias públicas tanto material como higiênica, no ano de 1930 também aparecem nas mensagens governamentais referências às inspeções higiênicas do poder público do Estado nas unidades escolares. Essa mensagem evidencia que em Teresina, Oeiras e Floriano tinha acontecido um surto de *tracomatosos*<sup>120</sup> em grande quantidade das escolas e dos grupos escolares, cabendo ao governo estadual a criação de medidas para combater a doença nas escolas e nas cidades, conforme a mensagem de João de Deus Pires Leal.

Urgia, assim, combater o mal, de fácil contágio e de consequências graves, aliás conhecidas. Fiz, por isso, incluir entre as condições estipuladas no contrato com o Governo da União, para o restabelecimento do Serviço de Saneamento Rural, a de ser mantido por esse serviço um posto de combate ao trochoma cujo trabalho vai dando ótimos resultados.

Inicialmente, o tratamento dos escolares era feito no Posto "Moura Brasil", como o dos demais doentes.

---

<sup>118</sup> Id., 1980, p.258.

<sup>119</sup> Id., 1980, p.258.

<sup>120</sup> Uma doença contagiosa da conjuntiva e da córnea, causada pela bactéria *Chlamydia trachomatis* gram-negativas e caracterizada pela inflamação, hipertrofia e formação de grânulos de tecido adenoide. É uma das principais causas de cegueira na Ásia e na África.



Para comodidade deles e maior eficiência do seu tratamento, resolveu-se designar o Grupo "José Lopes" para nele, e somente nele, terem matricula os alunos *trachomatosos*, criando-se ali o Posto Escolar "Abreu Filho", que somente se ocupa do tratamento de escolares.<sup>121</sup>

Diante disso, fica visível a preocupação do governo do estado em ter o controle sobre a saúde e as condições higiênicas dos alunos no espaço escolar, pois ao criar um ambiente destinado apenas ao tratamento e ao isolamento dos doentes fazia com que se tivesse sob o controle as ações desses doentes. Assim os corpos infantis poderiam ser controlados pela política educacional ligada à higiene e à saúde, impostas no ambiente escolar e nas cidades.

Ainda nesse mesmo ano, na mensagem governamental existem informações sobre as instalações escolares evidenciando a atuação do poder público estadual diante das condições higiênicas escolares, o qual expôs que apesar do esforço realizado para a difusão do ensino por todo o Piauí ao aumentar o orçamento destinado a educação, o mesmo ainda não supria as necessidades do setor. A forma de educar que era desejada pelo governo encontrava obstáculos quanto às instalações escolares que não seguiam as condições necessárias para o desenvolvimento do ensino diante da higienização do espaço, como revelou o governador João de Deus Pires Leal<sup>122</sup>.

São imperfeitas as instalações de nossas escolas, exceto alguns grupos da capital e um de Parnaíba.

Já tive oportunidade de vos falar, em mensagem anterior, do que fizera para melhorá-las, tornando-as toleráveis no interior. Fizeram-se adaptações que higienizaram os velhos prédios construídos para residências particulares, os quais não satisfazem as exigências da moderna pedagogia. Foram consideravelmente melhorados, porém isso não basta.<sup>123</sup>

As construções de escolas e espaços destinados ao ensino que aconteciam no Piauí estavam de acordo com as novidades vindas do processo de desenvolvimento com trações de modernidade, adaptando-se as necessidades escolares, as exigências higiênicas e sanitárias que estavam se inserindo cada vez mais na sociedade e aos padrões arquitetônicos "monumentais" que desejavam imprimir no espaço escolar.

<sup>121</sup> ESTADO DO PIAUÍ, Governo. 1930. **Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. João de Deus Pires Leal**. Teresina: Imprensa Oficial, 1930, p.19.

<sup>122</sup> João de Deus Pires Leal nasceu na cidade de São Bernardo (MA) no dia 22 de janeiro de 1890. Em 1928 foi eleito governador do Piauí sucedendo a Matias Olímpio de Melo. Durante sua gestão, iniciada em 1º de julho do mesmo ano, construiu várias estradas e prédios públicos. Teve o mandato interrompido em 4 de outubro de 1930 com a eclosão da Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEAL,%20Jo%C3%A3o%20de%20Deus%20Pires.pdf>> Acessado em: 20 jun. 2017.

<sup>123</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1930, p.20.

Diante disso vale destacar que as construções de espaços escolares nas cidades aconteciam em diferentes ritmos e crescimentos, assim como aponta Clarice Nunes ao tratar da cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX.

É possível afirmar que, independentemente das peculiaridades desses centros, a política de intervenção na escola primária por eles operada visava modificar profundamente o *habitus pedagógico* combinado, ao mesmo tempo, todo um processo de renovação escolar via renovação da formação docente e uma séria tentativa de reformar os costumes das famílias que enviavam seus filhos às escolas. Por baixo e por dentro das modificações produzidas na organização escolar, o que estava em jogo era uma reforma do espírito público que exigiu o alargamento da concepção da linguagem escolar e que, superando o tradicional domínio oral e escrito das palavras, buscou a construção de todo um sistema de produção de significados e interação comunicativa. Por esse motivo os espaços de aprendizagem se multiplicaram: não apenas a sala de aula, mas também as bibliotecas, os laboratórios, a rádio-educativa, os teatros, os cinemas, os salões de festa, os pátios, as quadras de esporte, os refeitórios, as ruas, as praças e os estádios desportivos.<sup>124</sup>

Clarice Nunes também destaca a importância de manter uma escola higiênica como no fragmento a seguir, logo que a escola passa a fazer parte das preocupações do poder público ao ser um espaço de controle social no estado do Rio de Janeiro, mas que também era compartilhada pelo poder público piauiense.

Os problemas de saúde dos professores e dos alunos contribuíram, e muito, para que a escola ocupasse um espaço central na agenda pública. Como foco de epidemias, a escola revelava de forma crua a interdependência social, na medida em que a doença poderia atingir qualquer um, independentemente da sua condição de classe. A ação estatal no controle epidemiológico privilegiou, portanto, a escola como instrumento de uma política ampla, coletiva, contínua e compulsória de resguardo e restabelecimento da saúde da população, o que deu resultados concretos. Além das questões de saúde, a necessidade de controlar a participação política das massas, por meio das eleições, mostrava que a escola pública era instrumento estratégico.<sup>125</sup>

Diante das percepções sobre a importância que deveria ser atribuída ao ambiente escolar pode-se perceber que apesar do empenho do poder público estadual em pôr em prática as ideias da pedagogia moderna, isso não se consolidou de forma desejada no Piauí das quatro primeiras décadas do século XX. O ensino sob os moldes dessa pedagogia ainda era

---

<sup>124</sup>NUNES, Clarice. (DES)ENCANTOS DA MODERNIDADE PEDAGÓGICA In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. FARIA FILHO, Luciano Mendes. VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs) **500 anos de educação no Brasil**, 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 374-375.

<sup>125</sup> NUNES, 2011. p. 388.

incipiente, dava os primeiros passos rumo ao desenvolvimento, contando com medidas e empenhos diante do aprendizado intelectual e da higienização dos corpos e dos espaços de ensino.

## 2.2 PRODUÇÃO PEDAGÓGICA

As produções pedagógicas das primeiras décadas do século XX se deram diante da necessidade de mudança de um ensino que formasse uma população alfabetizada e o entendimento de que aquilo que deveria ser ensinado no ambiente escolar deveria ser útil para a vida cotidiana. Diante disso, os conteúdos e as metodologias de ensino passaram por significativas transformações.

Assim educação no Estado esteve atrelada às novas construções sobre a pedagogia e também sobre a atuação da escola no cotidiano, a primeira se instaura de maneira diferente a partir do deslocamento do aprendizado para os centros urbanos, havendo um abandono paulatino das tradições de ensino ligadas ao mundo rural<sup>126</sup>, e a segunda se configurava como um ambiente de ensino intelectual, moral e de comportamentos, que deveria atender às necessidades da nova sociedade que estava em pleno surgimento com o governo republicano.

Pedro Vilarinho Castelo Branco<sup>127</sup> evidencia que a antiga pedagogia aplicada nas escolas piauienses ainda estava ligada às práticas vindas do mundo rural, assim essa se destinava, muitas vezes, ao ensino voltado para as necessidades do meio, como a produção de utensílios usados no cotidiano, sendo o ensino, por diversas vezes, distanciado do ensino do conhecimento científico. Além do mais, como o mesmo expõe, a infância era o momento que estava destinado ao aprendizado de valores sociais e também das primeiras letras, sendo essa marcada pelas relações que lhe passavam.

A primeira modificação do ensino deve ser percebido quanto à necessidade de ensinar outros conteúdos que não fossem apenas as primeiras letras e as contas básicas de matemática. Isso se deu diante do desenvolvimento das ciências que mostrou de extrema relevância ensinar história natural, química, física, entre outras disciplinas que pudessem despertar os alunos para o entendimento e o desenvolvimento dessas. E também de matérias referentes às humanidades como história e geografia.

---

<sup>126</sup> CASTELO BRANCO, 2008.

<sup>127</sup> Id., 2008.

As metodologias de ensino também tiveram em destaque nos primeiros anos do século XX, pois se questionavam as formas de educar tanto as crianças como os outros sujeitos atingidos pela educação. Com isso, em Teresina as produções quanto ao ensino foram múltiplas, tendo participação de muitos intelectuais locais e também do poder público.

As novidades pedagógicas são percebidas nas formas de ensino, onde foi acontecendo a negação do antigo modelo em qual a criança aprendia com jornais, cartas e bíblias e passa a dispor de uma gama de ferramentas no ambiente escolar, como é possível observar no fragmento.

Ateneu Piauiense

Para se mostrarem dignos dessa confiança, aliás, não tem os diretores do “Ateneu” poupado sacrifícios. Agora mesmo acabam de receber de Paris cartas murais, cartas mudas, um globo, um aparelho de projeções para o estudo prático de eclipses e estações. Há outras encomendas.

Dando esta notícia, recomendamos o “Ateneu” à escola dos chefes de família<sup>128</sup>.

Essas novidades pedagógicas defendidas muitas vezes como uma nova e melhorada forma de educar são usadas pelos estabelecimentos escolares como uma maneira de propaganda tanto das escolas públicas como das privadas, chamando a atenção da sociedade para as melhorias de ensino diante do novo. Assim pode-se ver na publicação do jornal *Diário do Piauí* de 1908.

Reabrem-se no dia 10 do corrente, as aulas do Ateneu, - o internato dirigido pelos drs. Mathias Olympio e Abdias Neves. O edifício está passando por importantes reformas. Toda a mobília escolar foi substituída, ou melhorada. E como se inauguram os aparelhos, castas neurais, e vindos, ultimamente de Paris, fica esse estabelecimento em vantajosas condições.

A mensalidade que ali se paga é de direito as refeições, casa, roupa lavada e gomada, ensino até quatro matérias.

O ateneu possui um corpo escolhido de professores<sup>129</sup>.

Essas novidades pedagógicas são defendidas como formas de educar a infância do modo mais eficaz, sem provocar perdas quanto ao que é ensinado e muito menos não proporcionado à criança como sujeito em formação. Isso significa que não se direcionam as questões do ensino apenas para o que deve ser ensinado, mas como deve ser ensinado e até aonde o que é ensinado atinge de forma eficaz o sujeito, mostrando a importância que passa a

<sup>128</sup> O MONITOR, Teresina, ano II, n. 60, 19 dez. 1907.

<sup>129</sup> O MONITOR, Teresina, Ano III, n. 62, 2 jan. 1908, p.4.

ser atribuída à infância. Isso é possível observar na entrevista feita à Abdias Neves em 1913 pelo jornal *Diário do Piauí*.

- Mas, ouvi que tem métodos de ensino...

- É certo. Como professor guiam-se dois fins: evitar que a criança se aborreça na aula e conseguir o máximo de resultado no mínimo de tempo. Não sou caturra. O aluno é um amigo. Conversamos, rimos, ficando, aliás, cada um no seu papel. Sabendo quanto é instável a atenção infantil, não esgoto a hora com a lição, aproveitando todas as ocasiões para lhes contar uma anedota, para lhes referir uma passagem que tenha relação com o assunto. Não há menino que ouça uma preleção de hora. No fim de quinze minutos, o lente está pregando no deserto. É preciso variar, dar breve descanso mental, tratando de assunto leve que lhe acenda a curiosidade. A habilidade do mestre está, justamente, em observar quando principia a ser *cacête*. Quando ao ensino, venha um dia destes assistir a uma aula.

E continuou:

- No curso primário adoto o método da silabação e da escrita simultânea. Dá ótimos resultados. Em seis meses o aluno escreve e lê. Princípio, então, fazer exercícios de raciocínio: lida uma página, em classe, o professor a repete e manda que um aluno da classe a reproduza com palavras próprias.

Outras vezes manda substituir certos vocábulos por seus sinônimos. Aos sábados costuma fazer exercício de leitura em voz alta, evitando, em absoluto, a declamação. A isto, junta exercícios fáceis de redação, fornecendo os elementos necessários, mas obrigando o aluno a pensar e a traduzir com independência o pensamento.

- E o curso secundário?

- Rigorosamente prático. O de geografia, por exemplo, é feito por meio de cartas mudas. Pedi e já recebi 500 da casa *Les Fils d'Émile Deyrote* (Paris). Entabolei transações com a mesma casa para adquirir, um aparelho de projeções (fotografias e microfotografias, em vidro), aparelho destinado ao ensino de geografia, de história e história natural. É uma ideia antiga, que ainda não abandonei. Quanto ao ensino de línguas, faço-o exigindo o menos possível, de meus alunos, o estudo da gramática. A prática, os exercícios diários, o habitua a construir a frase corretamente. Obtido isto, aprende a razão de ser da construção na gramática...<sup>130</sup>

As noções pedagógicas durante as três primeiras décadas do século XX passaram a fazer parte do cotidiano da cidade de Teresina, seja em ambientes escolares ou em leituras de jornais que circulavam na capital. As produções pedagógicas ganhariam destaque no cotidiano dos letrados, sejam eles participantes do governo local, sejam que se dedicavam ao ensino, assim a educação não ficou limitada apenas às ideias governamentais, ao estabelecimento de regras e planos de ensino, mas se propagou de forma mais ampla na sociedade local, mesmo não atingindo a margem social.

Os intelectuais piauienses produziam a respeito da instrução e do estado. Através da produção de Paulo Gutemberg de Carvalho Souza pode-se perceber a atuação desses homens

<sup>130</sup> DIÁRIO DO PIAUÍ, Teresina, ano III, n. 185, 27 ago. 1913

pertencentes ao meio intelectual piauiense. Homens esses tentavam formar uma ideia de identidade local, manifestando o relativo atraso do estado pelo abandono pelo poder público e também pela localização da capital, e tentando valorizar o estado<sup>131</sup>.

Uma das produções sobre a educação que se tem é a de Arthur Franklin de Carvalho, intitulada “Breves noções pedagógicas: Leitura e escrita” publicada no jornal *Diário do Piauí* em 1913. Essa produção mostra um novo pensar diante da educação infantil nos primeiros anos do século XX.

#### Leitura e escrita

[...]

Ensinemos pois à criança, ao homem do futuro, a ler e a escrever, com o maior desvelo, com especial cuidado, amenizando, a monotonia, despertando a curiosidade, criando o interesse, prendendo a atenção.

De todos os conhecimentos que são ministrados à criança, na escola, nenhum exige maior soma de cuidados, de tino da parte do mestre que os de leitura e de escrita, por serem incontestavelmente iniciais.

É o ensinamento da leitura e conjuntamente o da escrita que prepara a criança para tudo o mais.

Toda dificuldade está em fazer-la vencer os primeiros passos, dependendo do método empregado pelo professor.

Pelo método simultâneo de leitura e escrita, apresentado por Paulo Roussetot, que outro não é que o método objetivo indicado por Calkins no seu importante tratado *de Lições de Coisas*, tem o mestre farto cabedal para, com admirável proveito, iniciar a criança no ensino destas duas disciplinas, sem condená-la ao suplício da abstração e da análise, que são os ônus dos outros métodos especialmente o do anacrônico *a b c\**, ou soletração.

O método de leitura e escrita, partindo do concreto para o abstrato, da síntese para a análise, contribui poderosamente para a educação da vista, do ouvido, da palavra e da mão.

“É uma aplicação direta do método intuitivo, simplificando os processos mas não procurando esta simplificação senão numa submissão inteligente às leis do espírito humano” (Roussetot).

Infelizmente, ainda há quem advogue o método de soletração no início da leitura; indo assim de encontro à marcha da inteligência infantil ou, em melhores termos, cometendo grande atentado contra a infância indefesa.

Semelhante método fatiga e aborrece a criança, fazendo-a decorar os nomes das letras e não aprender os seus valores; de modo que, ao deletrear uma sílaba ou uma palavra, vê-se com os ouvidos cheios de sons dos nomes das letras, sons que não são componentes da sílaba ou do vocabulário dados.

[...]

É a criança, portanto, constringida a um desperdício de forças e de aptidão, forçada a fazer o que o seu espírito não alcança.

Tais inconvenientes, entretanto, desaparecem, ou melhor, não existem no método simultâneo de leitura e de escrita, que, com grande vantagem abrange as duas disciplinas.

<sup>131</sup> SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. **História e Identidade**: as narrativas da piauiensidade. Teresina: EDUFPI, 2010.

Verdade é que a sua utilidade é para os que começam, para os principiantes; porque também para eles é que existe a dificuldade, o embaraço.

Dados os primeiros passos, vencidos os primeiros obstáculos o ensino das duas disciplinas deverá então ser ministrado em lições separadas, distintas, do mesmo modo que a soletração pode ser admitida nas classes adiantadas como bom exercício de ortografia.

A leitura e a escrita devem ser para o espírito, como o alimento para o corpo, moderadas, saudáveis e de fácil digestão.

Tenhamos zelo e interesse na instrução de nossos discípulos, pois são eles os tesouros da Pátria confiados aos nossos cuidados, ao nosso patriotismo<sup>132</sup>.

Assim essas produções educacionais ganharam espaço nos ambientes escolares e nos jornais de circulação em Teresina e no interior do Estado, sendo uma tentativa de discussão sobre o ensino, desde as formas de ensinar, o que ensinar e em que condições estava a educação no Piauí. Isso contou com uma grande atuação de intelectuais locais, seja por serem eles próprios os professores, por estarem em cargos do poder público ou por serem comandantes ou donos de instituições de ensino, dentre os quais estão Abdias Neves, Matias Olímpio, Luís Correia e Anísio Brito.

O primeiro fez parte do corpo docente do Liceu Piauiense onde deu aula de Alemão e também da Escola Normal, onde se dedicou à cadeira de Pedagogia, além disso atuou como proprietário e diretor de vários estabelecimentos de ensino como o Ateneu Piauiense.<sup>133</sup> As suas produções direcionadas para o ensino foram publicadas no jornal *Diário do Piauí* durante os anos de 1913 e 1914 em que expõe suas ideias sobre a educação tanto infantil como feminina.

As produções de Abdias Neves sobre Pedagogia foram publicadas no jornal *Diário do Piauí* em 1914 em que ele afirmava que não era possível realizar os fins da educação sem o conhecimento das regras da ciência pedagógica a qual deveria orientar o seu desenvolvimento. Deveria ficar no passado a imagem de professor de conduta tirana, que atribuía valores aos seus alunos, criando diferenciação entre eles, diante do seu desenvolvimento intelectual e físico, o qual, segundo Abdias Neves, “fazia a escola ter ares de um purgatório”<sup>134</sup>, criando o desapego dos alunos à educação. Esse modelo antigo deveria deixar de existir para que surgisse o novo modelo de professor, ou melhor, de “professora adorável na sua meiguice feminina”<sup>135</sup>, caracterizada pelos seus sentimentos maternos diante de sua atuação no magistério.

<sup>132</sup> BREVES NOÇÕES PEDAGÓGICAS. *Diário do Piauí*, Teresina, ano III, n. 252, 5 nov. 1913.

<sup>133</sup> QUEIROZ, Teresinha. **Educação no Piauí**: 1880-1930. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

<sup>134</sup> NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia 1. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 4, n 92, 26 abr. 1914, p 2.

<sup>135</sup> NEVES, 1914. p.2.

De acordo com o mesmo, a pedagogia não deveria ser estranha à psicologia, pois essa traria importantes conhecimentos aos professores sobre o modo como poderiam lidar com as crianças, evitando que elas adentrassem no mundo dos maus costumes e condutas. Assim, a ausência desse conhecimento prejudicaria os resultados que se pretendia obter com a educação, sendo necessário que o professor conhecesse as “leis da organização mental”<sup>136</sup>. No entanto, à educação infantil não bastaria apenas uma forte cultura pedagógica e um conhecimento geral de psicologia, mas seria “indispensável que os processos do ensino correspondam às necessidades do momento, que os métodos empregados correspondam a seus fins”<sup>137</sup>.

Para Abdias Neves existiam três métodos principais da pedagogia: intuitivo, expositivo e interrogativo ou socrático.

O primeiro consiste em obrigar o aluno a raciocinar, despertando-lhes ideias por meio de imagens. Os sentidos exercem nele um papel capital, especialmente o da visão. Parte-se do simples para o composto, do concreto para o abstrato, do particular para o geral. A gravura, o desenho, no quadro negro, as cartas murais, os sólidos, o facilitam. Antes de fornecer à criança ideias abstratas, fornece-lhes o professor a representação sensível dessas ideias.

O método expositivo consiste na exposição oral da lição, e só se recomenda quando combinado com o intuitivo e o socrático.

O método interrogativo, chamado de socrático porque era o que Sócrates empregava no ensino, consiste na interpelação dos alunos sobre o objeto da lição. É de uma importância capital não só porque os obriga a uma atenção vigilante, como porque os faz refletir, os habitua a exteriorização do pensamento, a pensar com independência.<sup>138</sup>

Além desses métodos, Abdias Neves também revela a importância que deveria ser dada ao corpo infantil na educação, pois a ideia de desenvolvimento físico estava relacionada com a de possíveis guerras e conflitos nas primeiras décadas do século XX, devido ao processo de industrialização e as competições comerciais, as quais geravam conflitos entre as potências econômicas e industriais. Outra causa que dava maior visibilidade ao corpo era a ideia de que a existência de corpos saudáveis e vigorosos em uma nação proporcionava que esta tivesse bons cidadãos, os quais se constituiriam como a segurança nacional.

É necessário retemperar o físico, torná-lo apto a resistência, fortalecê-lo para a luta. E se dos cuidados à primeira infância depende, em grande parte, essa resistência; se eles competem aos pais, o professor pode fazer muito no

---

<sup>136</sup> NEVES, 1914. p.2.

<sup>137</sup> Id., 1914. p.2.

<sup>138</sup> Id., 1914. p.2.



sentido de lhes preencher a falta, ou de secundá-los, praticando com os alunos a educação física, indireta ou direta.<sup>139</sup>

Sobre o corpo Abdias Neves dizia ser fruto da educação física de forma indireta. Esta deveria ser praticada a partir das regras de higiene que se destinavam à conservação da saúde, mostrando que a educação infantil deveria ser muito além daquela ensinada no século XIX, onde as primeiras letras era o ensino principal, dando nesse momento destaque também ao corpo.

a higiene divide-se em pública e privada. Pública, sempre que dispõe sobre princípios a aplicar a uma coletividade, seja cidade, vila, povoação, quartel, penitenciária, seminário, escola. Privada, particular ou individual, quando se refere ao indivíduo, tendo apenas em atenção o sexo, a idade, o seu desenvolvimento físico, suas condições orgânicas, a profissão que exerça.<sup>140</sup>

Essa educação do corpo deveria construir um ser mais saudável e capaz de conduzir o seu corpo e os seus gestos para obtenção de um corpo polido e disciplinado. Dessa maneira, a educação não serviria apenas para a formação de uma população alfabetizada, mas para a criação de população saudável.

A percepção da escola como um ambiente que deveria ser moldado pelos discursos higiênicos é evidenciada por Abdias Neves, a qual deveria ter sua estrutura adequada a esses discursos.

Só nos interessa a higiene escolar, isto é, os princípios relativos a colocação do edifício da escola, à disposição interna, distribuição dos alunos, e os se aplicam aos próprios alunos individualmente.

Exemplo: o prédio deve ser colocado fora dos centros de grande movimento, não deve ter perto águas estagnadas em decomposição. Deve ser alto, bem arejado, com regular distribuição de luz. Os alunos não devem ficar acumulados numa sala.<sup>141</sup>

Não apenas as ideias sobre as estrutura física dos estabelecimentos escolares são defendidas pelo Abdias Neves, mas também a atuação do professor para a manutenção da higiene e das condições de saúde das escolas.

Os professores devem ter na administração dos alunos exigindo atestado de vacinação como resultado, recusando admitir os que sofram de moléstia contagiosa, afastando, imediatamente, da aula aqueles em quem moléstias

---

<sup>139</sup> Id., 1914. p.2.

<sup>140</sup> NEVES, 1914. p.2.

<sup>141</sup> Id., 1914. p.2.

dessa natureza, tão comuns, às vezes (coqueluche, sarampo, escarlatina, etc) se manifestem.<sup>142</sup>

No entanto, as questões relativas à higiene e saúde dos alunos não se limitavam ao espaço público, deveriam ser direcionadas também ao ambiente privado, onde se referiam aos indivíduos, tendo apenas em atenção o sexo, a idade e o desenvolvimento físico. Quanto à infância existia uma relação direta quanto às questões que deveriam se direcionarem à alimentação, ao vestuário, ao asseio, etc.<sup>143</sup>

### **3 A EDUCAÇÃO FEMININA E A ESCOLA NORMAL**

Este capítulo destina-se a destacar a educação feminina pela Escola Normal, na sociedade piauiense, nas quatro primeiras décadas do século XX. A educação feminina era bastante ligada às percepções sobre a feminilidade, a infância e a mulher no mercado de trabalho. Assim serão destacadas as imagens sobre o feminino que foram se delineando com a inserção das mulheres no magistério e no mercado de trabalho. Desta maneira o capítulo se divide em mostrar a instrução das mulheres, constatando o quanto essa estava intimamente ligada às relações com o mundo privado e com a imagem de mãe, esposa e filha; mostrar a narrativa histórica da Escola Normal no Piauí, desde suas tentativas de implantação ao seu

---

<sup>142</sup> Id., 1914. p.2.

<sup>143</sup> NEVES, 1914. p.2.

significativo desenvolvimento na sociedade, em especial destacando os discursos proferidos por normalistas e professores sobre o papel feminino na educação e a importância da instituição Escola Normal para a instrução; além disso, também mostrar os currículos implantados, evidenciando as suas novidades pedagógicas na formação das normalistas.

### 3.1 EDUCAÇÃO FEMININA

Nas primeiras décadas do século XX, a educação feminina ainda era bastante rudimentar no Piauí, onde existia deficiência na oferta de ensino formal.<sup>144</sup> Nesse momento, para a maioria das mulheres, a educação estava intimamente ligada ao mundo privado, no qual se aprendiam leitura e escrita, e também às atividades voltadas ao ambiente doméstico e instruções que possibilitassem a construção de um modelo feminino desejável.<sup>145</sup>

Assim as mulheres foram atingidas, e também outros sujeitos, pelos discursos educacionais que vinham desde o século XIX e ganharam força no século XX com a instauração da República no Brasil, os quais colocavam a educação como uma maneira de se obter a modernização do país. Esses discursos foram alimentados pelas críticas ao abandono e às condições da educação nas províncias que estavam presentes no Parlamento e em circulação na sociedade.<sup>146</sup>

Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres ganharam destaque com as manifestações feministas que marcaram o período de expansão do desejo por melhorias ao público feminino. Caracteriza o período discussões sobre a opressão e as desigualdades sociais que atingiam as mulheres, como destaca Jane Soares de Almeida, constata-se a capacidade feminina para o trabalho fora do espaço doméstico. O desdobramento da comprovação desta capacidade foi a sua inserção na esfera pública, incluindo o exercício do magistério. Para a autora:

---

<sup>144</sup> A deficiência na oferta de uma educação formal atinge tanto o público feminino como o masculino, pois o Estado não contava com aparatos estruturais e de mão de obra suficiente de professores qualificados para oferecer uma educação regular (que segue uma continuidade) ou mesmo inexistia em alguns momentos e locais. Ver: SOUSA NETO, 2013.

<sup>145</sup> O modelo feminino desejável passa por modificações por questões sociais, econômicas e políticas em diversos contextos, assim a pesquisa se destina a analisar apenas o modelo feminino que estava em construção nas primeiras décadas do século XX em Teresina.

<sup>146</sup> LOURO, 1997

O magistério primário, como ocupação essencialmente feminina [...] possibilitou às mulheres, notadamente da classe média que se alicerçava no panorama socioeconômico do país, a oportunidade para ingressar no mercado de trabalho. A possibilidade de aliar ao trabalho doméstico e à maternidade uma profissão revestida de dignidade e prestígio social faz que “ser professora” se tornasse extremamente popular entre as jovens e, se, a princípio, temia-se a mulher instruída, agora tal instrução passava a ser desejável, desde que normatizada e dirigida para não oferecer riscos sociais. Ensinar crianças foi, por parte das aspirações sociais, uma maneira de abrir às mulheres um espaço público (domesticado) que prolongasse as tarefas desempenhadas no lar<sup>147</sup>.

Paralelo ao ingresso das mulheres no magistério, a educação feminina, durante os primeiros anos do século XX, foi bastante discutida em vários setores, como a Igreja Católica e o Estado, bem como as feministas argumentavam a forma da participação das mulheres na educação dos filhos e que esta demanda exigia que elas próprias se instruissem, inclusive, para exercício do papel de professoras, já que se torna necessário o domínio das letras. A educação feminina é percebida como uma extensão de suas funções familiares. Isto é colocado no jornal *Nortista*<sup>148</sup> de 1901, lembra-se, ainda, que as mães ensinam seus filhos a religião com o intuito de “iluminar as consciências”. A mulher deve educar a criança no ambiente familiar, tornando uma mãe-educadora. No jornal *Borboleta*, do ano de 1905, lê-se:

A sua mãe incumbe a delicada missão de formar seu caráter, educar seu espírito.

E quando é belo uma senhora ilustrada, bem educada e inteligente, dirigir seu lar doméstico!

É a caridade personificada. Infelizmente assim não é o rei pequeno da família; manda, não pede; seus pais lhe obedecem em vez de serem por ele obedecidos. Fala a todos com arrogância, é grosseiro, incivil, orgulhoso, exigente, imprudente, mau; entretanto os pais acham-no interessante, vivaz, inteligente.

A obediência é a base da educação e o alicerce da ordem social.

O primeiro cuidado de uma senhora que exerce o papel de mãe deve ser, tornar seu filho dócil e obediente.

A criança em terna idade é flexível como a cera. [...] <sup>149</sup>

Na perspectiva dos anticlericais a função feminina seria moldar os filhos para a República que deveria construir crianças adequadas ao exercício da cidadania. Assim, há enaltecimento da figura da mãe. No *Correio de Oeiras*, de 1909, vê-se:

<sup>147</sup> ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 28.

<sup>148</sup> **NORTISTA**, Parnaíba, ano I, n. 24, 15 jun. 1901, p. 4.

<sup>149</sup> **BORBOLETA**, Teresina, ano I, n. 16, 29 dez 1905.

Em caso algum a mulher exerce uma influência tão evidente, imediata e previdente como no caso de mãe. A ela é entregue o tesouro imortal do coração de seu filho! Sobre ela descansa o cuidado dos primeiros passos desse curso de disciplina que deve formar da criatura mais débil e desamparada do mundo, um guia intrépido da criança animada e um digno adorador da Divinidade.

Seus sorrisos excitam as primeiras afeições que brotam em nossos corações. Ela nutre e desenvolve os primeiros germes de nossa inteligência.<sup>150</sup>

A educação feminina é defendida nas produções publicadas nos jornais locais e pelo poder público do Estado. No jornal *Borboleta*, de 1905, argumenta-se que a educação proporciona à mulher o bom desempenho dos deveres que lhes são inerentes, sem limitá-la ao ambiente doméstico, mas abrindo espaço para o mundo do trabalho, pois a “mulher instruída tem entrada franca em toda parte”<sup>151</sup>.

Assim, a educação feminina pode ser percebida como uma forma de produção do feminino desejável na sociedade que se redefinia nas primeiras décadas do século XX, como coloca Michelle Perrot.

a educação [...] que é a formação dos bons hábitos e produzir boas esposas, mães e donas de casa, parece essencial. As virtudes femininas de submissão e silêncio, nos comportamentos e gestos cotidianos são centrais nela. E, acima de tudo, o pudor, a honra feminina do fechamento e do silêncio do corpo<sup>152</sup>.

A educação ou emancipação feminina pela educação aparece no jornal *Andorinha*<sup>153</sup>. Defende que as mulheres sejam educadas, pois “querem a mulher instruída, para educar a prole, afetuosa, para sorrir à existência, e dedicada ao lar doméstico, para ser o anjo tutelar que assegure a felicidade da família. Nada mais justo, nada mais sublime”. Assim essa emancipação se daria em prol da família, já que a mulher educaria seus filhos.

No anos iniciais do século XX, à mulher é atribuída a função de construir a infância, a partir de sua atuação como mãe-educadora e como professora. Para isto, torna-se essencial à mulher que ela obtenha uma educação necessária para o desenvolvimento de tal função. Assim, o poder público do estado atuou na criação de escolas que contemplassem esse público feminino tanto na educação primária como na educação que se destinaria a formar o público feminino capaz de atuar na educação infantil nos ambientes escolares.

<sup>150</sup> CORREIO DE OEIRAS, Oeiras, ano I, n. 8, 15 maio 1909, p. 6.

<sup>151</sup> BORBOLETA, Teresina, ano I, n. 16, 29 dez 1905.

<sup>152</sup> PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, M. I. S.; SOIHET, R. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003, p. 22.

<sup>153</sup> EMANCIPAÇÃO DA MULHER. **ANDORINHA**, [s.n.], 12 out 1, p. 8.

A criação de escolas e de aulas isoladas destinadas às mulheres tanto de iniciativa privada como pública torna-se realidades nas primeiras décadas do século XX, em Teresina. Em 1905, no jornal *Borboleta*, através do anúncio “Professora particular”<sup>154</sup>, Severa de Castro Marques oferece seus serviços. Propõe-se ensinar o curso de primeiras letras a meninas no horário de 10 às 2 horas da tarde, em sua residência.

Esse tipo de ensino voltado para o público feminino possibilitava a criação de um pequeno grupo de mulheres letradas, já que o ensino tinha elevado custo, o que não garantia a participação feminina das camadas sociais mais baixas, apenas aquelas cuja família percebia a educação como um mecanismo benéfico para as mulheres e a podia custear.

É possível demarcar um pequeno avanço no âmbito educacional para as mulheres, mas de poucos conhecimentos e em pequenas proporções, conjuntura que se modificou com a defesa da educação das crianças como fruto do trabalho das mulheres, pois ampliam-se as possibilidades de educação formal.

No ano de 1906, o Colégio do Sagrado Coração de Jesus foi criado para atender ao público feminino das camadas mais altas da cidade de Teresina e das cidades do interior. Até aquele momento, não existia uma escola própria para a formação feminina, já que a Escola Normal foi extinta no ano de 1888, cabendo apenas ao público feminino o ensino com professores particulares, especialmente professoras. Assim, esse ambiente escolar proporcionou o aprendizado de conhecimentos escolares tais como português e aritmética e ensinamentos destinados à atuação feminina no lar.<sup>155</sup>

Vale salientar que a educação feminina é tributária da sua família, pois inicialmente se aprendia no lar ou com parentes as primeiras letras e a partir das condições familiares em oferecer um ensino escolar era que essa mulher saía do ambiente privado para os espaços públicos para ser educada.

Nas primeiras décadas do século XX, com a institucionalização de um sistema escolar a educação feminina foi cada vez mais ampliada nas camadas médias e altas da sociedade piauiense. Segundo Cardoso,

Estava difusa nas camadas alta e média, a ideia de que as filhas, assim como os filhos, deveriam ter acesso à educação. A questão central girava em torno do nível a que deveria chegar. Com a valorização da educação escolar, o papel de mãe foi reforçado, dentre suas atribuições da mãe, estava aquela de acompanhar o desempenho escolar das filhas e dos filhos. O ideal era a mãe educadora. Para que a mulher desempenhasse a contento o papel de mãe,

---

<sup>154</sup> PROFESSORA PARTICULAR. **BORBOLETA**, Teresina, ano I, n. 16, 29 dez 1905, p.4.

<sup>155</sup> QUEIROZ, 2008.

seria necessário que fosse escolarizada. Ademais, sob o impacto do trabalho como valor, circulava no social o ideal da dona-de-casa profissional, o que implicava sua formação escolar.

Por parte ora de pais, ora de mães, a educação profissional feminina passava a ser vista como uma forma de inserção social e um mecanismo que poderia assegurar às mulheres uma forma de vida digna, caso se tornassem viúvas ou não se casassem. Era também um instrumento que as poderia livrar de maus casamentos. Dentre as moças, além dessas percepções, também orientavam suas condutas, a incorporação do trabalho como valor e missão<sup>156</sup>.

Dessa maneira pode-se verificar que a educação feminina estava intimamente ligada as suas funções da mulher de mãe e esposa, mas as questões sociais e econômicas interferiram no acesso a alguma instrução, especialmente no ensino secundário. Assim ocorria com a formação das normalistas.

É também neste contexto que as mulheres piauienses começaram a ingressar no ensino superior Além disso Elizangela Barbosa Cardoso, em *Múltiplas e Singulares*<sup>157</sup>: história e memória de estudantes universitárias em Teresina – 1930-1970 possibilita conhecer a perspectiva feminina e a sua educação, desta tanto no ensino primário, no secundário, como no superior, através das memórias das mulheres que tiveram experiências educativas em Teresina e nos grandes centros urbanos do Brasil, como o Rio de Janeiro. São destacadas as trajetórias de vida de Isabel Sadi e de sua filha Rosa Amélia Tajra, descendente de sírios vindos para o Piauí no início do século XX.

A primeira ingressaria na Escola Modelo no ano de 1913, quando tinha apenas 11 anos de idade, no entanto não demoraria muito tempo na instituição.

A menina Isabel, no entanto, não chega a concluir o primário, estudando menos de um ano, visto que a irmã que a criava, dera à luz a duas meninas, ela precisou sair da escola para ajudar a cuidar das sobrinhas recém-nascidas. Diante desse acontecimento, a trajetória de vida de Isabel vai tomando rumos distanciados da escola, pois se encaminha para a vivência do casamento e da maternidade. Aos 14 anos, portanto, 2 anos após o nascimento das sobrinhas, Isabel casa-se com o comerciante Tomaz Jorge Tajra, tornando-se a senhora Tajra. Após 2 anos de casada, em 1918, nasce a primeira filha do casal, Rosa Amélia Tajra<sup>158</sup>.

Essa trajetória de vida narrada por Elizangela Cardoso mostra uma realidade da vivência feminina nas primeiras décadas do século XX: o casamento, um destino comum entre as jovens educadas ou não. Mas essa experiência de vida possibilita perceber quanto era

<sup>156</sup> CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e Singulares*: História e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

<sup>157</sup> CARDOSO, 2003, p. 62.

<sup>158</sup> CARDOSO, 2003, p. 48-49.

comum o desajuste entre o casamento e as letras, mesmo aquelas que se destinavam à educação primária do público feminino, pois ocuparia a mente e o cotidiano com ensinamentos que nem sempre seriam colocados em prática. Assim é importante salientar que nem todas as mulheres e as famílias piauienses foram capturadas pelos discursos e encantos do ensino.

A trajetória de Rosa Amélia Tajra se diferencia da de sua mãe frequentou o ensino primário, finalizado nos fins dos anos de 1920, e deu continuidade à sua educação no ensino secundário. Nesse momento o ensino Normal se tornaria uma opção de estudo para o público feminino piauiense, já que o Liceu Piauiense seria um ambiente de ensino secundário possível na capital. No entanto, esse não seria o único estabelecimento que forneceria a possibilidade da educação secundária às mulheres, havia também o Colégio São Francisco de Sales e o Colégio Benjamin Constant.

A educação de Rosa Amélia Tajra aconteceria de forma mais aceitável socialmente, principalmente em seu ambiente familiar, contando com o apoio de seu pai para sua instrução, assim como no fragmento abaixo:

[...] Papai eu quero estudar no ginásio, eu não quero ser professora, não papai, eu quero fazer o ginásio, aí eu fiz o ginásio. Ele não disse nada porque eu fiz o concurso, ele deixou eu fazer o concurso, o exame de admissão, era exame de admissão. Passei, estudei, agora eu vim me interessar antes de entrar no ginásio, ele não deixou eu estudar não, ele botou em uma aula particular de francês. Ele era louco que eu, que os filhos dele aprendessem outra língua, então eu passei um ano todinho estudando francês, era francês e não sei se português, passei o ano todinho estudando aí me atrasei, um ano, quando foi no fim do ano fiz o curso de admissão, passei aí pronto<sup>159</sup>.

A educação secundária em outros ambientes e a negação da formação pelo curso normal mostra que as mulheres teriam outras formas de educação destinadas apenas ao magistério infantil. A educação se tornaria ampliada em relação aos anos anteriores à década de 1920, possibilitando, mesmo que de forma diminuta, a formação e a atuação de mulheres em outros campos de trabalho, assim como o caso de Rosa Amélia Tajra que cursaria medicina no estado do Rio de Janeiro.

No entanto, apesar do papel feminino ser educar os filhos, isso acontecia de maneira elementar e com ensinamentos passados por familiares, tanto para a atividade doméstica como para aprendizado das primeiras letras, pois não existiam escolas em grandes quantidades, tanto na capital como no interior que possibilitassem a inserção feminina no aprendizado das

---

<sup>159</sup> CARDOSO, 2003, p. 52



primeiras letras e as poucas escolas atendiam a um pequeno número de meninas, já que diante das necessidades não se fazia necessária uma educação formal.

Diante do exposto pode-se perceber que a educação feminina foi sendo ressignificada com o passar dos tempos e das novas necessidades sociais, sendo as mulheres perpassadas por diversos discursos e práticas educacionais, assim como coloca Fúlvia Rosemberg:

[...] no Brasil, degenerou-se a educação formal às mulheres em nome de sua “natureza corruptível”: o modelo de educação feminina virtuosa até o século XIX era de Sant’Anna Mestra, avó de Cristo, que ensinava a Virgem, sua filha, com seu livro de preces. Posteriormente, sustentou-se a necessidade de se educar as mulheres (comedidamente, porém) porque elas seriam “educadoras de homens”, necessários à nação. Defendeu-se a educação diferenciada, porque mulheres eram tidas como menos inteligentes e mais frágeis que os homens. Incluiu-se Economia Doméstica em seu currículo, porque “a mulher é rainha do lar”. Criticou-se a escola mista, por ser “promíscua”. Estimulou-se a formação de professoras, porque elas, “verdadeiras mães”, têm “vocação para o sacerdócio” que é o magistério. Combateu-se a educação diferenciada, com argumento de que serviria para relegar a mão de obra das mulheres ao “exército de reserva”, fazendo com que ocupassem postos com menor remuneração que os ocupados pelos homens no mercado de trabalho.<sup>160</sup>

Logo, essas mulheres ganharam diferentes representações ao longo do tempo no processo educacional brasileiro e piauiense, contribuindo para a multiplicidade feminina na sociedade em que as mulheres conseguiam aos poucos ocupando espaços domésticos e ambientes externos ao lar, como a escola Normal e primária.

### 3.2 ESCOLA NORMAL

Ainda no século XIX existiam algumas escolas destinadas ao ensino infantil, que tem como público final, predominantemente, os meninos, que contavam com atuações masculinas e femininas para educarem. Vale ressaltar, no entanto, que os ensinamentos destinados aos alunos eram diferentes, pois caberia aos mestres educarem inicialmente os alunos com o mesmo conteúdo que seria ler, escrever, as quatro operações e a doutrina cristã católica, mas aos meninos deveria ser ensinado geometria e às meninas costuras e bordados.<sup>161</sup>

---

<sup>160</sup> ROSEMBERG, 2013.p .338-339

<sup>161</sup> FOUCAULT, 1997, p. 144.

Essa diferença de ensino está ligada ao feminino e ao masculino e aos papéis sociais que se destinariam a eles, o masculino para as atividades do ambiente público e o feminino para atividades do ambiente privado. Assim, saber bordar e costurar proporcionava à mulher que desempenhasse funções no meio doméstico, pois “o domínio da casa era claramente o seu destino e para esse domínio as moças deveriam estar plenamente preparadas”.<sup>162</sup>

Ocorreu no Brasil inicialmente o processo de institucionalização da formação do docente a partir das décadas de 30 e 40 do século XIX, com a criação das primeiras Escolas Normais. Esse período é caracterizado por momentos de avanços e de retrocessos na criação e extinção de escolas destinadas ao ensino normal. O processo educacional não se constitui em uma progressão contínua, pelas dificuldades financeiras do poder público, falta de mão de obra qualificada e em número significativo por questões estruturais e metodológicas do ensino.<sup>163</sup>

As Escolas Normais são criadas com a finalidade de formar professores baseados em métodos e conhecimentos regidos por uma instituição educacional que os normatizariam para a expansão de um ensino uniforme e também combateria o modelo do mestre-escola que se dedicava ao ensino sem escolarização e muitas vezes sem conhecimento suficiente às necessidades do seu público escolar, ensinando apenas conhecimentos rudimentares. Assim

as escolas normais estão na origem de uma profunda mudança, de uma verdadeira mutação sociológica, do pessoal docente primário. Sob sua ação, os mestres miseráveis e pouco instruídos do início do século XIX vão, em algumas décadas, ceder lugar a profissionais formados e preparados para atividade docente.<sup>164</sup>

No período de criação das primeiras Escolas Normais no Brasil os governantes das províncias estavam “sintonizados” com as ideias iluministas<sup>165</sup>, que marcaram as ideias pedagógicas na Europa e também no Brasil. A partir destas ideias, acreditava-se que apenas com a instrução se alcançaria o estágio de “civilização”. Essa instrução, no entanto, não visava a uma adequação de todo um povo, pois o seu público era limitado, não atingia todas as classes e idades.

---

<sup>162</sup> Id., 1997, p 146.

<sup>163</sup> VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. FARIA FILHO, Luciano Mendes. VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs) **500 anos de educação no Brasil**, 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p.101.

<sup>164</sup> Id., 2011, p 101.

<sup>165</sup> Id., 2011.

A criação, ou pelo menos a tentativa de criação, de Escolas Normais no Piauí de acordo com Antônio de Pádua Carvalho Lopes<sup>166</sup>, deu-se inicialmente no governo de Franklin Américo de Meneses Dória (1864-1866), que foi presidente da Província e recebia a ideia de educação com uma percepção otimista, na qual, com ela, seria possível a formação do indivíduo, a possibilidade de formação de uma sociedade que teria como meta o progresso e também o papel de disciplinar a população pelo viés da educação.

A Escola Normal surgiu, então, como desejo de superação daquele que, na concepção de seus mentores, era o maior empecilho para a ação eficaz da educação: o professorado. A ausência de um corpo professoral vocacionado e treinado era o que reclamava o presidente Franklin Dória para a construção de seu projeto de ilustração da sociedade rural e de base latifundiária, dispensa e regida por códigos econômicos e políticos oligárquicos, os quais não passavam necessariamente pelo domínio daquilo que a escola tinha a oferecer e sobre a qual exerciam o controle em sua base municipal.<sup>167</sup>

Como demonstra o fragmento, esperava-se que a criação da Escola Normal acabaria com o problema do ensino, pois se formaria um corpo docente moldado pela vocação e pelo treinamento, isso se daria diante da função de uma instituição disciplinadora que é a escola. Essa disciplinarização do educador seria um poderoso instrumento do poder público, que teria como objetivo educar ou civilizar os corpos, os gestos e também o intelecto e isso se daria de forma mais eficiente e uniforme com a disciplinarização ou a normatização do professor.

Assim, a educação feminina na Escola Normal pode ser entendida como uma forma de dominação sobre o feminino a partir da delineação do que deveria ser estudado e como as mulheres deveriam imprimir suas imagens na sociedade, para isso se faz necessário destacar o fragmento de Pierre Bourdieu.

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento<sup>168</sup>.

---

<sup>166</sup> LOPES, 1996, p.107.

<sup>167</sup> Id., 1996, p 107

<sup>168</sup> BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. p.7-8.

A partir do desejo de criação de uma instituição de formação dos professores foi instituída em 1864, a partir da Resolução 565<sup>169</sup> (Piauí, 1865c), a Escola Normal no Piauí, situada em Teresina, em regime de externato, mista e paga. O fato da escola ser com o regime de externato dificultou o acesso ao ensino, pois diante da distribuição geográfica da população pelo Estado, poucas pessoas se deslocariam do interior para a capital para obter a qualificação, tanto o público masculino como o feminino, pois o primeiro não era atraído a custear o seu ensino voltado a uma profissão que lhe possibilitaria pouco retorno financeiro. E o público feminino estava regido em grande medida pelo sistema patriarcal, cujo espaço de ocupação se dava de preferência no ambiente doméstico junto à família e às funções femininas no lar, no casamento e com os filhos, além do mais a educação feminina se fazia ainda de forma rudimentar seja pelo custo, seja por sua desarticulação das funções femininas.<sup>170</sup>

Outro fator que fez com que a Escola Normal não obter sucesso foi a instituição oferecer um ensino pago diante da desvalorização do ensino ou da sua insignificância em uma sociedade que tinha traços da ruralidade e não destinava tempo para aprendizado e conhecimentos que em um primeiro momento poderiam ser inúteis. Assim, com as dificuldades enfrentadas para se manter, a Escola Normal foi extinta em 1874, através da Resolução 858 (Piauí, 1876)<sup>171</sup>.

Mas o poder público local uniu esforços para a sua reabertura no ano de 1882, quando o Presidente da província do Piauí, Miguel de Almeida e Castro, expôs os motivos para a criação da mesma:

A suprema importância da instrução elementar para a gênese de uma sociedade bem constituída e moralizada; a insuficiência para atingir tal meta abrindo-se apenas escolas, sem que nela haja bons mestres; a Escola Normal como única forma de se ter tal finalidade atendida; e o exemplo da Europa e dos Estados Unidos nessa matéria.<sup>172</sup>

Essa instituição não tardou a ser fechada também. A Escola Normal passou por duras críticas do Diretor de Instrução Pública, Theodoro Pacheco, que resolveu fechá-la no ano de 1888. Os custos para a manutenção de uma Escola Normal na Província, sem ter condições

---

<sup>169</sup> ESTADO DO PIAUÍ, **Código das leis piauheyenses**. 1864. Resolução nº 565 de 05 de agosto de 1864. Autoriza o presidente da Província criar nesta capital uma escola normal constituída em externato. San' Luiz: Typ. De B. de Mattos, 1865.

<sup>170</sup> LOPES, 1996.

<sup>171</sup> ESTADO DO PIAUÍ, **Código das leis piauhenses**. 1874. Resolução nº 858 de 11 de julho de 1874. Autoriza o presidente da Província a reformar o Liceu de Therezina. Theresina: Typ. Do Piauhy. 1876.

<sup>172</sup> LOPES, 1996, p.113.

financeiras favoráveis, eram elevados ao ser comparados com a pouca frequência de alunos no estabelecimento e por consequente a diminuta formação de um grupo de professores para o ensino na Província. Diante desses fatores e outros mais, como a falta de professores e as condições precárias para o desenvolvimento do ensino, fez a escola não lograr êxito.

O estado do Piauí adentrou o século XX sem um estabelecimento de ensino para a formação de professores para a educação primária, trazendo grandes prejuízos para o desenvolvimento educacional tanto da capital como das cidades do interior. No entanto, a vontade de uma instituição de ensino para tal fim continuava presente no cotidiano teresinense fazendo intelectuais e políticos articularem uma maneira de criar um espaço para formação de professores. Assim, o jornal *O Monitor*, de 1907, retrata a vontade dos intelectuais e dos políticos locais de criar estabelecimento de ensino o qual seria reconhecido na formação dos professores, e de grande ajuda no combate ao atraso do ensino local.

Tal é, por exemplo, a instrução qualquer que seja o aspecto sob o qual se apresente às nossas vistas: primária ou secundária, pouco importa.

As armas que ela fornece para a maior conquista na concorrência vital, o grau de comodidade e conforto que oferece, não precisam de exemplos, nem demonstrações.

Nós, portanto, não encareceremos neste momento os benefícios e as vantagens que ela convenientemente disseminada com método, disciplina e ordem, pode trazer para a prosperidade e desenvolvimento das forças produtoras do Estado. Basta-nos lembrar que ao lado das condições desfavoráveis de nossa situação topográfica acimaterica, a ausência de instrução figura como um dos fatores do retardamento do nosso progresso e do atraso das nossas indústrias. [...]

Qualquer tentativa será baldada desde que se não ataque o mal em sua fonte. Os efeitos não podem desaparecer perdurando a causa. É com o fim de extirpar esse mal que brevemente surgirá entre nós montada e dirigida por um competente corpo docente a “Escola Normal Livre”. Destinar-se-á este estabelecimento, a maneira de muitos congeneres que existem em quase todos os Estados, ao preparo dos nossos candidatos ao magistério primário.

Apesar de livre, nem por isso, os seus diplomados vavrão menos. Ouvido a respeito, o exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Governador do Estado prontificou-se gentilmente em auxiliar o estabelecimento. E, com este fim, segundo nos informaram, s. exma. cederá um dos públicos estaduais para nele ter lugar a instalação e o funcionamento das aulas. Comprometeu-se mais o nosso digno administrador a interceder perante o poder legislativo pela escola. [...]<sup>173</sup>

No ano de 1909 aconteceram novos investimentos na criação da Escola Normal Livre em Teresina, por um grupo de intelectuais locais integrantes da Sociedade Auxiliadora de Instrução<sup>174</sup>, que se empenhou a oferecer um curso normal de forma gratuita, configurando-se

<sup>173</sup> **O MONITOR**, Teresina, ano II, n. 45, 5 set. 1907, p.1-2.

<sup>174</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1927.

como um ensino de cunho laico. Assim vale ressaltar que o curso normal acabou por proporcionar uma educação que a priori deixa de ter ligações diretas com a religião.<sup>175</sup> O curso oferecia dezenove cadeiras e com o tempo de duração de 4 anos.<sup>176</sup>

Inicialmente a Escola Normal Livre funcionou na Assembleia Legislativa Estadual, com dezessete alunas, caracterizada por apresentar um ensino laico, onde se aprendia português, aritmética, costura, ginástica sueca e etc. Visava-se à formação rápida de educadores que pudessem atuar na educação infantil no Estado, com domínio das noções pedagógicas e de trabalhos manuais.

Em 1910, sob o governo de Antonino Freire, a administração pública do Estado passa a ter novamente a Escola Normal para a formação de professores do ensino primário. A escola passa a ser administrada pelo poder público do Estado, com o nome de Escola Normal Oficial, o curso profissionalizante passa a ter predominância de público feminino como alunado. Essa predominância feminina está ligada as concepções de que as mulheres exerceriam de melhor maneira a educação infantil.

O relatório de Instrução Pública no Piauí<sup>177</sup>, do ano de 1922, de Matias Olímpio<sup>178</sup>, expõe os estabelecimentos destinados ao ensino Normal que existiam no Estado durante todo o seu empenho em constituir um sistema de educação voltado para o ensino, que já vinha desde o século XIX. De acordo com o relatório, existiram diferenças entre os estabelecimentos, a Escola Normal Oficial e a Escola Normal Livre, pois “os dois estabelecimentos obedeciam [...] a métodos diversos e assim não podia deixar de ser, desde que entre um e outro mediavam nove lustros de avanços nas ideias pedagógicas.”<sup>179</sup>

Na primeira, “antiga escola”<sup>180</sup>, o curso durava 3 anos, com apenas dez cadeiras, diferentemente da última que aumentou o período de duração para quatro anos devido ao aumento de disciplinas. O quadro de disciplinas da Escola Normal instituído em 1910, era composto pelas disciplinas: ginástica sueca, história universal, álgebra, literatura nacional, música, italiano, noções de ciências físicas e naturais e de direito constitucional.<sup>181</sup>

Assim, o que se ensinava na última era mais amplo devido a um período maior de duração, e uma melhor distribuição das disciplinas. No entanto, como o relatório atribuiu a

---

<sup>175</sup> O grupo constituinte da Sociedade Auxiliadora de Instrução era formado por maçons que atuavam na educação e na política local, assim possibilitando a construção (ou pelo menos oferecendo oportunidades de formação) de uma educação que não fosse fortemente ligada à religião católica.

<sup>176</sup> QUEIROZ, op. cit., 2008.

<sup>177</sup> Id., 1927.

<sup>178</sup> Id., 1927.

<sup>179</sup> MELO, 1922

<sup>180</sup> Id., 1922

<sup>181</sup> MELO, 1922

outra Escola (Normal Livre) maior importância diante do fato de que “a diminuição de tempo era um fator de alto alcance a que era preciso atender no momento, pois a modificação do magistério primário se fazia mister sem delongas”<sup>182</sup>. O aumento do tempo de duração do curso normal ia ao encontro da necessidade de obtenção de grande quantidade de mão de obra destinada ao ensino. Era crucial para o desenvolvimento do ensino assim como se esperava nos anos iniciais do século XX no Estado.

Com base na tabela a seguir referente à quantidade de conclusões do curso normal no período de 1912 e 1921 em Teresina, é possível observar variações na quantidade de alunas formadas, sendo uma baixa quantidade diante da necessidade do Estado em formar um corpo profissional voltado para o ensino primário no Piauí.

TABELA 4  
NÚMERO DE CONCLUSÕES DA ESCOLA NORMAL DE 1912 E 1921

Ano	Concludentes
1912	20
1913	16
1914	06
1915	02
1916	10
1917	11
1918	05
1919	09
1920	08
1921	06

Fonte: SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003)**: reconstruindo uma memória da formação de professores. 2004. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004, p.85.

Os anos iniciais da década de 1910 se configuraram como um momento de formação de um corpo profissional considerado capaz de desenvolver o ensino no Piauí, para tanto o governo do estado se fez atuante para especificar o ensino na Escola Normal, assim, percebe-

<sup>182</sup> Id., 1922

se na estrutura da Instrução Pública Estadual através da Lei nº 548, de 30 de março de 1910<sup>183</sup>:

- a) Estabelecimento do ensino de forma livre, leiga e gratuita, dividido em primário, normal e profissional;
- b) A criação da Escola Normal destinada exclusivamente ao sexo feminino para o preparo das candidatas ao magistério público primário;
- c) A nomeação, preferencialmente, de professoras normalistas;
- d) A permissão para professoras interinas frequentarem a Escola Normal Oficial com o fim de se efetivarem;

A criação do curso Normal para o público feminino é evidenciada na atuação do poder público piauiense que destinaria essa mão de obra para o ensino infantil, para tanto, ao colocar como critério de nomeação de professora as normalistas, o Estado toma para si o poder de controle sobre o ensino primário pois preferencialmente as formadas na Escola Normal poderiam atuar em escolas públicas do Piauí. No entanto é nítida a atuação feminina no ensino primário antes mesmo desta determinação, pois foi concedida a permissão para que as professoras já atuantes sem habilitação frequentassem a instituição para adquirirem formação.

À Escola Normal foi agregado valor e importância, com sua oficialização, pois a atuação de educador infantil nas escolas públicas se daria pela formação e normatização de uma instituição pública que produziria o novo corpo docente local, assegurando assim quem, como e com que finalidade atuaria no ensino.

No mesmo ano, o decreto nº 434<sup>184</sup>, de 19 de abril de 1910 regulamentou a Instrução Pública e estabeleceu as normas para a Escola Normal. No decreto, lê-se:

- a) ofereceria uma educação científica (conjunto das matérias ensinadas nas escolas primárias para ampliar, consolidar e completar a instrução elementar nelas recebidas) e uma educação técnica (para instruir e adestrar o professorando no uso dos métodos e processos de cultura física, mental e moral da mocidade);
- b) o curso seria de três anos;
- c) seria criada, anexa à Escola Normal, uma Escola Modelo, destinada à prática das professorandas, com currículo semelhante ao do ensino primário (quatro anos) e matrícula para ambos os sexos;
- d) para o ingresso na Escola Normal Oficial seria necessário o pagamento de uma taxa de 20\$000 réis, certidão de ensino primário (caso não o tivesse a

<sup>183</sup> ESTADO DO PIAUÍ, **Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1910**. Lei nº 548, publicada em 30 de março de 1910. Reforma a instrução pública do estado. Therezina: Imprensa Oficial – 1910.

<sup>184</sup> ESTADO DO PIAUÍ, **Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1910**. Decreto nº 434, publicado em 19 de abril de 1910. Expediente regulamento para a instrução pública do Estado. Therezina: Imprensa Oficial – 1913.



- candidata seria submetida a um exame de admissão), ter mais de doze anos e não sofrer de doença contagiosa;
- e) o corpo docente contaria com três professoras para lecionar Música, Desenhos e Trabalhos de Agulha e nove lentes para as demais disciplinas (as cadeiras vagas seriam preenchidas por concurso ou por lentes do Liceu Piauiense);
- f) existiriam gabinetes e laboratórios para o ensino prático;
- g) as matérias de ensino da Escola Normal seriam trabalhadas em dezoito cadeiras.<sup>185</sup>

Essas determinações deixam nítidas a ideia da construção de um professorado com bases na formação científica, dando caráter técnico para a educação feminina, algo que aconteceu a partir do processo de institucionalização do ensino para as mulheres.

Para a formação de um corpo profissional de professoras os poderes públicos estaduais e municipais financiam a educação de jovens mulheres vindas das mais diversas cidades do interior do Estado, como se pode ver no fragmento abaixo.

Tem chegado do interior diversas senhoras que se propõem cursar a escola normal. Sabemos que já aqui se encontram uma vinda de Parnaíba; uma de Belém; uma de Amarante; duas de Floriano; e uma de Itamaraty. Ainda este mês chegarão outras de Oeiras, S. João do Piauí, S. Raimundo Nonato, livramento e P. Alegre<sup>186</sup>.

Essa forma de proporcionar a educação a essas mulheres se dava pela necessidade de mão de obra de professoras pelo estado, não por dar oportunidade de ensino ou educação às mulheres, em especial as que já fossem originalmente das cidades em que poderiam ministrar aula. A formação facilitaria as contratações dessas senhoras em cidades do interior, que muitas vezes não dispunham de grandes recursos educacionais, pois se entendia que não haveria gastos com as professoras para se manterem nesses locais.

Assim a Escola Normal que começou a funcionar ainda na primeira década do século XX em Teresina se dedica a formar mulheres que pudessem atuar na educação infantil pelo estado. A formatura dessas primeiras professoras piauienses regidas pelas mudanças implantadas em 1910, aconteceu em 1912, contando com uma festa comemorativa, que contou com a presença do então governador, de políticos, de intelectuais locais, de professores, de pais e das jovens normalistas. Para destacar esse momento selecionaram-se “os vibrantes alexandrinos” escritos por Antônio Chaves para a festa, que foram recitados pela normalista Nemezia Pires.

<sup>185</sup> SOARES, 2004, p.77

<sup>186</sup> DIÁRIO DO PIAUÍ, Teresina, ano I, n. 23, 23 mar.1911, p.1

Estudar! Estudar! O cobiça sublime  
 Que nos enches de luz para os festins do Bem!  
 Que fulgor vê-lo em ti, fulgor que nos redime  
 Do mal, do eterno mal que da treva nos vem!

Estudar! Estudar! O glória soberana  
 Que apontas para nós a senda do dever,  
 Premiando-nos com o brilho imenso que se ufana  
 Dentro do nosso peito – o brilho do saber,

Suave, vibre lá fora o hino da Natureza,  
 Palpite a vida intensa à música das águas;  
 Cantem pássaros, cante a suprema beleza  
 Dos verdes roseiras que não conhecem mágoas...

Cante a aragem saber a andar de fronde em fronde;  
 Solução a voz da viola à canção do roceiro...  
 Cante o regato azul que, vindo não sei de onde,  
 Corre sereno e manso, imponente e ligeiro,

**Aqui dentro na Escola, Irmanadas e amigas,  
 Jungidas pelo mesmo ideal que nós anima,  
 Cantemos da Instrução as límpidas cantigas  
 Tão cheias deste amor que nos vem lá de cima,**

Fecunde-se, lá fora, a exuberância viva  
 Da terra, sazonzando o fruto cor de rosa;  
 Noivem flores, abrindo a corola festiva;  
 Sorria do trigal a mésse prodigiosa...

**Aqui dentro, na Escola, esvoace docemente  
 A voz do mestre, a voz que nos guia e conforta,  
 Fazendo-nos transpor a porta alvorescente,  
 Da civilização a iluminada porta,**

**Salve, pois, da Instrução o bendito farol  
 Que guiando nos vai no caminho da vida,  
 E que jorrando luz, muita luz, como o sol,  
 Parece nos levar à Terra Prometida<sup>187</sup>. (Grifo da pesquisadora).**

O fragmento anterior permite perceber o entendimento da educação oferecida pela Escola Normal como um meio de resgate dessas mulheres das condições impostas pela ignorância e a falta de educação. Assim, essas mulheres passariam a entender o ensino como um benefício para suas vidas e suas funções como educadoras, pois seriam tiradas das trevas da ignorância para a “luz” que a educação poderia proporcionar.

Esse encanto pelo empenho de educar passa para as normalistas como uma função santa que lhes caberia a elas fazer da criança um ser educado sob os novos conteúdos e

<sup>187</sup> NA ESCOLA NORMAL. DIÁRIO DO PIAUÍ, Teresina, ano III, n. 21, 26 jan. 1913.

metodologias ministrados no ensino primário, tanto na capital como no interior do estado. Educar a infância seria um trabalho que merecia bastante dedicação, mas também era de entusiasmar e encantar as normalistas que estariam dedicando os ensinamentos obtidos na Escola Normal de maneira gratificante. Vê-se isso no discurso proferido pela diplomada Lydia Cunha, escolhida como oradora oficial da formatura em 1913.

[...] E essa escolha, senhores, como vedes, caiu, como um fardo pesado, na fragilidade dos meus ombros. Se não fosse tão pequena a parcela dos meus conhecimentos; se minha voz não tivesse o som fraco de um eco a agonizar lentamente, longe, nas quebradas das montanhas, certo que eu não reprovaria os responsáveis dessa escolha, em demasiado incertada, porque durante três anos de uma existência íntima, alimentando a alma nas mesmas leituras, os nossos sentimentos afetivos se tornaram tão puros como puro é o reflexo do diamante lucidado pelo seu próprio pó duro e resistente. Sim, tornamo-nos irmãs. Outra das minhas talentosas e inteligentes companheiras, me substituiria com real vantagem e com mais expressão, mais rigor vos poderia dizer o que eu agora sinto, como elas sentem, encher-me o coração e o desdobrar fibra por fibra em dois sentimentos tão opostos – a alegria entusiástica e a saudade; alegria de encontrar a meta do meu tirocínio escolar, **galardoada com um diploma tão honroso para a missão mais nobre, da religião mais santa: redimir a infância, dando-lhe luz, a grande luz dessa fulgurante constelação que chamamos alfabeto, do qual cada letra é uma estrela radiante em um céu azul de safiras imensas**; saudade cruciante deste recinto augusto, que se não tem os capiteis de ouro e marfim do templo de Epheso, na Grécia áurea, tem no entanto colunas de luz que assentam nos cérebros maravilhosos dos queridos mestres e se dilatam para as eminências, fulgurantes, dimanando raios vivos que se nos alojam no crânio, desenvolvendo os nervos do cérebro, em circunvoluções riosas; saudades das companheiras queridas, das que ficam ainda colhendo os pomos de ouro, e das que se vão para rumos diversos, como são os da vida tão variados, **semear na fértil inteligência da infância a semente benéfica da instrução, que há de rebentar com viço e frutificar com abundância**<sup>188</sup>. (Grifo da pesquisadora)

Além do encanto quanto ao papel desempenhado no ensino infantil e à valorização desse papel para a sociedade e para o desenvolvimento do País, o discurso proferido Lydia Cunha chama atenção das profissionais que desempenham o papel de educar.

Logo, a educação feminina é entendida como uma forma de obtenção de um modelo feminino que passa a ser regido pelas próprias normalistas. Essas deveriam se ocuparem em seguirem as normas e as regras impostas por uma educação normal, sendo as mantenedoras do que lhes foi constituído nesta escola. Assim é possível destacar a percepção de Nobert Elias em que ressalta

<sup>188</sup> DIÁRIO DO PIAUÍ, Teresina, ano III, n. 21, 26 jan. 1913.

Os choques físicos, as guerras e as rixas diminuíram e tudo o que as lembrava, até mesmo o trinchamento de animais mortos e o uso da faca à mesa, foi banido da vista ou pelo menos submetido a regras sociais cada vez mais exatas. Mas, ao mesmo tempo, o campo de batalha foi, em certo sentido, transportado para dentro do indivíduo<sup>189</sup>.

A atuação das normalistas que colaram grau, indica um aproveitamento de mão de obra satisfatória ao ocuparem as vagas de professoras presentes no interior e na capital do Estado, além de indicar o entendimento das crianças como sujeitos que deveriam ser educados para a busca do desenvolvimento do Estado.

A rotina é o método de ensino que maior disseminação tem. A soletração e a leitura pagueada têm império soberano. Ler páginas e mais páginas não é título que recomende. É pre[ci]so compreender o que se lê, para que a inteligência vá por si mesmo sondando o que está além, em debuxo incompleto de tintas pálidas, acumulando novos cabedais de conhecimentos para a prática da vida, em demanda do ideal que assentou alicerces em nossos corações e atira para o alto as suas torres brancas na anciã de banhã-las no largo oceano do Azul. **Bem assim compreenderam os dignos patriotas fundadores desta escola, destinada ao preparo de pessoa; habilitado ao qual fosse confiado a inteligência da infância, que tem a semelhança da branca e mole cera, que se apresta de bom grato a todas as formas que lhe queiramos imprimir. Foi à mulher que esta escola foi aberta, porque é preciso que a criança nos pequenos passos incertos, nos ensaios das suas brandas azas de pureza, tivesse a ternura de um seio, que lhe fizesse sentir todas as caricias maternais. A missão do professor nem todos a sabem compreender como ela deve ser compreendida. É a mesma missão de pai, de cujos cuidados depende o futuro de uma alma, que se abre como uma flor pelas manhãs mornas de primavera, recebendo em seu calicezinho mimoso os beijos fecundantes do Sol, que alvissareiro, sorri por uma fresta do Infinito, lá onde a terra parece beijar o céu. É a missão de mãe, amparando no seio quente de afeto o filho querido, cuja vista ainda curta só enxerga as flores do berço, macias e perfumadas, não descortinando para diante a vastidão dos feixes de luzes que rebentam da terra mordida de sede, abrasada de fogo.**

**É esta a missão que vamos iniciar recebendo a confiança das mães de família, que em nós encontram um como desmembramento de seu ser afetuoso, o fruto querido dos seus seios, assim como nós fomos entregues a essas almas lucíferas dos nossos queridos mestres, dos quais hoje nos despedimos, contendo o coração as vibrações meio dolentes da saudade, para que nos enchessem a alma da mesma luz que lhes imunda o espírito, e o coração das mesmas virtudes que as fazem excelsas.** Nesses semblantes amigos eu leio, porque as faces são a retratação da alma, a expressão de um contentamento divino, de quem ciente está do emprego dos meus esforços, entregando à luz outros átomos de luz, que foram recebidos como informes corpúsculos translúcidos, apenas alumiados pela branca inocência que trouxeram do colo onde primeiro se abrigaram as caricias

---

<sup>189</sup> ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: J. Zahar, v. 2, 1993. p. 203.

mornas de ternos beijos mornos. Mais um astro, desses que muitas vezes se apagava no começo da noite, quando as blandícias de sua luz se tornavam mais necessárias, me faz hoje sentir por ele o rore; o quente de uma lagrima a tremeluzir-me nas pálpebras. [...] <sup>190</sup>(Grifo da pesquisadora)

A noção de que a educação infantil deveria ter como principal agente as mulheres, tanto no lar como na escola, fez com que as normalistas reafirmassem e consolidassem os seus papéis na sociedade nas primeiras décadas do século XX. Isso se dá não só pelos discursos proferidos na Escola Normal, mas também pelos discursos higienistas e literários que circulavam pelas cidades no Brasil, algo que também acontecia na cidade de Teresina.

Assim a mulher educa, cuida e ama as crianças. Esse tipo de afirmativa proporcionou uma ligação direta dos papéis femininos na sociedade com a infância, pois, mesmo que ocupasse um espaço além do ambiente doméstico, deveria ter a mulher a manutenção das suas ações naturais: amar, educar e gerir a vida de uma criança.

O papel feminino para a educação infantil e a dedicação à família e aos filhos foi difundido na cidade de Teresina na primeira metade do século XX, assim como evidencia Elizangela Barbosa Cardoso. Argumenta a autora: “através da educação formal, da socialização familiar, da formação religiosa e das leituras, a mulher foi representada como mãe e a maternidade inscrita como prática definidora da feminilidade”<sup>191</sup>. Nesta educação das mulheres como mãe, produz-se, também a infância como idade específica da vida.

Essa representação feminina ligada à figura de mãe também fez parte da construção da imagem da normalista, no século XX, a qual seria inserida inicialmente no ambiente escolar por suas características tidas como naturais para a educação infantil, como o amor e o sacerdócio para o ensino. Assim,

Dom natural e missão eram formas de significar a maternidade, a partir das quais se avaliava o desempenho das mães. Prover a educação moral e religiosa os filhos e das filhas era responsabilidade materna. Incutir valores e disciplina, adestrar, instruir os vínculos familiares eram atribuições da maternidade<sup>192</sup>.

A mulher seria um ser educado desde as suas fases iniciais da vida para o desempenho de relações afetuosas e submissas no ambiente doméstico, algo que passa a ser estendido ao ambiente escolar. Este ambiente, mesmo fora do domínio da casa e do poder patriarcal,

<sup>190</sup> DIÁRIO DO PIAUÍ, Teresina, ano III, n. 21, 26 jan. 1913.

<sup>191</sup> CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)**. Tese (Universidade Federal Fluminense). Rio de Janeiro, 2010, p. 398.

<sup>192</sup> CARDOSO, 2010, p. 398.

cederia lugar ao poder do Estado e dos administradores do espaço escolar, como os inspetores e diretores, sendo essa mulher regida agora por um novo agente. No entanto, no discurso de Lina Gayoso na solenidade de distribuição dos diplomas às normalistas que estavam se formando, não é a tutela que se evidencia, mais a ação feminina no magistério como, aquela adequada à transformação das crianças, os filhos da pátria, que a engrandeceria:

Pesamos, como bem diz, as graves, as dolorosas, as supremas responsabilidades do magistério, cuja carreira está aberta aos nossos passos. Vimos, aliás, desde a primeira infância preparando-nos para as assumir. Aí no recesso do lar, aprendemos que uma das mais imperiosas missões da mulher é a da educação.

E os fatos nos demonstram que, mais do que ninguém, estamos aptas a realiza-las.

Há muito a mulher abandonou o papel de “boneca” que lhe traçou, o mais profundo pensador escandinavo.

Com as ânsias da consciência moderna, com as solicitações do século, com as exigências da sociedade em que vive, é ela hoje, uma organização que se integra para, eficazmente, cooperar pelo engrandecimento, pelo aperfeiçoamento, pela perfectibilidade da raça, da nação, do povo, da família a que pertença.

É a lição da História.

É o resultado dos mais modernos estudos de fisio-psicologia, desenvolvidos do alvorecer das primeiras sensações às manifestações maravilhosas e deslumbradoras da mais pura existência moral.

Pois bem, senhores, foi esse resultado que assinalou a relevância da mulher no que chamarei o cinzelamento da alma, a educação da vontade, a formação inteligente do caráter.

Disse o maior épico atual de nossa língua, que a alma das crianças, é pura como a neve e que o que aí se escreve não mais se apaga.

É preciso, no entanto, saber penetrar nesse recesso misterioso. É preciso saber despertar as energias aí latentes. E não o podem conseguir os rigores, o esgotamento as fadigas acumulada do homem. Só o encanto da mocidade feminina, a meiguice, a amorosa complacência da educadora o consegue; somente ela pode dar à matéria plástica primitiva que é uma alma de criança, formas, linhas, relevos, caracteres, proporções que deslumbrem.

Não faço a apologia do meu sexo. Adianto o que aprendi em pedagogia na minha passagem por esta casa de que levo as melhores recordações. [...] <sup>193</sup>

A educação das normalistas era comemorada como um ganho não só para o público infantil mas também para o Estado do Piauí, pois de acordo com os discursos das normalistas e de seus professores, elas conquistaram o sucesso em suas atividades profissionais pelo estado. Sucesso simultâneo à expansão do número de escolas primárias, proporcionando que uma maior quantidade de meninas e de meninos obtivessem acesso ao ensino primário.

<sup>193</sup> DIÁRIO DO PIAUÍ, Teresina, ano III, n. 23, 28 de janeiro de 1913.

Esse triunfo feminino perante a carreira de professoras se deu pela noção de que o papel de educadora infantil caberia às mulheres por suas características originais e também pela percepção de absorção de mão de obra qualificada pelo poder público, algo presente no discurso de Maria de Lourdes Abreu, de 1913.

São almas virginais, almas cândidas e simples. Ingênuas e sonhadoras, tímidas e ansiosas, que se iluminam para o apostolado da educação da infância, que se aparelham para a mais santa das missões, que se apresentam para a evangelização do ensino.

E se o artista pagão teve a condenação dos deuses, nós só temos flores, só temos uma coroa de rosas para a fronte angélica das novas pioneiras do bem em nome das bênçãos do futuro. [...]

É o meu caso, senhores. Tenho, contudo, dentro de mim uma fonte Castalla inspiradora: é a minha saudade, é a lembrança da convivência que perdemos, é a admiração que nos prende às que nos precederam e agora se retiram.

O segundo ano não podia ser indiferente a esta festa. Acompanhou, de perto, os triunfos constantes da maioria das normalistas concludentes, Guarda-os como estímulo para a sua carreira. Registra-os nas páginas mais queridas de suas recordações. E, assim, traz as que nos deixam a confissão de sua solidariedade carinhosa e as demonstrações amorosas que experimentam.

Não estou, minhas companheiras nas condições de dar conselhos. Falece-me autoridade e experiência. Sobre-me, todavia, confiança (apontando as diplomadas) na vossa cultura moral, nas luzes da vossa inteligência, no tesouro de bondade que encerram os vossos corações, para saber que uma nova fase se abre aos destinos da instrução piauiense. Pois, é em nome de tudo isso, que vos saudamos, é em nome da nossa saudade verdadeira e intensa, que nos despedimos. Ide. Convosco estaremos em espírito e coração.<sup>194</sup>

As melhorias provocadas pela Escola Normal Oficial no ensino passam a ser reconhecidas positivamente não apenas pelo Piauí, mas também no estado vizinho Maranhão que, no mesmo período, destaca o importante desenvolvimento obtido na formação das normalistas.

Do Diário Oficial do vizinho estado do Maranhão transladamos, com a devida vênia, para as nossas colunas as linhas com que o nobre colega antecedeu o discurso da gentil e talentosa senhorita Maria de Lourdes Abreu, por ele transcrito;

É já uma realidade o efeito da campanha que o dr. Miguel Rosa, quando diretor da instrução publica abriu contra o analfabetismo de sua terra.

E o resultado é que a instrução do vizinho estado progride consideravelmente, de modo que, em breve, todo o interior estará semeado competentes, que conhecem bem os preceitos da pedagogia moderna.

Para isso mantem a escola normal, que vai preparando os novos educadores aos quais está confiada a árdua tarefa de sanear o espírito e a moral dos que surgem para vida civilizada.

<sup>194</sup> DIÁRIO DO PIAUÍ, Teresina, ano III, n. 23, 28 de janeiro de 1913.

A escola normal vai dando resultado salutar.

Agora mesmo foi diplomada uma turma de normalistas que está apta para o serviço público, amparada pelos conhecimentos educativos de que carece a verdadeira educação escolar.

O novo governador do Piauí é um moço que não se descuida de tudo que pode interessar à grandeza de sua terra. Compreendeu que, como diz o dr. Luiz Domingues, a felicidade de um povo só pode ser feita pela instrução, assim está agindo patrioticamente em favor do aperfeiçoamento espiritual e moral da criança piauiense.

Com isso s. exe. se eleva tanto no conceito geral que seu nome há de ficar na gratidão de sua terra, no coração de seu povo<sup>195</sup>.

A Escola Normal foi considerada, em seus anos iniciais, um divisor de águas na história educacional do Piauí, por formar a base de um ensino considerado de qualidade. A Escola Normal seria responsável pelo fomento de uma mudança substancial na educação do Piauí, ao possibilitar formar crianças com base no alfabeto.

Além da importância da Escola Normal para o desenvolvimento do ensino primário no estado e também da formação de profissionais capacitadas pelas novas metodologias de ensino, esse ambiente escolar também ganha importante destaque quanto ao isolamento dessas mulheres. Pode-se verificar no discurso do professor da Escola Normal, Alberto Correia Lima, durante a festa comemorativa do quarto aniversário da fundação da mesma escola, a importância do isolamento das normalistas, provocado pelo ambiente escolar, o qual resguardava as mulheres do convívio dos “perigos” externos da sociedade.

A fundação da escola normal marca o início de uma nova fase para o Piauí.

Para quem conhece o valor da instrução primária, tal afirmativa nada tem de exagerada. Sem ela uma nação nunca poderá ser grande, nunca poderá ser digna, nunca poderá concorrer para a magnificência da civilização. [...]

O fundador desta escola teve, sem dúvida, em mente, as palavras de Le Bom: “Com bons professores todos os programas são excelentes”. Vendo que era preciso tê-los naquelas condições, fez surgir a escola normal que os prepara intelectual e pedagogicamente para a nobre e árdua missão. S. Paulo, cuja esplêndida floração de progresso tanto admiramos muito cedo abrangem esta face do problema, criando diversas escolas normais no estado. Os professores paulistas têm fama em todo o Brasil.

Nossa escola surgiu, pois, em um momento de feliz inspiração e tem sabido corresponder a expectativa de nossa sociedade.

O atual governo, compreendendo a grandeza da obra iniciada, tem se esforçado para torna-la digna de seu objetivo.

Como eu já disse em outra parte, no seu tranquilo recinto, onde gorjeiam doces almas femininas, não penetram as paixões que tumultuam lá fora. Temos aqui uma grande liberdade de ação, sem que sejamos tolhidos por empenhos ou sugestões externas. Escudados nessa liberdade, temos

<sup>195</sup> A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PIAUHY. **DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 70, 27 mar. 1913, p.2.



procurado fazer os julgamentos, inspirados num máximo espírito de justiça<sup>196</sup>.

Apesar da importância da educação ser evidência na fala de Alberto Correia Lima, ele demonstra o atraso em que o estado se encontrava no ano de 1912. Para transformar esta situação, aposta-se na inserção das normalistas no sistema escolar: Registrou-se, assim, o ingresso das primeiras formandas.

Os primeiros frutos aí estão, com a turma de professoras de 1912. O critério louvável que seguiu o governo nas primeiras nomeações aumentou o crédito da escola. Hoje as aulas regorgitam de neófitas, que amanhã irão levar a luz por nossos infintos sertões, até agora mergulhados no mais angustioso analfabetismo.

[...]

**Todos os grandes espíritos que se ocupam da instrução no Brasil, mostram o estado pungente de nossa inferioridade pedagógica.** Temos quase 80 por cento de analfabetos, enquanto a Argentina conta apenas 50 para 100 habitantes, porcentagem que descreve vertiginosamente. É por isso que a vizinha do Prata é em quase tudo superior a nós, exceto na retórica e na politiquice.

Mais vale uma obra perfeita do que dez mal acabadas.

Já que o Estado financeiro do Piauí, que em parte é um reflexo das condições gerais do país, que se acha na iminência de uma catástrofe, pela depreciação da borracha, não permite a difusão de grande melhoramentos, cumpre que os esforços do governo convirjam especialmente para esse templo de luz: que as suas paredes internas sejam decoradas de mapas, que se crie nele um pequeno laboratório químico e físico, que se vote uma verba para o acabamento do edifício e seu embelezamento, que um pequeno jardim seja construído ao lado, para que possamos dizer aos forasteiros:

- não vê aquele soberbo edifício? Ali é a Escola Normal.

Os verdadeiros piauienses deverão aplaudir esses atos e o futuro sabe-los-à recompensar quando lhes descobrir os fecundos resultados.

Numa estatística que li há três anos, tratando da instrução no Brasil, o Piauí ocupava em linha descendente o décimo sexto lugar.

Tenho profunda convicção de que a Escola Normal há de concorrer para levantar nosso querido Estado de posição tão ínfima.

Mas para isto, é preciso o auxílio de uma fiscalização seria e rigorosa. Os inspetores escolares devem ter uma capacidade e uma abnegação fora do comum, sendo aptos para atestar não só a frequência dos alunos e a assiduidade dos professores, como também se os métodos adotados são capazes de produzir os desejados efeitos, porque é preciso confessar, aqui, como em quase todo o Brasil, domina ainda a antiga pedagogia livresca e mnemotechina. Atota-se a memória das crianças, atrofiando-se lhes o raciocínio e o físico, fazendo de memória 'um armazém de quinquilharias baratas, que se atulham e se inutilizam nas angusturas de locubrações infrutíferas'.

Por isso, o Estado muito espera das novas professoras. Com a inteligência cultivada e impregnada dos novos métodos, como raios de luz poderão espancar as trevas do analfabetismo, e o Piauí ascenderá no termômetro da

<sup>196</sup> ESCOLA NORMAL, **DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 111, 17 mai 1913, p. 2.

instrução, e a estrela que ele representa no auri-verde pendão de nossa terra, refulgirá mais brilhante na constelação de suas irmãs.  
 Minhas jovens discípulas, nossa terra confia em vós.  
 Milhares de criancinhas, que bracejam nas trevas, têm os olhos voltados para aqui como para um oriente de luz.  
 Vós sois o símbolo de uma ressurreição. Empreendeis uma nobre cruzada, sede dignas dela<sup>197</sup>. (Grifo da pesquisadora)

Na perspectiva da educação no Piauí, a economia do estado neste momento se torna um empecilho para o desenvolvimento da educação, ao se encontrar em decadência, pois sem grandes recursos seria difícil investir na manutenção de uma Escola Normal de qualidade pedagógica e material, além disso essa falta de recurso seria um impedimento para o desenvolvimento da educação em outros graus. Para esse desenvolvimento seria de extrema importância a ação do inspetor do ensino, assim como defende Alberto Correia Lima, pois como se viu anteriormente, esse contribuiria com informações sobre a educação formal.

Além das formação de normalistas durante esses primeiros anos de funcionamento da Escola Normal também foram verificados os poderes instituídos ao dar a possibilidade de os professores poderem modificar o ensino que acontecia nessa escola. As alterações no ensino faziam com que a educação dessas normalistas fosse adaptada às vontades e necessidades educacionais do momento.

Graças ao sábio mecanismo instituído pela nova organização do ensino, os corpos docentes dos institutos têm podido, sem dificuldade, atender mais facilmente e de acordo com as suas únicas aspirações, alterar os seus regulamentos, modificando o estudo das matérias, estabelecendo quanto julgarem útil bem do ensino, incluir-se a criação de novas cadeiras, sobre cujo assunto a intervenção do governo é limitada ao caso de aumento de despesas à custa do erário público.

Os exames de admissão, este ano, como no anterior, deram os melhores frutos, filhos da seriedade e honestidade rigor com que as congregações procuram, cientes da grande responsabilidade que nesse caso como nos outros do ensino a elas agora confiada pesa sobre essas outras corporações &<sup>198</sup>.

Essas mudanças visavam tornar aptas as professoras para alterar a situação do ensino primário, transformando o corpo e as mentes das crianças em nome da pátria. A expectativa de mudança depositada nas normalistas vai muito mais além do expansão do número de alunos matriculados nas escolas do Piauí, visava-se à criação de um ensino adaptável às condições de cada escola e lugar, provocando uma modelagem do aprendizado obtido na

<sup>197</sup> ESCOLA NORMAL, **DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 111, 17 mai 1913, p. 2.

<sup>198</sup> INSTRUÇÃO PÚBLICA, **DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 113, 20 mai 1913, p.2.

escola normal através das disciplinas ou até mesmo da prática na Escola Modelo. Isso é destacado em outro fragmento publicado no jornal *Diário do Piauí* ainda no ano de 1913, ano em que aconteciam as diplomações das novas professoras e por isso havia uma grande esperança no exercício de seus papéis na educação.

Diante da impossibilidade financeira para solucionar os problemas educacionais, o governo adota como estratégia investir em uma instrução formadora de professoras.

Compreendendo isso, foi que o meu ilustre antecessor, não podendo de uma vez atacar o problema e resolve-lo, fez a reforma da instrução tomando por base a formação de um professorado competente. Ainda mais, convencido de que a mulher, por suas qualidades afetivas, por sua maior facilidade de comunicação com as crianças, pelas condições de seu temperamento, pela natureza do seu papel na família, por sua influência moral junto aos espíritos infantis, é, como educadora, preferível e superior ao homem, fundou a Escola Normal, não com os moldes da Escola Normal Livre, que existia, então, mas com um mais largo programa, apropriado aos fins que tinha em vista. Dela deviam saber as preceptoras futuras, suficientemente aparelhadas para a missão dedicada e espinhosa de educadoras. E essa ideia já teve começo de realização prática, este ano<sup>199</sup>.

O Estado investia na constituição da professora normalista, especialista na educação da infância. Suas qualidades eram fruto da aliança entre escolarização e atributos femininos. Esta soma as tornaria mais aptas para formar as crianças, moldando-lhes o corpo e a alma.

E assim que terminando o curso vinte normalistas, foram aproveitadas as que mais se distinguiram, vendo preenchidas com elas a 2ª cadeira das Escolas Mistas Reunidas, à rua da Estrela, a 3ª cadeira das Escolas Reunidas Masculinas, avulsa da Avenida Frei Serafim, a avulsa do Campo de Marte, a mista da povoação dos Altos, a mista da povoação do Poty Velho, todas as adjuntas das Escolas Reunidas e Escola Complementar, desta capital e mais duas de Amarante, uma de Valença e uma de Campo Maior. Tudo se deve esperar das novas professoras. Como diretor que fui da Escola Normal, testemunhei o seu curso brilhante, a dedicação que mostraram nos meses de prática da Escola Modelo, o que é uma segura garantia do resultado benéfico de seus esforços. É natural confiar, pois, que a esta hora, nesta capital e nas das localidades referidas, se tenham substituído os arcaicos processos de ensino antes adotados, de modo que, ao lado de economia de tempo, concorra maior aproveitamento para os alunos. E se recordarmos que os novos professores levam para o magistério uma cultura regular, ficarão perfeitamente justificadas as nossas esperanças – máximo no que se refere à ação da professora normalista no interior do Estado<sup>200</sup>.

---

<sup>199</sup> ESCOLA NORMAL, **DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 124, 1º jun 1913, p.3.

<sup>200</sup> ESCOLA NORMAL, **DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 124, 1º jun 1913, p.3.

A política do Estado no sentido de transformar as normalistas em construtoras da infância como idade específica da vida, a partir da atuação como professoras aliara escolarização e ingresso no mercado de trabalho.

Nos anos referentes de 1920 a 1929 aconteceu um acentuado aumento de matrículas na Escola Normal, configurando-se como um momento de consolidação do ensino na capital. Esse período diverge do anterior que contou com grande número de alunas desistentes, poucas matrículas e uma estruturação tanto física como pedagógica do espaço destinado ao ensino normal, sendo assim é o período em que a Escola Normal estava em pleno gosto da população local para a educação feminina, tanto que aconteceram expansões do ensino normal nas cidades de Parnaíba e Floriano<sup>201</sup>.

Na década de 1930, o curso normal foi ampliado para cinco anos. As normalistas deveriam fazer teste vocacional nos dois últimos anos do curso complementar que acontecia na Escola de Adaptação, em qual a frequência era obrigatória. Aconteceu a abertura de mais um curso normal na cidade de Teresina, sendo esse no Colégio Sagrado Coração de Jesus (CSCJ). Esse novo curso normal fez com que o ensino das normalistas passasse por modificações e adaptações. Teresina contava agora com dois estabelecimentos de ensino um na esfera pública; outro na esfera privada<sup>202</sup>.

A Escola de Adaptação foi criada em 1933, através do Decreto nº 1.438<sup>203</sup>, a qual tinha como finalidade oferecer um curso complementar com a duração de dois anos, que serviria para aprofundar os conhecimentos do ensino primário e também realizar testes vocacionais destinados aos candidatos que concorressem a uma vaga na Escola Normal. Isso proporcionaria maior controle do público que adentraria ao ensino normal, cabendo ao ensino apenas os candidatos que fossem aptos. Isso revela que a escola passa por modificações ao não levar mais as condições de aptidões femininas ao ensino e também ao terem apenas o conhecimento primário como quesitos fundamentas, sendo necessário perceber inicialmente aqueles candidatos que teriam aptidões e vocação ao ensino.

Norma Patricya Soares indica a quantidade de matrículas da Escola Normal no anos 1930. Eis a tabela:

#### TABELA 5

---

<sup>201</sup> SOARES, 2004, p. 89.

<sup>202</sup> Id., 2004, p. 89.

<sup>203</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1933**. Decreto nº 1.438 de 31 de janeiro de 1933. Regulamenta o ensino normal. Teresina: Imprensa Oficial, 1933.

## QUANTIDADE DE MATRÍCULAS E CONCLUDENTES DE 1930 A 1939

ANO	1ªSÉRIE	2ªSÉRIE	3ªSÉRIE	4ªSÉRIE	5ªSÉRIE	TOTAL	CONCLUDENTES
1930	*	58	58	26	-	295	23
1931	153	*	*	*	*	*	31
1932	138	84	66	43	07	338	19
1933	21	39	58	33	16	167	25
1934	30	23	31	53	29	166	34
1935	44	39	24	30	52	189	41
1936	58	67	41	34	31	231	29
1937	63	57	58	49	32	259	32
1938	62	72	41	61	51	287	50
1939	80	67	55	37	59	298	58

Fonte: SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003):** reconstruindo uma memória da formação de professores. 2004. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004, p. 89.

Assim as escolas normais instaladas no Piauí durante as quatro primeiras décadas do século XX contribuíram para ampliação da quantidade de mulheres instruídas, possibilitando a inserção do público feminino no mercado de trabalho formal, através do ensino infantil, bem como a atuação das mulheres na construção da infância como idade da vida, através do exercício da função de professora normalista.

### 3.3 OS CURRÍCULOS DA ESCOLA NORMAL

A Escola Normal passou por modificações curriculares. A Escola Normal Livre, inicialmente contava com 10 cadeiras que eram distribuídas no período de três anos. Logo após a passagem da Escola do domínio da Sociedade Auxiliadora de Instrução para o governo do Estado, o curso passa a contar com o aumento de disciplinas que provocaram o aumento do tempo de formação para quatro anos, sendo distribuídas em: história universal, italiano, álgebra, noções de ciências físicas e naturais, literatura nacional, direito constitucional, música e ginástica sueca<sup>204</sup>.

O currículo da Escola Normal estabelecido no ano de 1910 conta com conhecimentos voltados a uma educação que se enquadrasse no contexto global<sup>205</sup> ao por o ensino de uma História Universal e Italiano. Isso mostra a influência do exterior na vida local e a ligação do Estado às questões educacionais da Europa.

<sup>204</sup> MELO, 1922.

<sup>205</sup> Id., 1922.

Além disso, o currículo da Escola Normal focaliza o conhecimento intelectual de Álgebra e Noções de Ciências Físicas e Naturais, mostrando que o conhecimento recebido pelos futuros profissionais do ensino era moldado pelo saber científico. Isso revela o que deveria ser o saber do professor. Ele deveria deixar o conhecimento rudimentar no qual os saberes eram fragmentados e de pouco aprofundamento, e deter o saber profissional, tal qual o do mestre-escola, com suporte no domínio das ciências.

As disciplinas de literatura nacional e direito constitucional demonstravam a necessidade de se educar futuros professores que conhecessem características brasileiras e também se adequassem ao momento em que a República requeria uma população que conhecesse os seus direitos e deveres perante a nação como também formasse uma população apta ao exercício das funções patrióticas.

A disciplina de ginástica sueca possibilita pensar a respeito da educação dos corpos das professoras que iriam atuar no ensino infantil, pois no período aconteceram conflitos no exterior e no Brasil, que demandavam homens aptos à luta ou à guerra, criando uma necessidade de formação de corpos moldados para tais fins. Assim o papel da educadora seria de suma importância na modelagem do corpo infantil da escola.

Além do mais, o corpo feminino em transição da infância à vida adulta era passado por regras e normas com o intuito de obtenção de um corpo desejável, moldado e polido, sendo apto as funções tidas como femininas, como ocorreu na Escola Normal onde as normalistas adentram na instituição ainda na adolescência e passam por modelações de condutas, gestos e corpos. Com isso “a educação do corpo feminino pode ser visto como um rito de passagem da infância para a vida adulta”<sup>206</sup>

O currículo tem a disciplina de música algo que era comum principalmente na educação feminina. Essa educação era marcada por ensinamentos que se destinavam ao ambiente privado como forma, muitas vezes, de criar no sexo feminino um atrativo ao convívio familiar, percebido e expandido para o ambiente educacional como inerente ao feminino.

A mudança no quadro curricular, entre 1909 e 1910, de duração do curso passa de 3 para 4 anos, possibilitou alongar o leque de conhecimento da futura normalista. Isso, no entanto, fez com que acontecesse uma formação de mão de obra lenta, diante da demanda local educacional.<sup>207</sup>

---

<sup>206</sup> PERROT, 2003, p. 16.

<sup>207</sup> MELO, 1922.

A estrutura curricular que tinha sido estabelecida no ano de 1910 pelo decreto 434<sup>208</sup>, de 10 de abril do mesmo ano, provocou a modificação no período de duração do curso normal, fazendo com o que ele deixasse de ser em 4 anos e voltasse novamente a ter apenas 3 anos. Isso aconteceu com o intuito de formar uma maior quantidade de professores em um tempo mais reduzido, excluindo as cadeiras de xerografia<sup>209</sup> do Brasil, especialmente do Piauí, ginástica sueca, noções de direito constitucional, italiano e literatura nacional, a qual foi substituída pela portuguesa.<sup>210</sup>

A estrutura estabelecida no ano de 1910 passou novamente por modificações no ano de 1911 pela Lei nº 642, de 17 de julho desse ano, voltando o curso normal para a duração de 4 anos.<sup>211</sup> Com o curso de maior duração foram criadas disciplinas que iam além do ensino das letras, pois também existiam a de economia doméstica, a de pedagogia e suas metodologias, de ginástica, economia rural e higiene.

A disciplina de economia doméstica representa uma característica de direcionamento do ensino para o sexo feminino ao tentar educar mulheres que se destinassem à atuação tanto no espaço público como no privado.

A disciplina mostra quanto a figura feminina estava ligada às relações familiares e domésticas, havendo o deslocamento feminino do espaço privado para o público como ambiente de aprendizado e disciplinarização, a mesma continuaria a aprender funções e utilidades<sup>212</sup> fora do poder familiar, lhes garantindo a continuidade da feminilidade ligada ao lar.

O ensino da Pedagogia e suas metodologias no curso normal evidenciam uma novidade no ensino das futuras professoras primárias, pois às mesmas caberia nesse momento disciplinarem-se para poderem também disciplinar as crianças. Assim essa disciplina pode ser entendida para além do conhecimento intelectual, como ferramenta que normatizaria a maneira como o educador aprenderia os conhecimentos úteis ao ensino e como seria sua forma de educar.

A disciplina reveladora da Escola Normal passa a se utilizar de teorias e conhecimentos sobre o ensino para formar um grupo de educadoras modelado. As construções de modelos de ensino regeriam o comportamento em sala de aula e o que deveria ser passado aos alunos, com intuito de projeção de um modelo.

---

<sup>208</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Código de Leis Piauienses**. 1910. Decreto nº 434 de 19 de abril de 1910.

<sup>209</sup> Id., 1922.

<sup>210</sup> Id., 1922.

<sup>211</sup> BRITO, 1996, p.58.

<sup>212</sup> Ler-se aqui aprendizado de coisas úteis à casa, à família e à sua vida familiar e conjugal.

O ensino da ginástica continua fazendo parte do currículo da Escola Normal como uma disciplina que moldaria o corpo, bem como visava inculcar a valorização da atividade física dentre as futuras professoras, feminino diante do seu corpo e de seus alunos. Estas deveriam reproduzir este valor com o objetivo de criar corpos saudáveis desde a infância. Algo que seria útil para a produção de uma população sob os signos da civilidade e de um cidadão brasileiro desejável. Isso também seria obtido através da disciplina de higiene, pois o País presenciava um momento em que se desejava um maior controle sanitário tanto no meio urbano e rural.

Assim, “as mulheres foram colocados conhecimentos sobre o corpo com fundamentação empírica, possibilitando a atuação feminina sobre a saúde, à doença, ao nascimento e a morte”<sup>213</sup>, sendo a educação das normalistas permeada por saberes que lhes moldavam e educavam tanto nas disciplinas, como nas atuações em espaços de instrução, moldando os corpos infantis e os seus próprios corpos com base na ciência.

Além dessas disciplinas que visavam educar o corpo também existiam outras, português, literaturas estrangeiras, mantendo o aspecto da educação local ligada ao exterior. Também tinha a disciplina de trabalhos de agulha que era essencialmente feminina, pois ensinava bordados, costura e produção de peças de costura. Essa disciplina está intimamente ligada às funções femininas no ambiente doméstico, e também nas relações de produção e manutenção do lar, pois a costura poderia servir tanto para criações destinadas à família como produção para um ganho financeiro.

Como foi possível perceber, a educação feminina na Escola Normal estava direcionada cada vez mais para o conhecimento das ciências. Constavam no currículo as disciplinas de física, matemática e química.

Para o melhor preparo das normalistas, de acordo com o Regulamento Geral de Instrução Pública no Piauí de 1922, o poder público do Estado, em 1916, pela lei nº 868, de junho do mesmo ano, manteve o curso da Escola Normal com a duração de 4 anos, suprimindo algumas disciplinas e redistribuindo outras. Essas mudanças provocaram a exclusão da disciplina de ginástica, a qual desde 1911 fazia parte do quadro curricular do primeiro ano do curso.

Isso demonstra um abandono no processo de disciplinarização dos corpos das normalistas e os impasses para implantação deste tipo de saber que incidia sobre o corpo. A inclusão da disciplina Pedagogia no segundo, terceiro e quarto anos, indica a importância

---

<sup>213</sup> PERROT, 2003. p. 22



atribuída aos métodos de ensino. Certamente, tentativa de resolver via currículo, problemas estruturais. Esta mudança sugere que na avaliação dos gestores, o ensino das normalistas não estaria possibilitando intervir a contento no corpo educacional, dentre as dificuldades de se escolarizar a infância.

Essa reforma curricular da Escola Normal mal foi colocada em prática, pois esteve em vigor por um ano, já que em 1917, por um dispositivo da Lei de Orçamento, o governo ficou autorizado a reformar o ensino<sup>214</sup>. Essa reforma aconteceu pelo Regulamento nº 689, de 10 de novembro no mesmo ano, que redistribuiu as disciplinas em apenas 3 anos de duração. O último ano era reservado apenas para a disciplina de pedagogia prática, a qual ocorreria na Escola Modelo.<sup>215</sup> À Escola Normal foram criadas escolas anexas (inicialmente a Escola Modelo, na década de 1910 e também a Escola de Adaptação, na década de 1930) para o desenvolvimento das professoras que ali estavam sendo formadas. A Escola Modelo foi criada no ano de 1910 pelo Decreto nº 434, sendo determinado pelo art. 188 que

Anexa à Escola Normal e sob jurisdição do Diretor deste instituto, funcionará uma Escola Modelo de aplicação, os alunos mestres da Escola Normal, obrigatoriamente, e os professores primários que o requererem, observem e pratiquem a ministração do ensino primário<sup>216</sup>.

Essa determinação do poder público evidencia a necessidade de controle da prática educacional na Escola Normal. Visava à formação adequada das normalistas e possibilitava às professoras que não fossem formadas pela instituição da Escola Normal frequentar o ambiente no intuito de obtenção de conhecimentos, assim gerando uma uniformidade do ensino piauiense. Observa-se a continuidade da prática pedagógica na formação da normalista.

A instalação dessa Escola só foi efetivada em 1912, passou, então, a funcionar de forma regular e obteve uma boa imagem na sociedade, gerando um desejo local para a efetivação de matrículas de crianças neste estabelecimento, que contava até mesmo com a matrícula da filha do governador. Essa escola funcionou até o ano de 1955, sendo intitulada de Artur Pedreira<sup>217</sup>.

A presença da filha do governador Dr. Miguel de Paiva Rosa, na Escola Modelo e a grande concorrência para a efetivação da matrícula pelos pais revelam que o estabelecimento

---

<sup>214</sup> BRITO, 1996.

<sup>215</sup> BRITO, 1996.

<sup>216</sup> Decreto Estadual nº 434 de 19 de junho de 1910.

<sup>217</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre Letras e Bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949)**. 2008. 183f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

passou a ser tido como uma das principais escolas da capital, pela presença de professoras normalistas capacitadas, que se destinariam ao desenvolvimento do ensino regido pelas metodologias e pedagogias educacionais condizentes com as novidades educacionais.

Essa destinação de um ano para que acontecesse apenas a pedagogia prática nos revela a preocupação institucional na Escola Normal de controle sobre a produção das normalistas para o ensino, pois esta disciplina proporcionaria uma vigilância sobre os modos, gestos e conhecimentos na sala de aula.

Essa disciplina evidencia a relação das normalistas com seus professores na escola Normal, principalmente durante as práticas pedagógicas, que eram desenvolvidas na Escola Modelo, logo que, pode ser entendida como uma forma de domesticação e de normatização do feminino que educaria a infância, assim pode-se destacar que

relação de dependência ao mesmo tempo individual e total quanto ao mestre; duração estatutária da formação que se conclui com uma prova qualificatória, mas que não se decompõe segundo um programa preciso; troca total entre o mestre que deve dar seu saber e o aprendiz que deve trazer seus serviços, sua ajuda e muitas vezes uma retribuição. A forma da domesticidade se mistura a uma transferência de conhecimento<sup>218</sup>.

A reforma de 1917 logo colocada em prática, foi alterada pelo Decreto nº 708 de 2 de outubro de 1918<sup>219</sup>, o qual se limitava a reconhecer o que havia sido feito em 1916 e 1917. No seu artigo 3 dispôs apenas que o curso da Escola Normal era o mesmo estabelecido pelo artigo I da Lei nº 642, de 17 de julho de 1911, o qual provocou mudanças no currículo do curso normal, com a cadeira de História do Brasil limitando-se apenas ao terceiro ano e as cadeiras de música e trabalhos manuais seriam ministradas no primeiro e segundo anos.<sup>220</sup>

Nesse momento, o ensino da História do Brasil como disciplina do curso normal, põe em evidência a construção de um saber sobre o país, que deveriam agir como construtoras do elo entre as crianças e a nação, através do ensino de História nacional. Assim essa disciplina proporcionava a consolidação do saber e do pertencimento ao País, no processo de construção da infância, via escolarização.

E a limitação do ensino de música e de trabalhos manuais para apenas dois anos do curso normal faz indagar sobre a valorização de outras disciplinas no currículo, ocupando espaços que antes eram destinados a essas disciplinas e a outras que se caracterizavam por

<sup>218</sup> FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. p. 153-154.

<sup>219</sup> ESTADO DO PIAUÍ, **Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1918**. Decreto nº 708 de 02 de outubro de 1918. Proposta curricular da Escola Normal Oficial. Therezina: Typ. do <<O Piauí>>, 1918.

<sup>220</sup> BRITO, 1996.

perpetuar um modelo feminino ligado o mundo privado. Dessa maneira as mulheres ensinam-se outros conhecimentos que possibilitam suas atuações na educação de forma satisfatória e contemplando ao público infantil masculino e feminino e também as necessidades do Estado em adotar uma educação cada vez mais científica.

As normalistas ao terem nesse momento a função de educar os dois sexos, são destinadas a um conhecimento que saía do modelo de formação destinada apenas às meninas que ocupariam espaços privados, com a valorização de suas funções junto à família, ao esposo e aos filhos, para o contato também com os meninos nas escolas, cabendo a essas educar para os espaços públicos e privados. Assim o conhecimento das ciências as capacitaria a ensinar um público que necessitava de conhecimentos mais amplos além dos saberes voltados ao ambiente doméstico.

Na década de 1920, o currículo da Escola Normal passa por novas modificações. Visava-se operacionalizar uma mão de obra adequada ao ensino, algo que ainda não se tinha, apesar das modificações, como coloca Mathias Olímpio de Mello.

Sente-se o imprevisto técnico de parte nos métodos de ensino adotados em escolas regidas por professoras tituladas. Enquanto dissertam teoricamente sobre um ponto do programa oficial não sabendo transmitir os conhecimentos adquiridos. Esta falta é acrescida pela ausência do espírito profissional, não o tem [...] Aliás, pressente-se que a maioria das nossas professoras não tem entusiasmo pela profissão que abraçou, abandonam a escola por preguiça ou para se entregarem aos misteres do lar.<sup>221</sup>

Mathias Olímpio evidencia modificação corrente nas reformas curriculares anteriores. A busca de um currículo que pudesse formar professoras aptas a alterar a realidade educacional, que pudessem ensinar a partir de elos entre o cotidiano da criança e o saber a ser transmitido, evidencia, também, críticas a que as normalistas pudessem ser alvo do despreparo, da falta de motivação e profissionalismo.

Para reverter o quadro, propõe-se, em 1921, novo currículo, cujas disciplinas apresentam-se a seguir. O curso normal com a reforma mantém o período de duração de quatro anos, com a seguinte distribuição das disciplinas para cada ano: no primeiro ano, constam as disciplinas de português e francês, mantendo a característica do ensino de uma língua estrangeira assim como aparece nos currículos dos anos anteriores; geografia, cosmografia e aritmética, como disciplinas científicas, o que sugere a ampliação curricular para as ciências; ginástica é estabelecida como disciplina diante da necessidade de moldar os

---

<sup>221</sup> MELO, 1922.

corpos femininos de modo a possibilitar que as professoras reproduziam este processo através da valorização da atividade física no ensino primário.

Outra disciplina era a de trabalhos de agulha, que continuava fazendo parte do currículo feminino, por se tratar de uma das características do ensino neste momento que, mesmo com o discurso de formação profissional para dedicação ao ofício de professora, ainda resistiam a caracteres que as ligavam a noções de feminilidade e por último a disciplina de desenho e caligrafia que pode ser entendida como uma modelação dos traços de escrita e criação femininos, pois indicariam as formas desejáveis de letras, escrita e desenhos que as professoras deveriam aprender e passar aos seus alunos. Dessa maneira, seria um mecanismo para adestrar os corpos e produzir habilidades, a ser reproduzidas no ensino das crianças.

No segundo ano aparecem disciplinas contidas no primeiro ano como português e francês, e também novidades como aritmética e noções de álgebra, que seriam um aprofundamento do saber científico aprendido no primeiro ano do curso, coreografia<sup>222</sup>, pedagogia teórica, trabalhos manuais, música, ginástica, desenho e caligrafia que já existiam no ano anterior.

A pedagogia teórica deixa clara a preocupação com a formação de uma normalista que tivesse conhecimento baseado em normas de ensino, moldando a inteligência e os comportamentos das professoras normalistas visando a seus futuros alunos. Através da pedagogia indicava as teorias educacionais que estavam em voga no período.

Além dessas disciplinas, também fazia parte do currículo do segundo ano a de trabalhos manuais. Essa disciplina tinha como objetivo proporcionar o conhecimento de atividades que se direcionassem ao ambiente privado, como esclarece o exposto a seguir:

V – Costura: Bainha simples, ponto e cerrar, pesponto e sobrecostura, ponto aberto, bainha aberta, ponto de haste, ponto russo, ponto de cadeia, franzidos e pregas, casas e alças para botões. Execução de panos de amostra e peças de vestuário. VI – Crochet: Estudo de malha, sua aplicação em trabalhos úteis, sapatinhos, toucas, guardanapos etc.<sup>223</sup>

Dessa maneira, fica evidente que a Escola Normal não se dedicava apenas em formar mulheres que se destinassem ao ensino infantil para alfabetizar, mas sim se dedicava a formar simultaneamente profissionais para a educação escolar e donas de casa. Vale ressaltar que neste contexto, a instituição passou a receber um número maior de alunos, cujos interesses

---

<sup>222</sup> Descrição de uma região ou de uma parte importante de um território.

<sup>223</sup> MARINHO, 2008.

nem sempre se voltavam para a profissionalização na condição de professora. De acordo com Joseane Zingleara Marinho

[...] era papel feminino dominar habilidades como corte e costura, *crochet*, diversas técnicas de bordados, trabalhos com *tricot* e tecelagem. Elas eram necessárias especialmente depois do casamento, para que a dona de casa realizasse atividades como consertos de roupas do marido e filhos, além de produzir objetos de uso doméstico, como colchas, guardanapos e toalhas. Essas práticas eram importantes, porque revelavam a dedicação e o carinho que as mulheres deveriam ter no cumprimento das responsabilidades cotidianas com a família.<sup>224</sup>

No terceiro ano do curso normal as novas disciplinas foram as de física e meteorologia, geometria, história do Brasil, cartografia, música vocal e pedagogia com noções em psicologia. As disciplinas de física e meteorologia, geometria e cartografia assim como as dos anos anteriores tinham como objetivo a ampliação do conhecimento científico. A História do Brasil seria destinada ao saber sobre a história do País em um momento em que a forma de governo era republicano e haveria a necessidade de criação de uma identidade nacional.

A disciplina de música deste ano era diferente do anterior ao se destinar ao ensino de vocal. O ensino de música para o público feminino não era uma novidade, pois a música e o canto já faziam parte de sua formação como sujeito antes mesmo da criação da instituição.

O aprendizado desse ensino está associado à feminilidade e ao mundo privado, pois a instrução feminina se destinaria, antes de tudo, a formar mulheres aptas a construírem suas funções de filhas, mães e esposas.

Percebe-se como diferencial deste currículo a disciplina de pedagogia com noções em psicologia. Essa disciplina aparece como um momento em que a formação das normalistas compõe a necessidade de compreender a infância em sua espontaneidade psicológica. Sai do âmbito de apenas ensinar as letras para o entendimento e a valorização da infância e dos alunos e procurar entendê-los como sujeitos diante do ensino. Assim essa disciplina é possível através do destaque que nesse momento o feminino tinha junto à infância, onde as ligações entre eles eram estabelecidas discursivamente como naturais e não como construídas. Segundo Marinho:

era imprescindível que as normalistas soubessem entender cientificamente como funcionava a aprendizagem na infância, de modo que estivessem

---

<sup>224</sup> MARINHO, 2008, p. 103.

preparadas para incentivar seu desenvolvimento e intervissem quando surgissem problemas que dificultassem o seu processo.<sup>225</sup>

No quarto ano também tem a continuação de disciplinas – desenho e música vocal, mas aparecem as disciplinas de história natural e higiene, história universal, pedagogia prática, literatura e química.

O estudo de história natural e higiene no último ano do curso condiz com o contexto vivenciado na década de 1920, no qual o País combatia as condições e condutas que não proporcionassem que o espaço, o corpo e a sociedade fossem moldados e controlados para obtenção de uma sociedade sob os signos da civilidade e da saúde.

A educação baseada no conhecimento sobre o corpo e sua higienização deveria ser vivenciada no ambiente escolar, para que acontecesse a formação de costumes sadios e polidos, como coloca Maria Stephanou<sup>226</sup>. Com isso a instrução através das disciplinas de higiene para as normalistas era necessária para criação de corpos infantis aptos à nação.

Outra disciplina que necessita ser evidenciada é a pedagogia prática, pois essa seria destinada ao momento de controle sobre as normalistas de maneira mais direta quanto as suas atuações diante de seus alunos. A prática representaria um momento final da normatização sobre as alunas, pois seria nela que os professores da Escola Normal desempenhariam uma modelagem final sobre os corpos e as almas das normalistas, analisando seus saberes, gestos e comportamentos, bem como os modos de transmissão com vistas à aprendizagem.

A prática serviria para resolver o problema de professoras que não tivessem uma preparação tida como adequada ao ensino, pois seria o momento oportuno para moldá-las através do saber e do poder do educador, dos professores da instituição sobre os corpos femininos que atuariam na educação. Nos anos iniciais da década de 1930, ainda continuou em vigor na Escola Normal o currículo do ano de 1921, anteriormente citado.

Nos anos iniciais da década de 1930 ainda continuou em vigor na Escola Normal o currículo do ano de 1921, anteriormente citado. No entanto, no ano de 1932, o currículo foi novamente modificado com base na nova legislação do ensino, no qual o ensino normal passou a ser integralizado em cinco anos.

O currículo apresentou as disciplinas que têm algumas continuidades vindas do currículo anterior, mas também novidades como economia doméstica, higiene escolar e

---

<sup>225</sup> MARINHO, 2008, p. 99

<sup>226</sup> STEPHANOU, Maria. Saúde pela educação. Escolarização e didatização de saberes médicos na primeira metade do século XX. In: **Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p. 3.

noções de puericultura, didática, metodologia geral, história da educação e educação cívica e metodologia especial<sup>227</sup>.

Pelo currículo observa-se que a Escola visava formar simultaneamente a professora e a mãe, a esposa, a dona-de-casa. A disciplina de economia doméstica expõe como manter uma casa sob os aspectos higiênicos, evitando a proliferação de doenças, o cuidado com os doentes e também como reger a governança de um lar, ao aprender a administrá-lo financeiramente em suas atividades domésticas.

Também como análise dessa disciplina, pode-se entendê-la como um momento em que se visava preparar a mulher para o cuidar dos corpos, tanto dos familiares como dos seus alunos. À professora caberia transitar pelo público e o privado com o aspecto de controlar e manter saudáveis os corpos, inclusive o seu, com os ensinamentos aprendidos na Escola Normal.

Fazia parte também desse currículo a higiene escolar e as noções de puericultura. Eis o programa da última:

1 – Definição. Importância social do estudo da puericultura. Natalidade e mortalidade infantil. Principais causas do obituário infantil. II – Higiene do recém-nascido. Particularidades anatômicas e fisiológicas. Alimentação. Equilíbrio e marcha. III – Dentição. Ordem e época do aparecimento dos dentes. Acidentes de dentição. Superstições em torno da erupção dentária. IV – Vacinação. Regras e prática. Ação sobre a criança. V – Desenvolvimento corporal na 1ª infância: curvas de estatura e peso. Jogos infantis, recreativos e ginásticos, a dança. Vida ao ar livre. VI – Subalimentação. Degenerescência física e mental. VII – Evolução intelectual na primeira infância. Linguagem. VIII – Disciplina na 1ª infância. Hábitos higiênicos. IX – Escolas maternais, jardins de infância. Idade Escolar.<sup>228</sup>

É possível perceber através desse programa a reoperação de um saber acerca das especificidades do corpo infantil e suas etapas de desenvolvimento, bem como sua relação com a educação das crianças. Infere-se que a professora deveria ser um agente na produção da saúde das crianças.

Este saber, além de ser destinado às alunas da Escola Normal, também passou a ser ofertado ao público externo, com o curso de puericultura gratuito para as mulheres, o qual acontecia durante os finais de semana. Isso mostra a valorização do conhecimento científico

---

<sup>227</sup> MARINHO, 2009.

<sup>228</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Decreto Estadual nº 1.358 de 02 de março de 1932**. Aprovação dos planos de programa e orientações metodológicas da Escola Normal Oficial. Diário Oficial. Theresina, anno II, n. 53, 3 de mar. de 1932, p. 4-6.

na produção da infância e a ação das mulheres neste processo, especialmente na criação de crianças saudáveis.

Outra disciplina nova no curso normal da década de 1930 foi a didática que, assim como a de pedagogia prática do currículo anterior, destinava-se a educar as normalistas para atuarem adequadamente no ensino infantil, mas para isso a matéria colocava o feminino sob constante vigilância dos professores e profissionais da instituição, os quais regiam suas atuações em sala de aula tanto com os conteúdos como com os alunos.

Essa disciplina acontecia na Escola Modelo que era anexa à Escola Normal, com o intuito de que as normalistas pudessem ser colocadas para atuarem na presença de professores da instituição, os quais as avaliavam e as disciplinavam de acordo com a formação profissional de uma professora que deveria atuar na educação infantil. Assim o espaço se configurava como um ambiente de treinamento feminino para a função de professora e para ensiná-la a se comportar perante uma classe.

Assim também acontecia nas disciplinas de metodologia geral e específica, que ofereciam conhecimentos que tornavam as normalistas capazes de ministrar aulas de forma mais adequada à infância. A primeira instruía as alunas a construírem os programas de ensino primário, de forma a construírem suas aulas de forma a consolidar a higiene escolar, o papel do professor na educação escolar, as teorias educacionais, a divisão de classes e também a classificação de alunos quanto à idade, o conhecimento e desenvolvimento mental.

Isso indica um processo de instrução das normalistas de modo a orientá-las a lidar com o poder que lhes era atribuído, pelo papel de professora, pois caberia a elas a produção de formas para conduzir o aprendizado infantil, o que deveria ser aprendido, o nível dos conteúdos e as possíveis dificuldades. Dessa maneira, a disciplina de metodologia geral preparava para comandar a educação, ao viabilizar o saber metodológico.

A metodologia específica tinha como objetivo ensinar às normalistas os métodos e os processos de ensino que deveriam ser aplicados nas disciplinas que faziam parte do programa de ensino primário, como literatura, escrita, aritmética, ciências físicas, educação moral e cívica etc, de forma a direcionar um processo de aprendizado efetivo. Com isso, essa disciplina educaria as professoras nas formas como elas direcionariam os conteúdos específicos para cada série de ensino, deixando sobre o poder dessas avaliarem que conhecimentos deveriam ser passados aos alunos.

Diante dos currículos aplicados na Escola Normal no período em estudo, percebe-se a formação feminina como papel de educadora cada vez mais perpassado por conhecimentos científicos. Isso proporcionava às professoras um maior poder diante do que estava ensinando



e do público que elas ensinavam, pois eram consolidadas como educadoras por saberes que não se direcionavam apenas às funções femininas no ambiente privado ou na casa paterna. Ademais, observa-se crescente especialização do conhecimento sobre as crianças e a infância, bem como a incorporação de saberes metodológicos e práticos que visavam adequar as práticas das professoras às especificidades da infância, tal qual produzida pelos saberes pedagógicos.

## 4 AS NORMALISTAS E A EDUCAÇÃO INFANTIL

O capítulo ressalta as características atribuídas as normalistas e as inserções destas no ensino primário piauiense. As normalistas e as professoras são evidenciadas a partir das representações sobre a mulher no ensino, mostrando a criação da imagem de mulheres amáveis, angelicais, aptas ao ensino e ao trabalho com a infância. Além disso, a educação infantil é retratada através da inserção dessas mulheres no mercado de trabalho educacional, mostrando as memórias dos alunos sobre a fase de suas vidas referentes ao ensino primário.

### 4.1 PERFIS DAS NORMALISTAS

O século XX passa por modificações quanto às formas de sociabilidades e de educação, algo que também ocorre em Teresina, em seus primeiros anos, nos quais os perfis femininos se multiplicam diante das novidades que aconteciam na cidade. As mulheres, além de ocuparem os espaços privados, os ambientes domésticos e familiares, ocupam gradativamente os espaços públicos como as escolas. Conforme Pedro Vilarinho Castelo Branco<sup>229</sup>, existiam vários modelos femininos em Teresina, desde as mulheres moldadas pelos modelos de família tradicionais e aquelas integradas às novidades vindas com a modernização da cidade e a inserção no mercado de trabalho.

As mulheres dos seguimentos mais elevados passaram a integrar a modernização da cidade e conseqüentemente as sociabilidades locais, com uma maior ocupação dos espaços públicos como as praças, as ruas, as festas e os espaços do poder público do estado. Na obra *Rua da Glória*<sup>230</sup>, Carlos Monteiro, ao tratar das mulheres de sua família, mostra que algumas estavam bastante ligadas às novidades que os anos iniciais do século XX trouxeram para cidade de Teresina, outras ainda estavam ligadas ao velho que caracterizava os séculos passados. Assim, pode-se elencar algumas personagens que aparecem ao longo da obra para mostrarmos como os diferentes tipos de mulheres viveram um mesmo contexto, mas isso não significou uma mudança radical em suas vivências e forma de percepções da vida.

---

<sup>229</sup> CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais**. 3 ed. Teresina: Edufpi, 2013.

<sup>230</sup> MONTEIRO, Carlos. **RUA DA GLÓRIA 1**. Teresina: EDUFPI, 2015.

Exemplo de mulher que vivenciou as transformações da República Brasileira, no entanto, vivendo de acordo com os padrões familiares tradicionais pode-se tomar a personagem Justina que, por se apresentar com uma idade adiantada, 28 anos, foi condicionada ao casamento arranjado promovido pelo seu pai. Ela casou-se com o Capitão Cincinato, nos fins do século XIX, para dedicar-se a um padrão familiar com bases fortes na figura do patriarca. Este casamento, ainda sob o olhar de Carlos Monteiro, passou a se configurar de sucesso, pois Justina admirava seu marido, vivendo uma condição de casamento perfeito para a sociedade local. A experiência de Justina ocorreu fora das projeções para o futuro como articulada à educação.

Já como modelo de mulher que vivenciou as novidades do século XX, destaca-se a própria mãe de Carlos Monteiro, Gracildes, que usufruiu do que a modernização trouxe de novo para cidade como a urbanização, o uso do automóvel, as festas dos anos dourados, a educação feminina na Escola Normal e as novas relações de sociabilidades em sua condição de mulher que trabalhava fora do ambiente privado. Graci pôde se educar com bons professores, graças à Escola Normal, que passou a existir na segunda década do século XX, na qual se tornou professora normalista das escolas primárias do estado, casou-se e teve filho. Depois de casada continuou exercendo sua função de professora e com isso pôde ser tomada como exemplo de um novo modelo feminino, já que vivenciava condições familiares intimamente ligadas aos séculos passados, como ser educada para ser mãe e esposa e ser escolarizada para atuar fora do lar.

Quanto às mulheres que passaram a fazer parte do alunado da Escola Normal em seus anos iniciais de funcionamento, pode-se tratar os perfis das normalistas na coluna “Normalista de 1912”, do jornal *Diário do Piauí* de 1913. Essa coluna descrevia as alunas do ano anterior destacando suas características físicas, de comportamento e também suas aptidões à educação, oferecendo apenas as iniciais dos nomes da aluna descrita na publicação. Apesar de expor apenas as iniciais dos nomes, é possível saber de qual aluna se trata, já que as publicações do mesmo jornal expõem a lista de alunas daquele ano e suas notas nas disciplinas do curso normal.

Para isso, destaca-se alguns perfis descritos neste jornal, com o intuito de mostrar a multiplicidade de modelos femininos existentes na Escola Normal. Primeiramente é destacada aquela que se enquadra em modelos femininos ligados à imagem angelical e de pureza, Áurea Pires de Castro Rebelo.

A expressão fisionômica desta senhorita é suave e encantadora. Do seu alvo perfil, silhueta de neve, como um limbo de luz casta e serena, se propaga e se esvai, num sorriso infantil, um virgíneo esplendor de sonhos cor de rosa. Os grandes olhos claros, de um brilho outonal, grandes olhos de criança iluminam-lhe o rosto, dando-lhe um certo ar de curiosidade infantil. É muito simples, muito afável e tem a confiança descuidosa das almas boas, de tal modo que, com a mais graciosa naturalidade, aborda um conhecimento de a pouco, transmite-lhe suas impressões, dando o prazer de ouvir a sua voz musical e sentir o encanto de sua conversação. É muito inteligente, estudiosa e costuma acompanhar passo a passo os progressos de uma sua distinta prima, companheira de estudo e que sobre ela tem a ascendência afetuosa de uma irmã mais velha, embora sejam ambas quase da mesma idade. É noiva de um moço de reconhecido talento artístico.<sup>231</sup>

Diante da descrição, pode-se notar que as características direcionadas para um modelo de pureza desta normalista, destacada com o intuito de construir uma imagem positiva da mulher no meio social, visto que o jornal circulava pela capital e ela era conhecida pela sociedade de Teresina. Elaborava-se uma aproximação da normalista com a criança. Ela teria sorriso e curiosidade infantis. Vale lembrar que tal aproximação ensejou o encantamento das mulheres para o magistério primário. Além dessa Rosila Neves, por sua vez, é destacada por sua bondade e por ser “um primor de inteligência”, uma das melhores alunas da turma da Escola Normal onde “a sua bondade captou afeições entre todas as colegas, que dela falam com admiração e simpatia”<sup>232</sup>.

A ideia de bondade feminina está presente em sua diferenciação do masculino, onde a esses se destinam discursos morais sobre os seus papéis sociais, políticos e viris e ao feminino discursos que destacam suas qualidades de castidade, modéstia e caridade. Esses discursos a respeito da diferenciação entre o feminino e o masculino foram desenvolvidos nos séculos XVIII e XIX, como expõe Ana Paula Martins.

A naturalização da bondade não deveu sua fortuna crítica somente às elaborações filosóficas e literárias do século XVII. Em boa medida, as próprias mulheres contribuíram para a construção da imagem da mulher benevolente e da associação entre bondade e feminilidade porque, desde meados do século XVIII e especialmente no século XIX, um número crescente delas passou a se desenvolver intensamente com ações de benemerência, caritativas e filantrópicas<sup>233</sup>.

<sup>231</sup> NORMALISTA DE 1912 A.P.C.R., **DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 11, 14 jan 1913, p.2.

<sup>232</sup> NORMALISTA DE 1912 R.N., **DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 35, 12 fev. 1913, p.2.

<sup>233</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. **Bondade, substantivo feminino**: esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. História: Questões & Debates, Curitiba, n.59, p. 143-170, jul./dez. 2013. Editora UFPR. p. 167.

Essa criação sobre a imagem das mulheres também foi usada para inseri-las na educação infantil de forma mais aceitável pela sociedade piauiense das primeiras décadas do século XX, em especial os pais e alunos passaram a ver as normalistas como educadoras bondosas e os mestres-escola, os profissionais masculinos e sem formação normal, como homens rudes. Já que “o magistério, por sua especificidade, foi uma das maiores oportunidades com a qual contou o sexo feminino para atingir esse equilíbrio. Era aceitável que as mulheres desempenhassem um trabalho, desde que este significasse cuidar de alguém”<sup>234</sup>.

Quanto à característica voltada para atuação na Escola Normal, podem-se por em evidência aquelas que são descritas em seus perfis como alunas de destaque em suas inteligências. Sobressaem os perfis de Lydia Cunha, evidenciada a seguir, Izabel de Castro e Silva, Alzira Freitas e Evangelista Silva.

Pequena estatura, apesar de um pouco gorda, o seu todo não é desprovido de uma certa elegância e distinção.

A fisionomia é simpática e insinuante, cheia de uma graça natural e louçã. Os olhos, de uma cor indefinível, são inteligentes e parece que sorriem sempre, mesmo quando ela está triste. O colo é de um modelo impecável. Emoldura-lhe a cabeça uma grande e soberba cabeleira.

O caráter é bom e afetuoso e a inteligência é uma das mais bem organizadas, entre as diplomadas do ano atual. Sua força intelectual não reside só na memória, como acontece a algumas de suas colegas. Faz os estudos com método e raciocínio, adquirindo conhecimentos firmes e perduráveis. Isto a destaca de algumas de suas companheiras, cujas aquisições mnemônicas as impedem de, com segurança, revelarem suas ideias, por escrito.<sup>235</sup>

Pode-se perceber que, além das características da inteligência, a coluna descreve características físicas “pequena estatura”, “pouco gorda” como algo que chega a diferenciá-la das demais descrições das normalistas de sua turma. Além disso, sua inteligência passa a ser diferente das demais diante do seu empenho em aprender com métodos e raciocínio, com o intuito de não esquecer o aprendizado adquirido no curso normal.

A seguinte normalista, Izabel de Castro, também se distingue por construir um conhecimento com bases sólidas, não se destina a estudar para apenas obter um conhecimento temporário, além disso se destaca por suas características físicas como ser “franzina” e “fisionomia amável”.

Boa estatura, franzina, fisionomia amável.

<sup>234</sup> ALMEIDA, 1998, p. 32.

<sup>235</sup> NORMALISTA DE 1912 L.C., **DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 9, 11 jan. 1913, p.2 .

Pertencendo a uma distinta família, traz estampados no caráter os atributos essenciais dos seus ascendentes: é calma, racionadora e metódica. Fez seus estudos com a segurança de quem constrói um edifício sólido e duradouro, despido dessa decoração intelectual, dessa espuma dourada de espírito, aparência ilusória em que se encorajam certas almas frívolas e que mais é um produto de imaginação do que o efeito e um conhecimento seguro e ponderado.

É simples, afável e de uma bondade tão espontânea que lhe adquire muitas simpatias.<sup>236</sup>

A normalista Alzira Freitas em sua descrição a seguir, é colocada como uma aluna que corresponde positivamente ao que é ensinado na Escola Normal em seus trabalhos manuais com desenho e agulha, nas quais trabalha o tema “o amor materno” em uma figura e também obtém bom desenvolvimento com a música, além de ser inteligente.

A Escola Normal é um estabelecimento que honra o seu fundador e o Estado do Piauí. No seu tranquilo recinto, onde gorjeiam doces almas femininas, até hoje ainda não penetraram essas paixões egoísticas que tumultuam lá fora, ela está procurando resolver, com esforços, o difícil problema da instrução popular e tem trazido um poderoso estímulo ao nosso moroso desenvolvimento estético. Como prova, está aí a exposição dos trabalhos de desenho e agulha que revelam a competência dos professores daquelas duas matérias. Nela figura com merecido destaque a senhorita cujo perfil debuxamos hoje. O seu bem executado quadro a crayon – “O amor materno”, é um trabalho digno de recomendação, e revela as tendências artísticas de sua autora, que também cultivava com esmero a mais bela de todas as artes – a música.

É a terceira do mesmo nome entre as diplomadas da Escola. É de estatura mediana, gorda, morena, e de fisionomia simpática.

Aplicada e inteligente, tem uma alma simples e afetuosa<sup>237</sup>.

Já a última aluna selecionada para evidenciar a característica da inteligência das normalistas foi Evangelina Silva, que se enquadra entre as mais inteligentes das alunas e tem bom desenvolvimento com a música.

É uma das mais preparadas e inteligentes das normalistas atuais, e ocupa o segundo lugar na excelência das notas.

Alta, franzina e loira, olhos serenos, banhados de azul, toda ela é uma humilde e suave florescência de bona campestre. Lábios delgados, que pronunciam as palavras num ciclo de prece.

Temperamento emotivo, alma seleta de artista, a música deve embriagar-lhe os sentidos, na evocação silenciosa de seus sonhos de virgem, a errarem nos paramos azuis da fantasia. Quando ela toca, enquanto tira do piano soberbas harmonias, seu rosto suave e triste adormece numa espécie de extasis

<sup>236</sup> NORMALISTA DE 1912 I.C.S., **DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n.18, 22 jan. 1913, p.1.

<sup>237</sup> NORMALISTA DE 1912 A. F., **DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n.22, 28 jan. 1913, p.2.

religioso, na contemplação de algum quadro longínquo e vaporoso, a diluir-se na sensação pungente de um ignorado *Agnus Del*.

Só a música tem o poder de transcender os limites da ideia e, transfigurando a imaginação atirá-la nas paragens ermas de algum recanto solitário do ignoto. Essa senhorita pode mergulhar nesse mundo fantástico e sonhar e sonhar...<sup>238</sup>

Outra normalista que merece destaque é Maria Gonçalves Vilhena, caracterizada por ter casado enquanto estava no curso normal, mostrando que o casamento era uma vivência entre as mulheres que estavam se educando ou visavam exercer funções de professora.

Esta normalista faz parte da categoria das mais inteligentes, isto é, daquelas que se destacam pela inteligência e pelas elevadas aprovações conseguidas no fim de cada ano.

É alta franzina, elegante, feições bem modeladas, cabelos negros, pele morena e fina.

É espirituosa, de conversação fácil e atraente, possui dotes oratórios, tem uma dicção firme, desembaraçada e sugestiva.

Escreve com muita correção e com belíssima caligrafia.

Fazendo parte da Escola Normal, contraiu casamento, e não obstante, as obrigações de seu novo estado, com uma coragem e uma força de vontade admiráveis, prossegue os estudos. E mesmo, vendo se constrangida a faltar as lições, meses inteiros, ainda assim, no fim do ano, fez a figura de sempre, obtendo magníficas aprovações<sup>239</sup>.

Diante desses perfis, pôde-se perceber que as normalistas estavam em uma multiplicidade de modelos femininos, destacadas por seu empenho em se dedicarem ao aprendizado oferecido pelo novo estabelecimento educacional voltado intimamente à formação feminina, que era a Escola Normal Oficial. Vale ressaltar a condição de normalista, dada a importância atribuída à função de professora como promotora da educação popular. Elas tornaram-se figuras públicas, de destaque, em vista do conhecimento adquirido ou de sua capacidade de aprendizagem.

Como forma de visualizar a Escola Normal pela memória de normalistas e alunos, a autora Norma Patricya Soares se utilizou de depoimentos Ana Rosa Brito e João Mendes e rememoram a instituição. A primeira evidencia a Escola Normal dos anos 1920.

Considerada muito importante para a sociedade daquela época' era também muito disciplinada e rigorosa, pois "no terceiro ano eu fiquei, eu perdi o ponto de Português, fiquei reprovada, o diretor disse que era conveniente cursar apenas o Português e no ano seguinte fazer o quarto ano para evitar assim que eu ficasse uma professora relapsa". Emocionada a depoente

<sup>238</sup> NORMALISTA DE 1912 E.S., **DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n.34, 11 fev. 1913, p.2.

<sup>239</sup> NORMALISTA DE 1912 M.G.V., **DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n.12, 15 jan. 1913, p.1.

conclui “A Escola Normal foi tudo para mim, lá eu enxerguei o mundo, ela abriu assim a minha cabeça para o mundo, eu sou o que sou por causa dela<sup>240</sup>”.

Além do depoimento de Ana Rosa Brito, Norma Patricya Soares evidencia a educação do masculino na Escola Normal na década de 1930, através da memória de João Mendes.

Como se fosse uma faculdade [...]. Os professores eram preparados, não eram de subúrbio. Não eram arranjados. Na Escola Normal só entrava para ser professor quem tivesse gabarito e não pistolão, só mesmo a influência da cultura dos professores, se não tivesse cultura, conhecimento, não ensinava, tanto que era um tipo se faculdade [...] lá só tinha pessoas da elite”. A Escola Ficou famosa por causa do tratamento dos professores com os alunos e com a formação mesmo dos professores<sup>241</sup>.

Através desses depoimentos, pôde-se constatar as percepções de formação do alunado da Escola Normal, e quanto era bem qualificada a instituição perante a sociedade no período em estudo. Estas memórias também permitem afirmar que as constantes reformas curriculares, referenciadas no capítulo anterior, lograram a produção de uma educação de qualidade, na avaliação de ex-alunos. Igualmente, permitem argumentos de que o prestígio da instituição englobava as alunas, tornando-as distintas, conforme se mostrou nos perfis analisados neste item.

#### 4.2 O MESTRE-ESCOLA E A NORMALISTA

A inserção feminina na educação primária aconteceu bem antes da criação da instituição Escola Normal Oficial, em 1910, em Teresina. As mulheres atuavam no ensino infantil de forma a atender à necessidade do público local à educação, em especial as meninas, desde o século XIX, sobretudo, na esfera provada, através de aulas particulares bem como no interior das famílias, ensinando filhos, parentes e agregados.

Na memória de Bugyja Britto, pode-se perceber que ele inicia a sua educação no ambiente familiar, sendo sua mãe responsável pelo ensino das primeiras letras e das primeiras leituras.

---

<sup>240</sup> Depoimento concedido a Norma Patricya Lopes Soares em 10 de setembro de 2003, por Ana Rosa de Lima Brito (Dada), concludente de 1923. Ver: SOARES, 2004, p. 91-92.

<sup>241</sup> Depoimento concedido a Norma Patricya Lopes Soares em 19 de outubro de 2003, por João Carvalho Mendes, concludente de 1940. Ver: SOARES, 2004, p. 92.



Quando eu tinha 7 anos, precisamente em maio de 1914, minha mãe entendeu de me ensinar as primeiras letras, via Carta de ABC. Aprendi a soletrar e a compor as sílabas, de forma que não me foi difícil, 4 ou 5 meses depois, ler as 3 minúsculas histórias que figuravam no fim da Carta: a da abelhinha, a do cordeirinho teimoso e a do achado de um filhote de passarinho, no valado de uma quinta; acabei decorando-as posteriormente por motivo de tanto lê-las. As palavras das 3 histórias tinham as sílabas separadas, uma a uma, por um traço de união. A que eu achava mais bonita era a da abelhinha; a do cordeirinho teimoso trazia-me medo; e a do ninho de passarinho provocava-me tristeza. Certa vez eu acabava de almoçar e dirigi-me à farmácia, existente na frente da casa; à porta de entrada da farmácia, deitado de pés para cima e cabeça para baixo, comecei a recitar a história da abelhinha<sup>242</sup>.

Isso evidencia como a instrução estava ligada às relações familiares, bem como a noção da prole, como continuidade familiar, que deve ser iniciada na cultura escrita. Também retrata que a mulher letrada tinha um importante papel educacional no ambiente doméstico ao instruir os seus filhos no mundo das letras.

Isso, no entanto, foi passando por modificações com a Escola Normal, ao direcionar o ensino às mulheres, pois passou a se formar mão de obra profissional feminina, que visava atender de forma normatizada o público infantil nas escolas primárias, o que instituiu as normalistas como agentes do processo educacional. Com a inserção das normalistas no sistema escolar, inicia-se o ingresso de professoras escolarizadas para o desempenho da função, bem como a ocorrência de transformações quanto ao gênero dos professores, especialmente no interior do Estado, com a substituição gradativa da figura do mestre-escola pela professora normalista.

A respeito disso, Antônio Sampaio Pereira<sup>243</sup>, em *Velhas Escola-Grandes Mestres* trata da educação no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX no Retiro da Boa Esperança, hoje cidade de Esperantina. Em suas memórias evidencia a atuação dos mestres-escolas no interior do Estado, a substituição desses mestres por professoras normalistas, os ambientes de ensino, a relação aluno-educador e também a relação do professor com a sociedade.

Antônio Sampaio evidencia o papel desempenhado por eles que tinham como objetivo instruir uma grande quantidade de alunos, instrução rudimentar, pois eles não tinham formação profissional para atuação na educação. Esses mestres-escolas atuaram em povoados ou em regiões com núcleos habitacionais de maior densidade demográfica, onde poderiam se

<sup>242</sup> BRITTO, Bugyja. **Narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro, 1977. v.1 p. 86

<sup>243</sup> PEREIRA, Antonio Sampaio. **Velhas Escolas – Grandes Mestres**. Teresina: COMEPI, 1996.

fixar por tempo indeterminado, cuja permanência na localidade dependeria do pagamento pelos seus serviços de valores que correspondessem os seus gastos de permanência. Também se devem destacar os mestres que ensinavam em suas residências aos seus parentes, amigos e filhos.

Esse ensino acontece no século XIX, em grande medida pela falta de espaços escolares financiados pelo poder público, que não criava estabelecimentos permanentes de ensino em um local e também pela desvalorização da educação, pois a pequena parcela da população que destinava recursos financeiros para a construção e significava a instrução como algo de relevância social, era bastante diminuta. Então acabava por não existir uma demanda permanente de alunos para o mestre-escola, pois a instrução rudimentar se dava em um curto tempo para um público pequeno, cabendo ao educador se deslocar à procura de quem desejasse seus serviços.

Dessa maneira, com o fim da necessidade de seus serviços na localidade e não havendo mais alunos para ser educados, o mestre-escola se deslocava para outro lugar que necessitasse de seus serviços, conforme está expresso no fragmento a seguir:

Quando começava a escassear a safra de discípulos, isto é, quando os meninos em ponto de escola já estavam devidamente letrados, em vez de esperar por nova rebação, mestre Belarmino, a guisa de dar provimento aos encargos do lar, fazia como fazem as aves de arribação, ruflam as asas e levantam voo, em demanda de outras plagas, buscando melhores pousos.<sup>244</sup>

É possível perceber a noção de professor que não se mantém fixo em um lugar por muito tempo, pois vive à procurar por alunos, “meninos em ponto de escola”, isso revela que a instrução se destina a uma fase da vida e que essa seria a infância, e logo após, a instrução seria dispensável.

A atuação desses mestres-escolas acontecia através de contratos firmados com os pais dos alunos. Esses contratos possibilitavam que os alunos fossem entregues aos seus mestres para morarem ou não com os mesmos no seu ambiente privado, que passava a se configurar como um ambiente coletivo destinado à instrução de primeiras letras e outros ensinamentos úteis ao cotidiano do mundo rural, como evidencia a figura do mestre Belarmino Bola-de-Ouro.

Do compromisso que Mestre Belarmino Bola-de-Ouro firmava com os pais dos discípulos que lhes eram entregues, subtendia-se que, para os que não

---

<sup>244</sup> PEREIRA, 1996, p.18

moravam com ele, a obrigação consistia apenas em ensinar ler, escrever e contar, enquanto que, para com os que ficavam de rede armada na varanda, além de letrá-los, garantia abrir-lhes as ideias, isto é, prometia ensinar-lhes fazer peias, cabestres, abanos, cofos, esteiras, jacás, balaios, urupembas, quibanos e uma infinidade de outras pequenas utilidades domésticas, que um homem prático, do interior, precisa saber, para usá-las, quando preciso. Além dessas pequenas coisas, ensinava ainda, mais por industria e proveito próprio do que pelo gosto de transmitir o que sabia aos outros, a execução de muitos trabalhos pesados, inclusive tecer todo tipo de cerca, especialmente cerca de surrão, na qual passava quinau em muitos mestres cerqueiros.<sup>245</sup>

Como é possível observar, existe uma relação direta com o que o mestre-escola ensina e o cotidiano dos seus discípulos, isso possibilita afirmar a existência da necessidade de ligar o conhecimento intelectual à vida prática.

Isso é algo que também pode ser observado na obra de Pedro Vilarinho Castelo Branco quando ele retrata a infância masculina rural durante os últimos anos do século XIX e as primeiras décadas do século XX no Piauí. Os seus personagens vivenciam em suas infâncias o aprendizado da fabricação de utensílios úteis ao ambiente rural.

A contratação do mestre-escola nas regiões e povoados requeria a garantia de habitação necessária para que ocorressem os seus serviços. Essa habitação muitas vezes acabava por ser custeada pelo próprio mestre, cabendo a ele pensar em seus ganhos com a instrução que pudessem cobrir os custos com o fornecimento dos seus serviços.

A permanência do mestre-escola em uma localidade não se dava apenas por ter um local de habitação, mas pelas condições que o mesmo se encontrava.

Ajustadas as condições, voltava para casa, podo-se à espera do aviso de que tudo estava em dia e de conformidade com as exigências que ele fizera, a fim de evitar a precipitação de um passo em falso e também para que a muda não redundasse em fracasso. Compreende-se daí que, em verificando se o lugar servia, Mestre Belarmino estudava meticulosamente todas as possibilidades de tudo sair de conformidade com as garantias feitas pelos pais dos culumins que estavam precisando de benefício e, depois de tudo acertado, marcava o local da casa, a qual era feita no meter dos pés, dada a diligência de todos os interessados na ida do mestre, que acorriam em adjuntório, ultimando os preparativos para recebê-los.<sup>246</sup>

No fragmento anterior é possível perceber que a questão da habitação do mestre é um ambiente propício para desempenhar suas funções que estavam do espaço da casa. O ambiente externo além seria usado para manter o sustento alimentar do mestre e dos seus

---

<sup>245</sup> PEREIRA, 1996, p.22.

<sup>246</sup> PEREIRA, 1996, p 18-19.

alunos, esses que acabavam por executar as atividades rurais sendo uma forma de sustento e de aprendizado para o cotidiano.

O contrato com o mestre-escola era marcado pelas condições econômicas locais, meio rural, de pouca circulação monetária, economia baseada num sistema de troca de mercadorias, de criações ou de colheitas.

Terminada a construção da casa, ampla e arejada, todo mundo se virava, de unhas e dentes, para o pedaço de roça que devia tocar ao mestre, ficando entendido que ele o receberia pela porteira, arcando apenas com as tarefas de planta, capina e colheita, para cujas labutas contava com a mão de obra dos discípulos, os quais, conforme era de praxe, na ocasião do ajuste ficavam sujeitos ao mestre, ajudando-o nas lidas do roçado e demais serviços da casa.<sup>247</sup>

A relação do mestre com os seus alunos pode ser observada quando esses deixavam as casas familiares para habitarem a do mestre, mesmo vivendo nas proximidades, diante disso é possível relacionar a imagem positiva do educador que, ao viver no mesmo espaço do aluno, já beneficiaria este.<sup>248</sup>

As crianças, além dos ensinamentos tidos como habituais, também adquiriram conhecimento sobre outras ciências, pois quando o mestre “descobria que um discípulo era mais curioso do que os outros, passava-lhe, reservadamente, outras ciências, tendo saído de sua casa grandes e respeitados benzedores”.<sup>249</sup> Dentre esses conhecimentos o mestre também ensinava práticas voltadas à saúde e à crença popular em rezas que poderiam ter funções de cura.

Essa relação entre mestres e discípulos possibilita perceber uma forma de educar que estava em voga neste momento que era o poder dos mestres sobre os alunos, determinado através de sua postura e função disciplinadora do intelecto e dos corpos. Havia uso da violência, representada na própria imagem dos mestres ou pelo uso de punições, castigos físicos e exposição de seus aprendizes que vivenciavam cotidianamente situações de constrangimento.

Esse comportamento dos mestres com os seus alunos não é uma particularidade dos que atuaram no Piauí, isso acontecia em outros lugares por a ideia de saber estar ligada a de poder, na qual o saber dava condições para que o poder pudesse ser exercido. Também é importante destacar que esse poder está intimamente ligado a uma figura masculina que seria

---

<sup>247</sup> Id., 1996, p.19

<sup>248</sup> Id., 1996.

<sup>249</sup> Id., 1996, p 22.

detentora do conhecimento e regeria a forma como o mesmo seria explorado. Assim os castigos físicos eram uma maneira de proporcionar aos mestres uma autoridade superior, atribuindo-lhes a fama de ser carrascos, os quais não hesitariam em aplicar correções em seus aprendizes.

Entre os castigos que o famoso Bola-de-Ouro costumava aplicar, quero, abreviando a coisa, destacar o seguinte: conforme a gravidade da falta cometida – quase sempre uma lição mastigada ou um translado mal feito – o discípulo relapso era posto de joelhos em cima de montinhos de caroços de milho, com os olhos vendados por grotescos óculos de caco de cabaça, ou então, caso fosse época da canícula e o sol estivesse abrasador, era mandado para o terceiro, onde ficava descalço no da areia quente, tendo ainda tinha cadeira na cabeça, sobre a qual Mestre Belarmino colocava uma pedra bem crescida, ou em falta de pedra, qualquer objeto pesado. E se o sujeito era mesmo tapado, sendo incapaz de resolver direito a lição de leitura e escrita, Mestre Belarmino punha-o de quatro-pés no meio da sala, a fim de ser cavalgado por um discípulo mais aberto, que o esporeava com os calcanhares nos vazios, mostrando aos outros a quem passava, que o pobre coitado era mesmo um burro<sup>250</sup>.

Além dos castigos físicos e da exposição dos discípulos a situações constrangedoras, funcionava uma forma de disciplinar o intelecto e os corpos desses alunos: aquele que fosse “incapaz de resolver direito lição de leitura e escrita” era colocado em uma situação vexatória. O aprender a ler e a escrever, além do aprendizado da língua, alcançaria o comportamento e os corpos que passariam a ser moldados a se dedicarem ao conhecimento pela leitura, pela prática que isso requeria ou pelo tempo em que o corpo e o intelecto levariam a se acostumar com tudo aquilo que estava intimamente ligado ao aprendizado.

O uso de castigos físicos não fez parte apenas das memórias de Antônio Sampaio, no interior de Esperantina, mas também de Leônidas Mello<sup>251</sup>, na cidade de Barras, no interior do Piauí nos primeiros anos do século XX. Este fala da normalidade como se encara o uso de “bolos” pelo mestre Freitas, o mestre que educa a infância perto de sua casa.

Uma manhã, cedo, eu estava sentado à borda da calçada de nossa casa quando avistei o Dídimo, menino meu conhecido, filho de “seu” José Mariano, um velho pescador e quitandeiro que morava na ponta da rua. Ia para escola e trazia na mão um livro encapado em papel azul. Tive vontade de ver o livro, as figuras do livro e chamei-o:  
 - Vem cá Dídimo.  
 - Não posso. **Se chegar atrasado entro em bolo.**  
 Respondeu e continuou apressado, rua acima.

---

<sup>250</sup> PEREIRA, 1996, p.25.

<sup>251</sup> MELO, 1976, p. 33-34

Acompanhei-o com olhos até chegar à praça da Igreja onde ficava a casa do mestre Freitas. Tive um súbito desejo de frequentar a escola. Como seria bom subir e descer a rua, sozinho; ficar, em convívio com os outros meninos, longe da austera vigilância paterna. Eu iria então ouvir e falar sem constrangimento, participar da alegria do final das aulas, à saída da escola, que eu já várias vezes tinha visto e invejado. **Certo que, de vez em quando, eu teria, possivelmente, de tomar alguns bolos de palmatória, dados pelo mestre. Mas os outros também não apanhavam? Ademais, seria o preço da liberdade.** O desejo nasceu, cresceu rapidamente. Criei coragem e resolvi falar à minha mãe. Encontrei-a na sala de frente, sentada na redinha onde habitualmente passava grande parte das suas horas.

- Mamãe, peça a papai prá me botar na escola. Já estou grande.

- Seu pai só bota os filhos nas escola quando completam oito anos, você ainda não completou. Quando completar ele botará.

- Ainda está longe?

- Não, está muito perto, faltam só uns três meses.

E contou nos dedos, mencionando os nomes dos meses que faltavam.

O tom de firmeza da resposta de minha mãe deu-me tranquilidade. Aquela pequena demora, era até bom que houvesse, porque eu pediria a Otávio, o irmão mais velho, que fosse me ensinando o A B C. **Assim, pelo menos nos primeiros dias, enquanto acostumava com os outros meninos, eu não levaria bolos.** Fui à loja, falei a Otávio que prontamente prometeu<sup>252</sup>: (Grifo da pesquisadora)

A memória de Leônidas Melo quanto ao seu desejo de iniciar os seus estudos com o Mestre Freitas revela quão comum era o uso de castigos pelos mestres e também como este uso era permitido pela sociedade, dando ares de superioridade aos mestres além do ensino, mas também do uso do poder sobre os corpos infantis.

No período em estudo, a educação piauiense passa por modificações devido à maior participação do poder público na gestão de um sistema escolar. Há inserção das professoras normalistas no sistema escolar, a partir de 1912. Esta mudança soma-se ao surgimento de espaços escolares para além da casa. Primeiramente, o governo alugou prédios para esta finalidade. Depois nos anos 1920, passou a construir escolas.

Além disso, com a inserção de normalistas no ensino escolar, houve a substituição do mestre-escola no ensino infantil de forma gradual. A atuação feminina no ensino infantil estava ligada à ideia de modernização do ensino, sendo o poder público responsável para que acontecesse esse processo de inserção feminina na educação. Nas memórias de Antônio Sampaio Pereira, lê-se:

Tão logo surgiram as principais professoras mandadas pelo governo, para ensinarem de graça – coisa que admirou todo mundo, os velhos mestres sumiram, como por encanto, muitos deles quase morrendo traumatizados, e,

---

<sup>252</sup> Id., 1976, p. 33 - 34.

capitulando, entravam para o interior, à maneira do aborígene, que, à proporção que a civilização vai avançando ao encontro dele, com a mesma pressa ele vai se enterrando nas matas, buscando refúgio e evitando contato.[...] Foi uma refrega extraordinária aquela luta travada com armas desiguais entre o mestre que cobrava até dois mil reis por cabeça e a professora que não cobrava nem um vintém dos alunos, pois recebia os santos cobres do bolso do governo, em ordenado fixo, inclusive quando em gozo de férias, cujo privilégio os velhos mestres contratados jamais desfrutaram, nem tão pouco tinham ouvido falar.<sup>253</sup>

Isso expõe uma novidade ao contexto local onde o ensino era anteriormente contratado por particulares que poderiam financiar a educação e, com ação do governo local, o ensino passa a ser pago pelos cofres públicos. Assim a aceitação local da normalista que substituiria o mestre acontecia de forma mais fácil, menos conflituosa, pois a educação se daria sem custos. O agrado de não pagar pela educação possibilitava que ela atuasse conforme os seus ensinamentos normatizados pela Escola Normal, substituindo-se uma mão de obra leiga por outra escolarizada, considerada mais capaz de educar.

A substituição da mão de obra leiga por uma de melhor formação pode ser observada na Mensagem Governamental de 1909, sob a autoria do governador Anízio Auto de Abreu<sup>254</sup> à Câmara Legislativa. O governador em sua mensagem destaca e defende a substituição dos leigos pelas professoras mais capacitadas, afirmando que isso não causaria resultados negativos à educação no Piauí.

Não encontro grandes dificuldades em tentarmos a substituição do nosso professorado por outro mais idôneo, competente e capaz. Pouco do que exercem o magistério primário, são nomeados vitaliciamente, de modo que a reforma não empacará com dificuldade dos direitos adquiridos.<sup>255</sup>

Com isso ele deixa evidente que o desejo do poder público é um professorado “mais idôneo, competente e capaz”, podendo considerar como características femininas ser “competente” no ensino primário e que a substituição não causaria problemas diante da pouca quantidade de professores nomeados de forma vitalícia, assim cabendo ao Estado manter financeiramente professores fora do ambiente escolar.

E no ano de 1910, no governo de Antonino Freire<sup>256</sup>, aconteceu a defesa do uso da mão de obra feminina, evidenciando não somente as vantagens para o ensino como a sua

---

<sup>253</sup> PEREIRA, 1996. p.52

<sup>254</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1909.

<sup>255</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1909, p.28.

<sup>256</sup> Id., 1909.

aptidão das mulheres com o público infantil, como também a possibilidade do poder público pagar um valor menor por sua atuação no ensino, assim:

O regulamento estabeleceu ainda a preferência do elemento feminino para o professorado primário.

Duas razões principais atuaram no meu espírito para semelhante preferência. A primeira e a mais poderosa foi a natural aptidão da mulher para o desempenho daquelas funções. Mais afetiva do que o homem, ela está, por isso, muito mais apta para ensinar crianças e acompanhar-lhe os primeiros albos da inteligência.

A segunda razão foi a exiguidade dos vencimentos que o Estado oferece aos professores. Com a carestia atual da vida, é absurdo pensar em obter preceptores dedicados ao magistério, pagando os míseros ordenados do orçamento. A mulher, porém, mais fácil de contentar e mais resignada, e quase sempre assistida pelo marido, pai ou irmão, poderá aceitar o professorado e desempenhá-lo com assiduidade e dedicação, não obstante a parcimônia da retribuição dos seus serviços.<sup>257</sup>

A natural aptidão feminina para o desenvolvimento de tais funções como foi colocado na Mensagem se daria pela percepção biológica e natural de suas funções de mulher e de mãe perante a criança, que seria reconhecida como filho ao qual caberia à professora dedicar-se. Assim a função feminina no ambiente escolar não seria apenas a de instruir, como o mestre-escola ou professor, mas de tornar as crianças uma extensão de sua família onde a educação se daria por amor.

Além da justificativa da mão de obra feminina diante da sua “competência”, o governador coloca que seria de grande vantagem ao estado usá-la, pois se pagaria um pequeno valor às mulheres, por serem dependentes de seus membros familiares. O valor recebido não significaria a sua principal fonte de sustento familiar

Os homens recorriam à função de professor como algo temporário, que não seria a sua primeira escolha profissional, diante das péssimas condições de ensino e dos baixos valores pagos pelos seus serviços. Dessa maneira a função de ensinar era tida mais como uma opção para manter financeiramente as condições de vida do que aptidão ou amor ao ensino, algo que foi colocado como característica feminina.

A inserção das mulheres na educação primária veio junto com as mudanças pedagógicas provocadas pela Escola Normal, que estava se constituindo na Europa e adentrou no Brasil, algo que também chegou ao Piauí. Assim essas mulheres adentraram na educação diante das ideias de que eram aptas ao tratamento com as crianças nas escolas primárias. Além disso também foi defendida a atuação delas ao justificar que elas não fariam uso de

---

<sup>257</sup> ESTADO PIAUÍ, 1910, p.27.



castigos físicos ou punições físicas com seus alunos, dedicando-se a uma educação baseada no amor materno.

Essas práticas de violências na educação são advindas da cultura escravocrata de violência do dominante sobre o dominado e das imposições cotidianas dos conflitos em solo brasileiro, assim indica Cynthia Greive Veiga<sup>258</sup> que

A cultura de autoritarismo que se instalou no Brasil desde os tempos coloniais permanecia, sendo a disciplina ainda exercida pela pedagogia de fora para dentro. A condição de infância, por sua vez, adquiriu outra visibilidade, ao longo das décadas, o Estado, através da ação dos mestres, fixou a sua autoridade na educação das crianças. Num lento deslocamento, a escolarização das crianças produziu alterações na condição de sua infância pautadas pelas suas atitudes e comportamentos, seja através do medo, do constrangimento, ou do elogio público<sup>259</sup>.

Dessa maneira, é possível observar que relação do professor com o aluno passou por mudanças diante da maneira de ensinar na qual o “castigo físico é proibitivo”<sup>260</sup>, sendo mais um atrativo quanto à atuação das professoras nas escolas do interior. Assim, a população e os alunos se sentiam mais atraídos pela atuação delas, diante dos novos métodos de ensino. Há registros das ações dos professores na construção da proibição dos castigos físicos, sob a tutela do Estado. Segundo Antônio Sampaio Pereira,

Quando o governo havia mandando a professora, foi logo recomendado que na escola dele não havia palmatória, nem tão pouco era para se bater em filho alheio. Em vez de mal tratos e duros castigos, a meninada devia ser mandada para o meio da rua, para os folguedos do recreio, onde ficavam soltinhos da silva, pulando e metendo de cabeça, como porco brincando com palha, adivinhando chuva.<sup>261</sup>

Com isso ao homem se destina uma imagem de poder e às mulher uma imagem de bondade e negação das ações tidas como masculinas, onde o ensino não era respaldado pela pedagogia e conhecimento de formação profissional para, nesse momento, abrir espaço ao ensino pela forma de educar aprendida na Escola Normal. Dessa maneira, a atuação feminina na educação além de contar com os discursos e ações do poder público diante dela, também

<sup>258</sup> VEIGA, Cynthia Greive. **SENTIMENTOS DE VERGONHA E EMBARAÇO: NOVOS PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA EM MINHAS GERAIS NO SÉCULO XIX.** [s.d.] Disponível em: < <http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/2cpehemg/arq-ind-nome/eixo7/completos/sentimentos-vergonha.pdf> > Acessado em: 13 mai. 2017.

<sup>259</sup> VEIGA, Cynthia Greive. **SENTIMENTOS DE VERGONHA E EMBARAÇO...** [s.d], p. 508.

<sup>260</sup> PEREIRA, 1996.

<sup>261</sup> Id., 1996, p.53

teve apoio da população, dos pais e filhos, que as identificavam como uma oportunidade de ensinar com base na gratuidade, nas formas de se relacionar com a criança, desempenhando o papel que ia muito além do ensino das primeiras letras, chegando à educação com afeto ao aprendiz.

Essa relação passa a ter ligação com a ideia de mãe e educadora que se dedicaria a educar as crianças baseadas no amor e no carinho. Podem-se tomar as indicações de comportamento feminino como uma regra que foi colocada em prática por todas as professoras, pois em sua memória, Genu Moraes<sup>262</sup> coloca em evidência a imagem de sua professora como boa educadora por não bater nos alunos. Registra a lembrança da professora Maria Dina Soares, que se formou na Escola Normal em 1914, nomeada ao cargo de professora da Escola Isolada, destinada ao ensino apenas do sexo masculino, pelo governador Miguel Rosa, além de na década de 1930 ter assumido a direção do Grupo Escolar José Lopes. Genu Moraes destaca a atuação da professora normalista que “ensinava com métodos modernos para aquela época. Jamais usou de castigos físicos, o que era tão comum naquele tempo. Pelo contrário, dava muito carinho, afeto, compreensão e bons exemplos”.<sup>263</sup>

A inserção da mulher na Escola também pode ser evidenciada a partir da experiência de Yayá, tia de Bugyja Britto, que passou a ser educada para sua atuação como normalista a partir de 1920, cuja profissão essa que exerceu durante 15 anos.

Uma providência para tia Yayá ia se tomar: a sua entrada para a Escola Normal, para onde as moças da época estavam acorrendo para a conquista de um título de professora. O tio Pedro tratou dessa providência. Em agosto de 1915 não era mais possível a entrada, de forma que, em 1916 (março) a tia Yayá, depois de um bom exame de admissão, conseguiu aquele objetivo. Estudou apenas 3 meses (outubro, novembro e dezembro de 1915) geografia e aritmética; estas duas disciplinas com a de português faziam partes das matérias para o exame de admissão. Ela vinha do interior (Oeiras) e nunca tivera um aprendizado com método e visado fim; os seus conhecimentos de português eram poucos, aprendidos em casa (Oeiras), mas foi o suficiente para sair-se bem no admissão.

Durante o curso na Normal esforçou-se a ponto de se tornar uma boa aluna; findo o curso em 1919 conseguiu ser nomeada em 1920 (ofereceram-lhe e ela aceitou) para uma cadeira de professora em Marruás (hoje cidade de Porto). Sua mãe acompanha-a e esteve com ela durante 1 ano, ou melhor, até março de 1921. Marruás era uma cidade que ficava à margem direita do Parnaíba, distante de Teresina 40 léguas, rio abaixo.

**À tia Yayá eu devo os meus primeiros conhecimentos de francês. [...] Ela também deu-me algumas e leves explicações de literatura brasileira;**<sup>264</sup>  
(Grifo da pesquisadora)

<sup>262</sup> Id., 1996.

<sup>263</sup> KRUEL, Kenard. **Genu Moraes** – a Mulher e o Tempo. Teresina: Zodíaco, 2015. p. 231.

<sup>264</sup> BRITTO, 1977, p. 71-72

Yayá passou a fazer parte das professoras do estado que atuaram no interior do estado na educação infantil, além de dedicar os seus conhecimentos à educação dos seus membros familiares. Ela passa a ser retratada como uma mulher bondosa que se dedicou ao ensino, teve uma velhice bastante difícil diante dos baixos ordenados pagos pelo poder público por sua aposentadoria.

#### 4.3 CURRÍCULOS DO ENSINO PRIMÁRIO

O ensino destinado às crianças durante as primeiras décadas do século XX ainda estava bastante ligado à instrução de primeiras letras, sendo aos poucos inseridos outros conhecimentos vindos do processo de industrialização, globalização e do desenvolvimento da ciência. No entanto não podemos negar que diante do pouco desenvolvimento do ensino no Piauí, diante das suas dificuldades de expansão e desenvolvimento, em questão estrutural, da falta de mão de obra profissional para educação ou de metodologias o ensino continua muito ligado às iniciativas privadas e individuais. Assim o estado vai tentando delinear suas mudanças aos poucos.

O corpo infantil através das disciplinas escolares é fragmentado para construir um modelo ou imagem do corpo, logo que “tal como a língua, este corpo está submetido a uma gestão social. Obedece a regras, rituais de interação, representações cotidianas. Tem, igualmente, seus excessos relativos a essas regras.”

O corpo infantil passa a ser entendido como mais uma das preocupações vindas com as mudanças do século XX. Esse corpo deveria ser moldado e fortalecido para as possibilidades de conflitos do estado ou do País, cabendo a formação de corpos que pudessem atuar de forma melhorada, e também esse corpo deveria ser educado e higienizado, combater as doenças e as anormalidades para a formação de uma nação forte. Assim como podemos perceber na publicação do jornal *O Monitor* de 1907:

##### Educação Física

O diretor da escola mantida pelo “Centro Proletário”, sr. Gerson Figueiredo, acaba de incluir os exercícios físicos entre as disciplinas ali praticadas. O “Ateneu Piauiense” estabelecerá, obrigatoriamente, os mesmos exercícios, no próximo ano. [...]

Hoje, todavia, prepara-se a criança em todas as boas coisas de instrução, não somente para os prélios da inteligência, mas para a luta contra as forças adversas do meio ambiente. O indivíduo mais forte tem sempre as maiores probabilidades de êxito. Os indivíduos fracos fazem as nações fracas<sup>265</sup>.

No ano de 1910, com as reformas no ensino também aconteceram modificações quanto ao currículo escolar infantil no estado. Sendo distribuídas as disciplinas em 4 séries do ensino primário.

Essa divisão das disciplinas infantis em séries podem ser entendidas como uma forma de controle detalhado e intervenção pontual a cada momento do ensino, assim como coloca Michel Foucault a tratar sobre a ideia de organização do tempo linear no ensino, sendo esse levando a uma percepção de progresso<sup>266</sup>. Assim as disciplinas fragmentadas durante um período de instrução possibilitariam que o poder da professora sobre a infância pudesse se dar em uma maior duração, logo que “o poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle e garante sua utilização”.

Com isso, o currículo foi distribuído com as seguintes disciplinas: leitura, escrita, gramática, caligrafia, aritmética, geometria, geografia geral, geografia do Brasil, noções de ciências físicas e naturais, música, desenho, ginástica, exercícios militares e trabalhos manuais. Essas disciplinas deveriam ser ministradas em quatro anos do curso primário, sendo os alunos divididos por masculino dos 7 aos 14 anos de idade e feminino sendo de 7 aos 12 anos de idade. No entanto, Itamar de Sousa Brito esclarece que essas disciplinas foram difíceis de serem inseridas na educação infantil diante do fracasso da implantação dos grupos escolares<sup>267</sup>.

Na década de 1920, o governo local criou um programa de ensino<sup>268</sup> destinado ao ensino infantil no qual detalha as disciplinas e que metodologias deveriam ser aplicadas nas primeiras classes. Esse programa funciona como um manual de ensino criado pelo poder público local com o interesse de controlar as ações do corpo docente, desde os conteúdos que deveriam ensinar até mesmo como ele deveria se comportar no ambiente escolar e fora dele. Dessa maneira o estado se utiliza das determinações para controlar e criar o corpo docente e os alunos que desejava.

---

<sup>265</sup> **O MONITOR**. Teresina, ano II, n. 50, 10 out. 1907, p.1.

<sup>266</sup> FOUCAULT, 1997, p.157.

<sup>267</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1923, p.50.

<sup>268</sup> ESTADO DO PIAUÍ. **Programa do ensino primário**. Teresina: Tipografia do Piauí, 1927.

As disciplinas determinadas no programa de ensino se destinavam em grande medida à formação do conhecimento científico, moral e cívico, além da higiene. As disciplinas se distribuem nas quatro séries do ensino primário, assim:

A organização estrutural do currículo escolar para os quatro anos do ensino primário têm como objetivo instruir no campo das humanidades e das ciências exatas, assim vale destacar a maior ênfase à valorização que se destina à instrução moral e cívica e também à ginástica, que aparecem em quase todos os anos. Essas disciplinas distribuídas ao longo do currículo tinham como funções a disciplina infantil não apenas no campo do conhecimento, mas também quanto ao corpo e ao gênero, desde o ensinar a caligrafia até a ginástica ou os trabalhos manuais.

A relação da sociedade com a escola possibilitava, como afirma Pedro Vilarinho Castelo Branco<sup>269</sup>, a acentuação das diferenças entre os gêneros, pois as formas de percepção sobre as instruções do masculino e do feminino eram diferentes. Ao primeiro se destinava a formação das primeiras letras e também, muitas vezes, o acesso ao ensino secundário, e raramente ao superior, diferentemente do que acontecia com o segundo ao qual se destinava o meio privado e as instruções para obtenção de um bom desenvolvimento no meio familiar.

O programa especifica como seria a ação do professor diante da infância, ditando normas com vistas ao desenvolvimento do corpo e dos alunos. Um exemplo disso é o ensino da escrita pela disciplina de caligrafia que era direcionada para as formas de grafia das letras e também a maneira como os alunos deveriam se posicionar nas mobílias escolares, assim o programa determina por meio de suas instruções a maneira desejável o modo como os alunos deveriam se comportar e o papel dos professores na obtenção de uma grafia estabelecida como modelo correto e também um corpo moldado pelo poder educacional.

O tipo de caligrafia adotado será o vertical, que apresenta sobre o inclinado algumas vantagens inegáveis; é mais fácil e uniforme, pois há uma única posição para as letras - a perpendicular à pauta, ao passo que as oblíquas compatíveis com a escrita são muito numerosas; é mais legível, assemelhado-se bastante ao tipo de forma; e é mais higiênico, portanto, permitindo ao aluno a posição normal do tronco, evita-lhe deformidades do corpo. [...]

O professor atenderá solícitamente a posição correta do corpo do aluno em relação a carteira, assim como a posição do caderno e ao modo de empunhar o lápis.<sup>270</sup>

---

<sup>269</sup> CASTELO BRANCO, 2008.

<sup>270</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1927. p.5.

A adequação às normas de escrita se configuravam como “mais higiênicas” ao possibilitar que o aluno conservasse uma postura corporal que não provocasse deformidades ao corpo. Isso também pode ser entendido como uma produção de um corpo tido como saudável ao se adequar às normas, garantindo o poder ao professor sobre o mesmo a partir daquilo que o manual lhe impunha, dessa maneira caberia ao professor a função de educar o corpo infantil para o mundo escolar, regendo desde sua postura até o conhecimento.

Era também com o ensino da caligrafia que aconteciam as análises das letras, com intuito de ensinar elementos fundamentais aos alunos para poderem ter uma escrita contínua e uniforme, para isso repetiam cada letra várias vezes, para que também aprendessem a formação das palavras. Dessa maneira, a aula de caligrafia deveria contar com muitos exercícios aos alunos, cabendo ao professor que fosse vigilante para que não descuidasse da posição do aluno à mobília escolar, além da maneira como o mesmo conduzia a caneta<sup>271</sup>, guiando os corpos para um modelo esperado.

Outra disciplina que aparece no programa de ensino primário e tem como finalidade a normatização do corpo infantil era a ginástica que aparece em quase todos os anos das classes primárias, entendida como necessária para que acontecesse o desenvolvimento de uma educação completa. Dessa maneira, a disciplina ganhou espaço nos currículos escolares.

A ginástica faz parte integrante do ensino.

Não há educação completa, quando não se cuida essencialmente do desenvolvimento físico.

Se os cuidados higiênicos preservam o corpo da invasão das moléstias, a ginástica, aumentam-o-lhe o vigor, também favorece a conservação da saúde.

Além de tonificar os órgãos, a ginástica torna o vigor ágil e flexível, e os movimentos graciosos.

Mas, para que preencham o fim a que se destinam os exercícios físicos deverão ser dados diariamente, durante cinco ou dez minutos, de preferência, pela manhã, ou quando professor verificar a necessidade de movimento por parte dos alunos, isto é, quando se mostrarem desatentos ou inquietos. Nessas ocasiões, convém empregar exercícios de marcha e ginástica, mesmo fora dos que se acham consignadas no horário.<sup>272</sup>

Como é possível observar, a ginástica aparece no ambiente escolar como outra forma de cuidar do corpo que não seja igual aos cuidados higiênicos, pois estes teriam como função preservar a invasão de doenças nos corpos dos alunos, já a outra teria a função de construção de corpos saudáveis, ao aumentar seu vigor.

---

<sup>271</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1927 p.5

<sup>272</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1927 p.5.

Assim a ginástica deveria ser percebida como um mecanismo de construção de corpos desejáveis, algo que seria conquistado a partir do estabelecimento da prática diária que deveria acontecer no momento em que os alunos se mostrassem inquietos perante o professor.

A disciplina de ginástica ganha espaço nos currículos escolares, ela era fundamental ao desenvolvimento físico das crianças, como também lhes oferecia saúde e força, além de prazer ao praticar exercícios físicos através dessa disciplina, assim no manual fica estabelecida a ginástica sueca<sup>273</sup>, o uso de brinquedos e de jogos.

Entre os exercícios físicos mais favorecidos ao desenvolvimento normal das crianças, salientam-se os brinquedos ou jogos, ginásticos a que se entregam com extraordinário prazer.

Basta estudarmos um pouco a natureza da criança, para nos convenceremos de que o brinquedo lhe é tão necessário irresistível necessidade de movimento e um instinto indispensável à saúde, à força e à formação simplista de seu ser. Além disso, o jogo ou brinquedo é, para a criança a primeira escola da vida social, e nesses momentos de liberdade que ela aprende a viver com seus semelhantes, que se forma o seu caráter e adquire as qualidades necessárias ao convívio social.<sup>274</sup>

Entre as diferentes atividades de educação física, o Programa destaca como mais apropriado às crianças, a ginástica sueca, que poderia ser executada sem aparelhos e visava ao desenvolvimento harmônico e regular de todos “os órgãos”. Constava essencialmente de 25 exercícios de flexão, extensão e rotação da cabeça, do tronco e dos membros, os quais os professores precisavam conhecer para poder os ensinar de modo racional e metódico, além das corridas de velocidade que não deveriam exceder a distância de 70 metros, como também os jogos escolares de cabra-cega, chicote queimado e outros que poderiam ser indicados pelos próprios alunos.<sup>275</sup>

Diante das necessidades estruturais do ensino piauiense existiam poucas salas de aulas escolares e ausência, muitas vezes, de mobiliário necessário para que se praticassem os exercícios, sendo aconselhada a prática dos exercícios ao ar livre, no pátio de recreio com o intuito de que houvesse no aluno a noção de liberdade juntamente com a prática de atividade física, no entanto sempre contando com a vigilância de um instrutor que classificaria os movimentos em corretos e errados.<sup>276</sup> Essa vigilância seria feita pelo professor que determinaria que exercício seria praticado, exercendo sua função de educador e o seu poder sobre os alunos e o desenvolvimento da disciplina.

---

<sup>273</sup> Id., 1927.

<sup>274</sup> Id., 1927, p 16-17

<sup>275</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1927.

<sup>276</sup> Id., 1927.

No Programa havia as recomendações da disciplina de ginástica. Determinava-se que fossem excluídos os exercícios feitos em ginásios, porque a ginástica, tal como deveria e poderia ser praticada pelas crianças das escolas locais, não exigia o uso de aparelhos. O Programa ainda defendia que nos primeiros anos de idade infantil, os aparelhos seriam mais nocivos do que úteis, devido à falta de estrutura corporal resistente dos alunos, não devendo assim acontecer os exercícios com grandes esforços físicos. Isso mostra uma compreensão de um corpo infantil frágil e que necessitava de cuidados, além de sua valorização como sujeito social.

Era determinado que, para que as crianças obtivessem agilidade e um desenvolvimento satisfatório às forças musculares eram necessárias práticas de jogos livres, marchas, saltos, corridas e movimentos onde acontecesse a movimentação do corpo a partir do método sueco<sup>277</sup>. Essa determinação da ginástica pelo Estado mostra o controle dos corpos a partir de perspectivas ideais.

Como maneira de educação do corpo também foi criada a disciplina de trabalhos manuais, que, assim como a ginástica, também fazia parte do currículo das normalistas. Essa disciplina tinha o intuito de possibilitar a criação de habilidades manuais tanto para as meninas como para os meninos, acontecendo, por diversas vezes a diferenciação de gênero no desempenho das atividades.

Esses trabalhos se destinam a desembaraçar os dedos das crianças, a dar-lhes destreza e habilidade manual.

Consistirão, no 1º ano, em exercícios variados de dobraduras e tecelagem, acrescentando para meninas - exercícios sobre os primeiros elementos de costura e crochê.

Será conveniente iniciar os trabalhos de dobradura com papel de inferior qualidade (papel de embrulho, de jornal, etc) e utilizar, para esse fim, até as folhas dos "borrões" de trabalhos gráficos.

Os pontos de agulha serão aprendidos em tecidos grossos de algodão e aplicados em pequenas peças (um lenço, por exemplo)

Durante essas aulas é preciso que toda classe trabalhe e que as lições sejam, tanto quanto possível, coletivas.

Nas classes mistas, também os meninos devem praticar os trabalhos manuais, para que se não conservem, a esse respeito, em posição de inferioridade, em confronto com as meninas.<sup>278</sup>

O fragmento anterior evidencia que a educação infantil nas escolas primárias públicas onde os aprendizados de costura e bordado que foi direcionados para o público feminino, agora

---

<sup>277</sup> Id., 1927.

<sup>278</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1927, p. 15-16.



começa a fazer parte também do ensino para o masculino, como uma maneira de não criar uma imagem de inferioridade nos meninos.

Diante dessas recomendações do Programa de ensino, é possível perceber que o ensino dos trabalhos manuais se destinava, quando necessário, ao ensino de criação de utensílios e objetos presentes no cotidiano, possibilitando uma destinação ao que fosse aprendido, em especial quando se tinha como alunos as meninas, onde se dava o ensino de trabalhos como as práticas de costura e de crochê.

O Programa também defende o uso de exemplos que pudessem ser entendidos pelos alunos, assim foi possível que se inserisse o cotidiano. Esse manual de ensino primário de 1927 determinava que o ensino se destinasse a práticas do cotidiano, não apenas a teorias e conceitos que não poderiam ser aplicados no dia a dia dos alunos.

A respeito de cada número serão apresentados pelo mestre ou formados pelos alunos numerosos problemas para serem resolvidos, a princípio, oralmente e depois, por escrito, cujos assuntos se relacionem com o meio em que vivem as crianças, com os trabalhos da estação, com a profissão dos pais, e nos quais aprendam úteis noções sobre o valor do trabalho diário ou o preço real das coisas usuais e dos gêneros alimentícios.<sup>279</sup>

A proposta de articular a escrita e a leitura ao cotidiano, ao fazer com que os alunos resolvessem os problemas das duas maneiras, conduzindo-os a duas formas de aprendizado, a partir de assuntos que pudessem se relacionar com o seu cotidiano, tinha o intuito de que o aprendizado fosse facilitado a partir da comparação e da inserção do que foi aprendido com o que eles vivem. Esse tipo de ensino passaria a ser diferente do modelo que era anteriormente seguido pelo mestre ao ensinar conhecimentos que não eram aplicáveis à vida real, tal como uma grande gama de conhecimentos em matemática.

Esses conhecimentos obtidos na escola que tinham a função de inserir o conhecimento de acordo com o cotidiano do aluno ao despertar a sua imaginação para tal e também usar informações conhecidas por ele, como os preços de coisas usuais. O ensino de história não fugia desse modelo de ensino que estava planejado para a criança, pois se destinava, muitas vezes, à percepção e à imaginação do aluno diante do conhecimento que o professor lhe passaria.<sup>280</sup>

Ao narrar um acontecimento, ao descrever um cenário, ao apresentar um personagem, tão firmes devem ser os traços, tão vivas as tintas, tão

---

<sup>279</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1927, p.8-9.

<sup>280</sup> Id., 1927

expressivas as frases – que a criança deve ter por momentos a ilusão de que o professor viu aquela cena, contemplou aquela paisagem, conheceu de perto aquele vulto histórico.<sup>281</sup>

Com isso o ensino de história sairia do aprendizado de datas de fatos a uma interpretação do professor diante do que deveria ser ensinado, cabendo a esse o domínio do conhecimento que seria colocado à classe, desde o que ensinar e como ensinar. Assim ao aluno se destinaria um conhecimento ressignificado pelo educador e o aprendizado para além dos fatos, uma história que entraria no campo do imaginário.

Além disso, no ensino de história também caberia ao professor explicar a criança o lugar onde ela nasceu e os demais integrantes de sua família, pois o ensino da história local serviria para que o aluno tivesse conhecimento dos lugares que faziam parte de sua história de vida, como a casa paterna, a cidade, a vila ou o bairro, Estado e Nação.<sup>282</sup> Assim seria criada uma noção de pertencimento e identidade com a nação e o local onde residia. Isso proporcionaria uma adoção das ideias de nação brasileira que tanto se desejava incorporar na população, algo que não seria diferente com a infância, que seria mais fácil de moldar no ambiente escolar, formando um grupo padronizado em seus conhecimentos e sentimentos pelo Brasil e pelo Estado.

As disciplinas escolares tem como função “colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa”<sup>283</sup>, logo que elas se enquadram com o contexto em que estão inseridas. Assim pode-se perceber as disciplinas referentes a criação de pertencimento a nação e ao estado, como as de história do Brasil e do Piauí.

Dessa maneira, o programa de ensino que deveria ser adotado nas classes do ensino primário também se refere ao ensino da história do Estado do Piauí na disciplina história, que se configuraria como um momento no qual o aluno teria uma noção sobre o Estado, indispensável para que o mesmo pudesse criar um sentimento, um vínculo com o lugar, além de também proporcionar a compreensão da história nacional e a formação do culto à Pátria, criando o patriotismo nas crianças.

O ensino infantil, através das disciplinas e da atuação do professor, tinha como um dos seus objetivos, além de educar o corpo, os comportamentos e o físico, a criação de identificação com uma nação que estava sendo construída nas primeiras décadas do século XX. Isso se deu a partir das disciplinas escolares de história e de geografia, que ensinavam os

---

<sup>281</sup> Id., 1927

<sup>282</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1927

<sup>283</sup> CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & educação, n.2, p. 177-229, 1990.

conceitos de nação e Estado. Além disso, a atuação do professor como meio de criação do sentimento foi essencial, pois ele fornecia o uso de ideias criativas como formação de contos imaginários sobre o Brasil, os fatos e personagens históricos e ensinava o hino nacional e a contemplação à bandeira nacional.<sup>284</sup>

Outra disciplina que também merece destaque nesse currículo proposto pelo poder público do Estado é a de Instrução Moral e Cívica, que estava presente em todos os anos do ensino primário. Essa era defendida nos currículos escolares para criar cidadãos e ensinar o respeito mútuo, para que os alunos incorporassem a civilidade.

O ensino desta disciplina deve constituir assunto das lições de linguagem. A educação moral não é matéria do programa, propriamente dito; é trabalho do professor em todas as aulas e a todo o momento - é a disciplina escolar baseada na afeição e no respeito mútuo. Desde que o professor tenha conseguido em sua classe uma boa disciplina, sem prêmios e sem punições, despertando no espírito das crianças a noção de responsabilidade e dever, desenvolvendo os pendores nobres - terá conseguido uma boa educação moral, nos limites a que pode chegar a sua ação.<sup>285</sup>

Essa disciplina se destinava ao ensino da moralidade diferentemente daquela colocada pela Igreja às crianças, nos primeiros anos do século XX, que se daria pela fé católica. Nesse momento, isso aconteceria diante da imagem do professor que ensinaria em todas as aulas o respeito e a afeição entre todos da classe, seja do sexo masculino, seja do feminino. Acontecendo o abandono de punições ou de gratificações aos alunos, algo que era comum na figura do mestre-escola, fazendo os alunos compreender os suas responsabilidades e deveres, criando no corpo infantil uma percepção do que seria algo iminente de uma boa educação moral.

Maria Galuch destaca que as disciplinas morais e cívicas serviriam para a formação do cidadão ideal, criando uma harmonização social, existiriam finalidades sócio-políticas na pedagogia destinada ao ensino infantil, criando cidadãos capazes de se doarem pelo um bem maior que era a nação, em vez de apenas o benefício próprio<sup>286</sup>.

Esse manual de ensino também insistia no ensino de instrução Moral e Cívica nas classes primárias, cabendo ao professor, além do papel de educador, também o de exemplo a ser seguido por seus alunos e pela sociedade, logo se

---

<sup>284</sup> Id., 1927

<sup>285</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1927

<sup>286</sup> GALUCH, Maria Terezinha Bellanda. Sobre as finalidades das disciplinas escolares: o ensino de ciências na escola pública do século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 17, p. 24-32, mar. 2003.

Tivessem todos os professores preocupação educativa, acreditassem todos na influência poderosa do caráter forte e reto, que todos seriam ou procurariam ser os mais perfeitos modelos de imitação, e a sociedade se reformaria pela escola.<sup>287</sup>

Descreve-se, no programa, o modo como o professor deveria agir em classe e em outros ambientes exteriores à escola, lugares onde ele poderia ser observado. Os seus ensinamentos morais e cívicos deveriam condizer com os seus comportamentos com o objetivo de que o aluno não viesse a contestar os seus ensinamentos, seguindo-os com hesitação. Com isso, para que ocorresse a forma correta do ensino de instrução Moral e Cívica era exigido, pelo Programa, que o aluno tivesse um caderno de anotações onde o mesmo pudesse registrar diariamente as suas ações, para que assim, ao analisar o fato, pudesse atribuir os valores como boas ou más.

Além dessa atividade de anotação, para que também se tivesse uma educação sob os moldes da moralidade e civilidade eram determinadas como atividades as recitações de trechos morais e cívicos para alunos, tendo como exemplificações momentos e acontecimentos ocorridos na escola e também na cidade. Com isso os professores deveriam contar histórias com conteúdos morais, narradas sempre de forma clara ao entendimento do aluno, os quais deveriam incluir os conhecimentos obtidos nas ações cotidianas.<sup>288</sup>

De acordo com o Programa, a instrução Moral e Cívica deveria visar antes de tudo à “educação do caráter e do coração”<sup>289</sup>, cabendo ao professor mostrar que caminhos deveriam ser seguidos para a obtenção dessa educação da melhor forma possível. O mesmo programa tinha como pedagogia o amor, pois afirmava que era mais pelo coração do que pela razão que as crianças deveriam ser educadas, para pode-se conquistá-las. E assim a eficácia desse ensino se dava através do papel do professor, pois o mesmo tinha a função de ser vigilante, por serem seus alunos dotados de inteligência para verem as contradições do ensino.

Com isso o manual destinado à educação visava controlar tanto os corpos dos professores que deveriam se resguardar e praticar ações que fossem de acordo com o prestígio social que tinham e também os corpos infantis que tomariam como modelo os dos educadores, sendo guiados pela moral e pelas condutas sociais deles.

Dessa maneira, o ensino obtido no ambiente escolar não deveria se limitar a fornecer apenas os conhecimentos científicos, e nem tão pouco apenas criar cidadãos que se

---

<sup>287</sup> Id., 1927

<sup>288</sup> ESTADO DO PIAUÍ, 1927.

<sup>289</sup> Id., 1927.

identificassem com a história e os ideais de uma nação, mas deveria nesse período se destinar também à formação de alunos que pudessem pensar por si mesmos e compreender aquilo que lhe ensinavam. Esse ensino possibilitaria, antes de tudo, a sobrevivência e manutenção desses cidadãos no meio social, no qual conseguiriam se perceber como sujeitos atuantes.

Diante das novas formas de educar a infância nas primeiras décadas do século XX, foi possível perceber o desejo e o empenho do poder público para que acontecesse o desenvolvimento do ensino pelo Piauí, criando assim medidas que possibilitassem a educação não apenas intelectual, mas também moral, cívica e física. Eles articulavam escola, pedagogia e corpo.

#### 4.4 A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA, A INFÂNCIA E O CORPO INFANTIL

As normalistas foram instruídas para a produção de uma infância desejada pelo poder público estadual e pelos intelectuais. Diante da memória de Carlos Monteiro, podem-se indicar algumas particularidades sobre a vida escolar da criança ainda nas primeiras décadas do século XX, em Teresina. Durante sua infância cursou o primeiro ano do ensino primário no Grupo Escolar Fenelon Castelo Branco, de União e logo em seguida ingressaria no primário, na Escola Modelo, na capital do Estado.<sup>290</sup>

Sua mãe atuava como professora formada na Escola Normal, contratada pelo Estado para atuar nas escolas primárias públicas, ela já tinha percorrido o interior do Piauí como diretora escolar na cidade de União. Nesse momento é contratada para prestar seus serviços no Grupo Escolar Mathias Olympio, no bairro Por Enquanto, em Teresina. Mesmo com sua atuação em uma escola primária, fez com que seu filho, ainda na infância, fosse matriculado na Escola Modelo, uma referência no ensino, já que era um espaço onde aconteciam as ações das normalistas, escola considerada de alto padrão de ensino.

Essa escolha, além do fato de ser a Escola Modelo o local onde aconteciam as aulas práticas das normalistas, era também um espaço de estratificação social, pois a maioria dos alunos que lá eram matriculados pertenciam às classes sociais elitistas, algo que não acontecia no Grupo Escolar Mathias Olympio que se encontrava na periferia da cidade e contava com

---

<sup>290</sup> MONTEIRO, Carlos. **Rua da glória 4**. Teresina: EDUFPI, 2015. p.39

um ensino destinado às crianças pobres. Além do mais, a escolha pela Escola Modelo tinha motivações tanto pelo respaldo que a instituição tinha perante a sociedade e os desenvolvimentos educacionais, como pela atuação da professora normalista D. Adelaide Fontenelle, que lecionava a disciplina de matemática para o ensino primário no ano de 1935 e também era professora da Escola Normal.

Carlos Monteiro nos revela que a escola em que vai adentrar no segundo ano do ensino primário era reconhecida como a melhor escola de ensino infantil na capital, além de colocar as questões que a permeavam e se tornaram presentes na constituição da infância do mesmo. Primeiramente como forma de adequação à nova escola, foi necessário um corte de cabelo novo, diferente do que já era acostumado.

Mas antes do início das aulas eu teria que cortar o cabelo. Não deveria mais continuar com o corte à inglesa ou “à pajem”, compridos até quase tocar nos ombros. Mas o corte não seria radical. Haveria a transição por meio daquele dito “à demi”, ou seja, cortado atrás, com o cangote raspado, mas conservando mechas sobre as orelhas e mantendo a franja.<sup>291</sup>

Essa descrição da necessidade do corte de cabelo para o ingresso na escola pública vinculada à Escola Normal faz perceber quanto era cheio de normatizações o ensino e os corpos infantis, onde um corte de cabelo diferenciaria as crianças que estavam sendo educadas em uma instituição das demais crianças que estariam em outras escolas públicas da capital ou daquelas que não estavam sendo normatizadas pelo ensino. Essa passagem de memória do Carlos Monteiro ainda nos coloca que aos 7 anos de idade, esse tipo de adequação era “o sacrifício da operação no barbeiro”<sup>292</sup>, algo que se pode entender como um momento que requeria dedicação do barbeiro para atingir a perfeição do corte de cabelo tal qual era exigido.

Além da preparação física do aluno como ele mesmo coloca, também existia a compra do fardamento e dos materiais necessário como pasta de couro, pena, caixas de lápis de cor na qual “tudo era arrumado num ritual excitante que aumentava com a compra dos livros e cadernos”<sup>293</sup>. Esse tipo de preparação para as aulas intensifica a seleção dos alunos que seriam contemplados pela educação na Escola Modelo por exigir um custo elevado para aquisição tanto do uniforme como do material que seria usado nas aulas. Dessa forma, poucos alunos de poucos recursos financeiros estudaram na escola, como aponta Carlos Monteiro ao falar de

---

<sup>291</sup> MONTEIRO, 2015. p.40.

<sup>292</sup> MONTEIRO, 2015. P.40

<sup>293</sup> Id., 2015. P 41

uma menina de sua classe que escondia dos demais alunos a real condição financeira de sua família, propagando inverdades que moraria em uma bela casa da cidade, quando na verdade morava em uma palhoça.<sup>294</sup>

Outra marca da escola na infância seria o fardamento do ensino público estadual composto de calças e saias azul marinho e uma blusa branca com uma gravatinha azul feita com o mesmo tecido usado para a confecção da parte inferior do uniforme, que marcaria por listas horizontais de tecido a série cursada pelo aluno e no bolso da blusa do lado esquerdo teria o monograma ou as iniciais referentes ao grupo escolar do mesmo.<sup>295</sup> Esse fardamento padronizaria os alunos no ambiente escolar, possibilitando uma uniformização e controle de sua vestimenta que seria aceitável na escola, assim dificultando a possibilidade de um aluno se destacar por sua singularidade ao moldar o corpo através do que era vestido.

A preocupação com o fardamento necessário para a uniformização dos alunos não seria apenas uma característica das escolas da cidade de Teresina nas primeiras décadas do século XX, mas também se faria presente nas cidades do interior, assim como esclarece Leônidas Mello ao mostrar como se deu a preparação do seu ingresso ao mundo das letras na casa do mestre-escola Freitas.

Avistei sobre o balcão duas cartas de A B C, o que me deu tranquilidade.

Papai disse então:

- É tempo de começar vida nova. Amanhã vou fazer entrega dos dois ao mestre Freitas. Na hora do café já devem estar metidos nas roupas da escola. Quando eu sair pra feira me acompanharão e eu tocarei na escola para deixá-los lá. Aqui estão as cartas de A B C, um para cada. Estão cientes?

- Sim sinhô, respondi

- Sim sinhô, disse Zuza.

- Pois estão avisados. Podem voltar.

Saímos à procura de mamãe, irradiantes de contentamento.

- Mamãe é amanhã o dia da escola.

- Eu já sabia, meu filho. Vocês devem acordar cedo, lavar bem o rosto, as mãos, os pés e pentear o cabelo. Todo dia devem fazer isso. A gente deve ir para escola com o corpo e a roupa bem limpinha.

De noite eu ponho a roupa, em cima de uma cadeira, perto da sua rede.

- E os chinelos novos também.

- As roupinhas do Zuza ele já levou.

- Levei, sim senhora, disse Zuza. Mamãe guardou. Está tudo guardadinho<sup>296</sup>.

A uniformização e a preocupação com o corpo diante da higienização passaram a fazer parte do cotidiano infantil no ambiente doméstico ou na escola, pela atuação tanto de seus

<sup>294</sup> Id., 2015. P. 45-46

<sup>295</sup> Id., 2015. P.50

<sup>296</sup> MELO, Leônidas de Castro. **Trechos do meu caminho**. Teresina: COMEPI, 1976, p. 63.

familiares como de suas professoras, através do trabalho com as disciplinas que se destinavam ao corpo.

Assim a escola passa a ser um local de sociabilidade da infância que deixa o ambiente familiar para conviver com um modelo de ensino que passaria a reger seus comportamentos, onde também teria a convivência com outras crianças e com os adultos que não fossem necessariamente pertencentes ao seu grupo familiar. Assim a escola é perpassada por vivências novas de um corpo que está em pleno desenvolvimento e processo de disciplinarização, onde os espaços devem ser adequados, as normas e os sujeitos que nela estariam atuando.

Essas relações nem sempre aconteciam de forma pacífica, os alunos acabavam por se envolverem em momentos conflituosos seja dentro da sala de aula ou fora dela, onde aconteciam brigas verbais e corporais e até mesmo criação de grupos de alunos que se uniam para obrigarem por questões algumas vezes de pertencimento dos mesmos a escolas diferentes. Assim as escolas e os ambientes próximos a elas acabaram sendo palco de brigas que fugiam do controle das normas de comportamento desejado pela educação. Às vezes não havendo o controle dos comportamentos pelos educadores, como forma de solucionar os conflitos e evitar futuros desentendimentos entre os alunos, acabavam por aplicar medidas de punições.<sup>297</sup>

Dessa maneira, a escola ao impor um modelo de fardamento e de corpo desejado faz com que a criança desenvolva um modelo de comportamento destinado ao meio escolar, assim garantindo uma padronização de relações com a educação e com os corpos disciplinados pela leitura, escrita, pelas normas educacionais e também pelo educador.

Outra maneira de organizar a infância na escola primária se dá com o estabelecimento de um horário de entrada, entre as 6h30min e as 7h da manhã e a saída se dá no intervalo das 11h às 11h30min. Esse estabelecimento de um horário próprio para a escola modificar as relações da sociedade local com o tempo, pois seria destinado um horário específico no qual caberia às famílias, aos alunos e aos educadores irem à escola, o deslocamento pela cidade para chegar até o estabelecimento educacional, os horários para as atividades educacionais como as disciplinas e também o momento de saída das escolas.

A escola e os seus tempos fazem com que as modificações nas relações sociais na cidade aconteçam, no ambiente privado ou no público, pois a família modifica sua forma de percepção do tempo a partir do tempo escolar, moldando não apenas as crianças mas todos os

---

<sup>297</sup> MONTEIRO, 2015. P 44



integrantes do núcleo familiar. Já a cidade se encontrar em um grande fluxo de pais, crianças, jovens e educadores nos momentos de deslocamento de casa para a escola ou da escola para casa, provocando uma nova configuração aos espaços, como coloca Carlos Monteiro em que “as ruas se enchem de azul e branco, pelas crianças do primário e pelas normalistas”<sup>298</sup>.

A escola apesar de sua característica disciplinadora é percebida como um ambiente gratificante para Carlos Monteiro que a assimila como um dos temas centrais de sua vida, pois nesse ambiente ele não aprendeu apenas informações, mas ensinamentos que moldaram suas atitudes e seus hábitos para toda uma vida.<sup>299</sup> Isso se deu em grande medida pela valorização e carinho que o mesmo dispensava a sua professora Adelaide Fontenelle, que lhe ensinou matemática no ensino primário da Escola Modelo.

Essa professora fazia parte do quadro de docentes da Escola Normal de Teresina no momento em que se destinou ao ensino do infante Carlos. Ela era um modelo de professora dedicada e exigente com o ensino de seus alunos, solteirona, aos 43 anos de idade, ainda morava com os pais. Era “um tanto comedida, discreta, ou pelo menos não tão efusiva ou espalhafatosa quanto algumas professoras”<sup>300</sup>.

Essa imagem da professora Adelaide se configura como uma representação do modelo feminino de educadora que se dedicava ao ensino infantil, aonde abdicava de sua vida pessoal em prol da profissional, onde encararia o ofício de educadora como um sacerdócio e teria os seus alunos como filhos, além de uma postura de descrição que uma mulher educadora deveria ter, sem muitos atributos ou características que a desviassem do papel de educar.

D. Adelaide era uma professora diferente para Carlos Monteiro que tinha tido como professora no primeiro ano do ensino primário a D. Bibi, na cidade de União a qual era alegre e divertida. Assim

D. Adelaide – pessoa comedida e de hábitos moderados e caseiros – era uma mulher abastada. Vestia-se com apuro e distinção, conforme seus costumes, vestidos de linho sempre impecavelmente cuidados. Usava os cabelos lisos e já grisalhos, cortados abaixo das orelhas, sem tocar nos ombros. Não usava pintura. Tinha uma voz firme envolvente, mas com certa facilidade para a rouquidão. Em meio à aula era característico hábito seu recorrer à sua latinha de pastilhas colocada sobre a mesa era afetuosa sem ser piegas. Dava impressão que controlava bem suas emoções evitando os excessos. Era excelente professora, explicando tudo com muita didática, com muita segurança nas matérias, fazendo apropriados comentários paralelos de reforço e não se importando em explicar várias vezes até que os alunos houvessem entendido tudo.

---

<sup>298</sup> Id., 2015. P 50

<sup>299</sup> Id., 2015. P 51

<sup>300</sup> MONTEIRO, 2015. P 41-42

Sentia-se que o magistério era sua vocação, pois o praticava com muito amor e muita dignidade.<sup>301</sup>

Outras referências de mulheres na educação infantil de Carlos Monteiro também existiram durante o seu período de educação na Escola Modelo, como é o caso da diretora do período de 1935 a 1937 que foi D. Nenem Vilhena, que fazia parte das suas relações familiares do mesmo por ser vizinha da casa do seu avô Santídio. D. Nenem se chamava Maria Izabel Gonçalves de Vilhena e era uma famosa poetisa, de grande credibilidade entre os intelectuais locais, por sua sensibilidade, além de conservar uma grande dramaticidade em seus gestos e falas. Ela era uma diretora caracterizada pela sua firmeza na condução da escola, respeitada pelos colegas de trabalho e temida pelas crianças que tinham grande receio de comparecer à diretoria e resolver questões com D. Nenem.

Outras professoras também são lembradas por Carlos Monteiro, como D. Nicota Anna Leonor Burlamaqui, D. Pequena Maria Augusta Rubim, caracterizada por ser alegre e simpática, D. Maria José Chaves e D. Alzira Freitas, que já estavam em idade para aposentadoria, e também as professoras adjuntas da Escola Modelo que substituíam as ausências das professoras em alguma eventualidade para que as crianças não ficassem sem aulas, como Toinha Arêa Leão e Elza Marques.

A convivência com as professoras normalistas fez parte do cotidiano escolar na infância de Carlos Monteiro na Escola Modelo, servir como um ambiente em que as alunas da Escola Normal atuavam na prática do ensino do currículo do curso normal, dessa maneira a atuação das normalistas juntamente com os professores titulares da escola era algo bastante comum onde elas observavam os docentes e os alunos, aprendiam e ajudavam na educação infantil. Com isso

Pelas diferentes classes, revezavam-se grupos de normalistas e as crianças criavam com elas laços de simpatia ou antipatia, amizade ou hostilidade, segundo as circunstâncias. Os momentos das aulas práticas eram teatrais e solenes. As moças, em geral nervosas, preparavam-se para assumir uma aula, para a classe, enfrentando o julgamento dos docentes da Escola Normal para analisar a “vítima”.<sup>302</sup>

Os docentes estavam presentes nas aulas dessas normalistas para controlar e direcionar as maneiras com elas deveriam se empenhar como professoras depois da finalização do curso.

---

<sup>301</sup> Id., 2015. P 42-43

<sup>302</sup> MONTEIRO, 2015, p. 47

As docentes que estavam comandavam as matérias pedagógicas eram D. Antonieta Burlamaqui, D. Esther Couto e D. Quincas Couto, evidenciando uma conquista feminina nos espaços da educação ao ser destinadas ao comando da educação infantil do poder público do Estado.

Essa presença feminina não acontecia apenas na Escola Normal e na Escola Modelo, pois outros grupos escolares da capital também contavam com comando feminino em suas direções, como no caso do Grupo Escolar Abdias Neves sob o comando de D. Áurea Freire; Grupo Escolar Teodoro Pacheco com D. Altina Castello Branco; Grupo Escolar Barão de Gurgueia com D. Olga Baptista e Grupo Escolar João Costa com D. Linoca Castello Branco.

No entanto a atuação feminina no ensino infantil não deve ser tida apenas nos ambientes escolares, mas também nos privados, como é o caso de Maria Dina Ribeiro Soares que além de atuar no ensino público também ensinava em sua residência aos alunos que tinham pretensão de passar do ensino primário para o ginasial.<sup>303</sup> Essa era reconhecida no meio social pela sua beleza, simpatia e sua excelência no ofício de professora, no qual era tida como dedicada e digna, sendo considerada modelo de professora.

Essa prática de ensinar em ambiente privado mesmo sendo funcionária do Estado também era compartilhada por D. Adelaide Fontenelle, a qual com o intuito de não perder horas de aula com atividades paralelas como os trabalhos manuais, fazia os alunos irem até a sua residência para fazer as atividades que não fossem cumpridas no tempo escolar.

Essa relação da professora com os alunos nos indica que o convívio do educador com o alunado não se restringe apenas aos espaços públicos destinados ao ensino, mas também ao cotidiano para além da escola, sendo a casa da professora muitas vezes um prolongamento de suas ações no ensino e de suas relações com os alunos.

A relação das professoras normalistas com os seus alunos também pode ser observada na memória de Buggy Britto, o qual narra a sua experiência no ano de 1916 na cidade de Teresina, onde fazia o ensino primário.

Em fins de 1916 eu fizera na escola pública exame de promoção: do segundo para o terceiro ano. A minha escola (na ocasião a escola estava funcionando provisoriamente na Rua São José) querendo dar realce aos seus exames, convidara, nesse ano, professoras estranhas para serem examinadoras. Eu fui examinado, por exemplo, por uma preceptora antiga da cidade, tida como dedicada ao ensino e competente no seu mister, de nome Joana Abranches Saraiva e que, por sinal, residia perto de nós, ou seja, apenas 3 quarteirões distantes, numa bela e atraente chácara. A Professora Saraiva (ela era tratada como D. Joanhinha) ao terminar meu exame, disse-me: “tu merece um

---

<sup>303</sup> MONTEIRO, 2015, p.48

presente em paga do exame: eu te darei um carneiro para andares. Não gostarias de o receber?”

Eu gostei imensamente da promessa. Antes eu tinha pedido ao meu pai um carneiro para passear – como era comum aos meninos daqueles tempos – mas ele nunca me atendeu. Agora, com a D. Joanhinha, eu vi o sinal claro de obtenção. A prometidora possuía uma fazenda a 40 km de distância, lá para as bandas onde é hoje o município de Altos e tinha se tornado minha amiga depois de ter sido minha examinadora<sup>304</sup>.

Esse tipo de relação evidencia uma nova forma de educar na qual a normalista seria vista como uma pessoa carinhosa e amiga pelos seus alunos, facilitando a relação que deveria desenvolver tanto no ambiente escolar como fora da escola. Dessa maneira, a normalista atuaria na produção moldando o corpo e a alma de seus alunos, como revelam as memórias de Carlos Augusto Monteiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As quatro primeiras décadas do século XX, no Estado do Piauí, a educação passou por significativas mudanças estruturais e metodológicas, apesar das dificuldades econômicas, estruturais, falta de pessoal habilitado para o serviço educacional e também pela construção da importância positiva ao ensino e da disciplinarização diante da educação tanto das mulheres como das crianças. Assim a educação não deve ser percebida apenas como um momento de um sujeito, mas de uma multiplicidade que deve abranger as mulheres e as crianças como principais alvos para o desenvolvimento do ensino no Estado.

O estado foi um importante formador da instrução piauiense no período de estudo deste trabalho. O estado formou e controlou a estrutura escolar, promoveu a formação de um público infantil apto ao ensino, as estruturas físicas e pedagógicas e também a formação de um corpo docente destinado ao ensino primário. Dessa maneira, deve-se destacar que a maioria das mudanças e das transformações proporcionadas pelo poder público, foram paliativas para solucionar questões educacionais e políticas.

O poder público do estado do Piauí, em especial o atuante na cidade de Teresina, possibilitou o desenvolvimento dos ensinos primário e normal. O poder público interviu no

---

<sup>304</sup> Id., 1977, p.169-170.

ensino através de seus discursos e práticas educacionais, discursos esses que traziam a infância como uma fase da vida que deveria ter cuidados em sua manutenção e desenvolvimento, logo que proporcionaria um cidadão que era desejado pela República.

Para isso foram criadas leis e normas de ensino infantil com o objetivo de criar um público educável, ao tentar obrigá-lo a frequentar o ensino primário público e também em dedicar esforços em deslocar a infância como uma fase de aprendizado. Assim foram diversas as tentativas de desenvolvimento de um ensino adequado as modernizações vigentes nas primeiras décadas do século XX, acontecendo algumas mudanças quanto as normas de ensino e um pequeno avanço na quantidade de pessoas alfabetizadas.

Além disso a infância também foi perpassada pelas novidades pedagógicas que perpassavam a sociedades que estava se delineando em Teresina, onde o corpo, os métodos educacionais, os espaços destinados ao ensino e os educadores estavam e ressignificações. Foram definidas formas de educar que atendessem aos padrões educacionais do que se entendia como civilizado, projetando novas edificações escolares, readaptando os locais de ensino, modificando os entendimentos sobre os corpos que deveriam ser educados e dos educadores. Dando, assim, um maior controle ao poder público sobre a educação.

Assim, a educação infantil e a construção da infância foi tributária da ação do poder público, somando-se às ações da Igreja e dos intelectuais locais que destinaram seus interesses na formação de um sujeito que pudesse ser moldado e útil ao estado, saudável e alfabetizado. A criança foi regida por várias forças que desejavam formar cidadãos de acordo com o desempenho positivo que teriam na República.

Além das crianças, as mulheres também foram perpassadas pelas questões educacionais nas primeiras décadas do século XX, sendo elas sujeitos que deveriam ser adequados à educação, desde a inserção de uma educação rudimentar até a normal já que passariam a ocupar o posto do educador infantil de forma institucionalizada. A educação feminina inicialmente seria regida pelas questões familiares, que possibilitariam o desenvolvimento de uma instrução voltada para o ambiente doméstico, sem aprofundamento nos ensinamentos científicos que pudessem se distanciar das representações sobre o feminino.

Com a criação da Escola Normal como um ambiente destinado ao público feminino acontece uma nova ressignificação da educação das mulheres, pois a Escola Normal em Teresina representaria um ambiente de formação do feminino desejado pelo poder público do estado. Às mulheres seriam destinadas a infância tanto masculina como feminina, devendo ensinar sob os moldes dos ensinamentos aprendidos pela instituição normal, ao recebimento de salário baixo e também o controle do estado ao serem controladas em outro ambiente que

não fosse necessariamente o ambiente doméstico, mas conservando as características tidas como naturalmente femininas.

Assim as mulheres passaram a ocupar predominantemente os espaços escolares sob o controle do estado, colocando em ação os aprendizados obtidos na Escola Normal, e também a se utilizarem das possibilidades de atuações no mercado de trabalho e nos meios sociais com os seus papéis de normalistas e professoras. Além do mais os currículos destinados aos ensinamentos das mulheres no curso Normal evidenciam as percepções sobre o feminino e sua instrução, ao serem determinados ensinamentos destinados às atividades especiais e às atividades domésticas e aos cuidados da infância.

A inserção feminina no campo educacional se deu pela Escola Normal, que formou profissionais aptos ao ensino primário, moldados pelos conhecimentos pedagógicos e educacionais. Com isso, às mulheres podem ser entendidas como agentes de ensino pelo estado, as quais foram atribuídas características que consolidaram a educação e o mercado de trabalho, e contribuíram para o desenvolvimento do ensino primário, assim como é destacado ao longo do trabalho.

Além do mais, as normalistas e as professoras foram destacadas a partir de suas inserções na instrução, diante do processo de formação docente pelo ensino normal e também pela crescente substituição do mestre-escola. Dessa maneira, foi possível percebê-las por suas formações profissionais ou pelas representações femininas – docentes, mães, filhas, esposas, angelicais e bondosas - atribuídas a elas na sociedade.

Essa inserção feminina nos espaços de ensino possibilita perceber as representações sobre as mulheres que se destinavam ao magistério primário em qual a sociedade as entendia como docentes que deveriam desempenhar os seus papéis de educadoras moldadas pelas ideias de dedicação total à infância e ao desenvolvimento de uma sociedade desejável através do ensino. Assim essas mulheres deveriam abdicar de suas próprias vidas e vontades para assumirem os desejos do estado que almejava uma sociedade alfabetizada e com traços de civilidade, sendo aptas às questões nacionais.

## **FONTES E REFERÊNCIAS**

- **FONTES**

- ✓ **FONTES PRIMÁRIAS**

### *1.1.1. Jornais*

A INSTRUÇÃO. **O Monitor**. Teresina, ano II, n. 40, 1 de agosto de 1907. p. 1.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PIAUHY. **DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 70, 27 mar. 1913, p.2.

**BORBOLETA**, Teresina, ano I, n. 16, 29 dez 1905.

**BORBOLETA**, Teresina, ano I, n. 16, 29 dez 1905.

BREVES NOÇÕES PEDAGÓGICAS. **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n. 252, 5 nov. 1913.

COLÉGIO 21 DE ABRIL. **Diário do Piauí**. Teresina, Ano I, número 30, 31 de março de 1911. p.1.

COMO DEVE SER. **O Apóstolo**, Teresina, ano I, n.11, 28 jul.1907.

CORREIO DE OEIRAS, Oeiras, ano I, n. 8, 15 maio 1909, p. 6.

DIÁRIO DO PIAUÍ, Teresina, ano I, n. 23, 23 mar.1911, p.1

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 185, 21 nov. 1913.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 185, 27 ago. 1913

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 21, 26 jan. 1913.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 21, 26 jan. 1913.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 23, 28 de janeiro de 1913.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 23, 28 de janeiro de 1913.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 265, 21 nov. 1913.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**, Teresina, ano III, n. 265, 21 nov. 1913.

**DIÁRIO DO PIAUÍ**. Teresina, ano I, n. 10, 14 mar. 1911, p.3.

EMANCIPAÇÃO DA MULHER. **ANDORINHA**, [s.n.], 12 out 1, p. 8.

ESCOLA NORMAL, **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n. 111, 17 mai 1913, p. 2.

ESCOLA NORMAL, **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n. 124, 1º jun 1913, p.3.

INSTITUTO 21 DE ABRIL. **Diário do Piauí**. Teresina, ano I, n. 33, 4 abril 1911.

INSTRUÇÃO PÚBLICA, **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n. 113, 20 mai 1913, p.2.

INSTRUÇÃO PÚBLICA. **Amarante**, Piauí, ano I, n. 4, 31 mai. 1908, p.2.

INSTRUÇÃO PÚBLICA. **Amarante**, Piauí, ano I, n. 4, 31 mai. 1908, p.2.

LYCEU PIAUHYENSE. **Diário do Piauí**. Teresina, Ano I, n. 14, 11 de março de 1911, p.1.

NA ESCOLA NORMAL. **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n. 21, 26 jan. 1913.

NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia 1. **Diário do Piauí**, Teresina, ano 4, n 92, 26 abr. 1914, p 2.

NORMALISTA DE 1912 A. F., **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n.22, 28 jan. 1913, p.2.



NORMALISTA DE 1912 A.P.C.R., **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n. 11, 14 jan 1913, p.2.

NORMALISTA DE 1912 E.S., **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n.34, 11 fev. 1913, p.2.

NORMALISTA DE 1912 I.C.S., **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n.18, 22 jan. 1913, p.1.

NORMALISTA DE 1912 L.C., **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n. 9, 11 jan. 1913, p.2.

NORMALISTA DE 1912 M.G.V., **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n.12, 15 jan. 1913, p.1.

NORMALISTA DE 1912 R.N., **Diário do Piauí**, Teresina, ano III, n. 35, 12 fev. 1913, p.2.

**NORTISTA**, Parnaíba, ano I, n. 24, 15 jun. 1901, p. 4.

**O Apóstolo**, ano I, n. 41, 1 mar. 1908, p.4.

**O MONITOR**, Teresina, ano II, n. 45, 5 set. 1907, p.1-2.

**O MONITOR**, Teresina, ano II, n. 60, 19 dez. 1907.

**O MONITOR**, Teresina, Ano III, n. 62, 2 jan. 1908, p.4.

**O MONITOR**. Teresina, ano II, n. 50, 10 out. 1907, p.1.

**O MONITOR**. Teresina, Ano III, n. 77, 16 de abril de 1908, p.3.

PROFESSORA PARTICULAR. **Borboleta**, Teresina, ano I, n. 16, 29 dez 1905, p.4.

### *1.1.2. Produções do poder público e mensagens*

MELO, Matias Olímpio. **A Instrução Pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

ESTADO DO PIAUÍ. **Código de Leis Piauhenses**. 1910. Decreto nº 434 de 19 de abril de 1910.

ESTADO DO PIAUÍ. **Código de Posturas do Conselho Municipal**. Teresina: Tipografia Paz, 1912.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara dos Deputados pelo Governador Dr. Antônio Freire da Silva**. Teresina: Imprensa Oficial, 1911.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado pelo Governador Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar**. Teresina: Imprensa Oficial, 1918.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado pelo Governador Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar.** Teresina: O Piauí, 1920.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Álvaro de Assis Osório Mendes.** Teresina: Tipografia do Piauí, 1905.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Miguel de Paiva Rosa.** Teresina: Paz, 1913.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar.** Teresina: Imprensa Oficial, 1918.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Presidente Matias Olímpio de Melo.** Teresina, 1926.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. João de Deus Pires Leal.** Teresina: Imprensa Oficial, 1930.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Miguel de Paiva Rosa.** Teresina: Paz, 1913.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Mathias Olympio de Mello.** Teresina: Imprensa Oficial, 1928.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Governador Dr. Anízio Auto de Abreu.** Teresina: Tipografia do Piauí, 1909.

ESTADO DO PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Governador Dr. Anízio Auto de Abreu.** Teresina: Tipografia do Piauí, 1909.

ESTADO DO PIAUÍ. **O ENSINO NORMAL NO PIAUÍ,** Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

ESTADO DO PIAUÍ. **Programa do ensino primário.** Teresina: Tipografia do Piauí, 1927.

ESTADO DO PIAUÍ. **Regulamento Geral de Instrução Pública do Estado do Piauí,** 1910.

### *1.1.3. Leis e Decretos*

BRASIL. **Decreto n.º 3.890,** publicado em 01 de janeiro de 1901, código dos institutos de ensino superior e secundário, 1901.

BRASIL. **Decreto n.º 8.659 a n.º 8.663**, de 05 de abril de 1911. Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental da República, 1911.

BRASIL. **Decreto n.º 11.530**, de 18 de março de 1915. Reorganização do ensino secundário e do superior no Brasil republicano, 1915.

ESTADO DO PIAUÍ, **Código das leis piauheyenses**. 1864. Resolução n.º 565 de 05 de agosto de 1864. Autoriza o presidente da Província criar nesta capital uma escola normal constituída em externato. San' Luiz: Typ. De B. de Mattos, 1865.

ESTADO DO PIAUÍ, **Código das leis piauhyenses**. 1874. Resolução n.º 858 de 11 de julho de 1874. Autoriza o presidente da Província a reformar o Liceu de Therezina. Therezina: Typ. Do Piauhy. 1876.

ESTADO DO PIAUÍ, **Leis e decretos do Estado do Piauhy do anno de 1910**. Lei n.º 548, publicada em 30 de março de 1910. Reforma a instrução pública do estado. Therezina: Imprensa Official – 1910.

ESTADO DO PIAUÍ, **Leis e decretos do Estado do Piauhy do anno de 1910**. Decreto n.º 434, publicado em 19 de abril de 1910. Expede regulamento para a instrução pública do Estado. Therezina: Imprensa Official – 1913.

ESTADO DO PIAUÍ, **Leis e decretos do Estado do Piauhy do anno de 1918**. Decreto n.º 708 de 02 de outubro de 1918. Proposta curricular da Escola Normal Oficial. Therezina: Typ. do <<O Piauhy>>, 1918.

ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 771, de 6 de setembro de 1921. Alterações ao regulamento geral da instrução pública. In: MELO, Matias Olímpio de (org.). **A Instrução Pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922. p. 23-26.

ESTADO DO PIAUÍ. Lei n. 1.027, de 3 de julho de 1922. Aprova o decreto n. 771 do ano passado que reforma a instrução pública do estado com as alterações constantes da presente lei. In: MELO, Matias Olímpio de (org.). **A Instrução Pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.p. 39-41.

ESTADO DO PIAUÍ. Decreto n. 1.139, de 02 de janeiro de 1931. Regulamenta o ensino normal. **Diário Oficial**, Teresina, ano I, n. 5, p. 2-16, 8 jan. 1931.

ESTADO DO PIAUÍ. **Decreto Estadual n.º 1.358 de 02 de março de 1932**. Aprovação dos planos de programa e orientações metodológicas da Escola Normal Oficial. **Diário Oficial**. Therezina, anno II, n. 53, 3 de mar. de 1932.

ESTADO DO PIAUÍ. **Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1933**. Decreto nº 1.438 de 31 de janeiro de 1933. Regulamenta o ensino normal. Teresina: Imprensa Oficial, 1933.

✓ FONTES SECUNDÁRIAS

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BRITTO, Bugyja. **Narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro, 1977. v.1 p. 86

GONÇALVES, L.M. Ribeiro. **Impressões e perspectivas**. Brasília: [s.n.], 1980.p.256

KRUEL, Kenard. **Genu Moraes – a Mulher e o Tempo**. Teresina: Zodíaco, 2015.

MELO, Leônidas de Castro. **Trechos do meu caminho**. Teresina: COMEPI, 1976.

MELO, Matias Olímpio. **A Instrução Pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

MONTEIRO, Carlos. **RUA DA GLÓRIA 1**. Teresina: EDUFPI, 2015.

\_\_\_\_\_. **RUA DA GLÓRIA 4**. Teresina: EDUFPI, 2015.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 28.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)**. Tese (Universidade Federal Fluminense). Rio de Janeiro, 2010, p. 398.

\_\_\_\_\_. **Múltiplas e Singulares: História e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **História e masculinidades: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX**. Teresina: EDUFPI, 2008.

\_\_\_\_\_. **Mulheres Plurais**. 3 ed. Teresina: Edefpi, 2013.

CERTEAU, Michael. **A escrita da história**. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & educação*, n.2, p. 177-229, 1990.

COSTA FILHO, Alcebíades. **A escola do sertão**: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

COSTA, Francisco Humberto Vaz da. **DE RELANCE**: a construção da civilidade em Teresina (1900-1930) [Dissertação]. Teresina: Universidade Federal do Piauí. Mestrado em História do Brasil, 2009.

DIAS, Michelle Araújo. “**ESTÁ EM JOGO UMA QUESTÃO SOCIAL**”: Intelectuais e a instrução no Piauí (1900-1930). 2013. 160f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: J. Zahar, v. 2, 1993.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 24, n.1, São Paulo, Jan./jun. 1998.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no republicano**. 1996. 138f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1996.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

GALUCH, Maria Terezinha Bellanda. Sobre as finalidades das disciplinas escolares: o ensino de ciências na escola pública do século XIX. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 17, p. 24-32, mar. 2003.

GOUVEIA, Maria Cristina Soares de. Tempos de aprender: a produção histórica da idade escolar. **Revista Brasileira de história da educação**, n. 8, j

KUHLMANN JR., Moysés. Raízes da historiografia educacional brasileira (1881-1922). **Cadernos de Pesquisa**, n. 106, março/1999, p. 159-171.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Beneméritos da instrução**: a feminização do magistério primário piauiense. 1996. 242 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre Letras e Bordados**: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949). 2008. 183f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Bondade, substantivo feminino**: esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. História: Questões & Debates, Curitiba, n.59, p. 143-170, jul./dez. 2013. Editora UFPR.

NUNES, Clarice. (DES)ENCANTOS DA MODERNIDADE PEDAGÓGICA In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. FARIA FILHO, Luciano Mendes. VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs) **500 anos de educação no Brasil**, 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, M. I. S.; SOIHET, R. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.

PRETTO, Zuleica; LAGO, Mara C. de S. Reflexões sobre infância e gênero a partir das publicações em revistas feministas brasileiras. **Revista Ártemis**, v. 15, Jan-Jul 2013, p.57.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

\_\_\_\_\_. **A importância da borracha de maníoba na economia do Piauí**: 1900-1920. Teresina: UFPI/APL, 1994.

QUEIROZ, Teresinha. **Educação no Piauí**: 1880-1930. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003)**: reconstruindo uma memória da formação de professores. 2004. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. **História e Identidade**: as narrativas da piauiensidade. Teresina: EDUFPI, 2010.

STEPHANOU, Maria. Saúde pela educação. Escolarização e didatização de saberes médicos na primeira metade do século XX. In: **Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. A invisibilidade dos sujeito da escola n historiografia. **Historia de la educación**. v.9, Buenos Aires, 2008.

\_\_\_\_\_. As crianças na história da educação In: SOUZA, Gisele de. **Educar na infância: perspectivas histórico-sociais**. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. Cultura escrita: representações da criança e o imaginário de infância. Brasil, século XIX. FARIA FILHO, LOPES, Alberto; Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério (org). **Para compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

\_\_\_\_\_. Monopolização do ensino pelo estado e produção da infância escolarizada. X SIMPÓSIO INTERNACIONAL: PROCESSO CIVILIZADOR. **Anais...** Campinas, SP, 2007.

\_\_\_\_\_. **SENTIMENTOS DE VERGONHA E EMBARAÇO...** [s.d].

\_\_\_\_\_. **SENTIMENTOS DE VERGONHA E EMBARAÇO: NOVOS PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DA INFÂNCIA EM MINHAS GERAIS NO SÉCULO XIX**. [s.d.] Disponível em: < [http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/2cpehemg/arq-ind-  
nome/eixo7/completos/sentimentos-vergonha.pdf](http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/2cpehemg/arq-ind-<br/>nome/eixo7/completos/sentimentos-vergonha.pdf) > Acessado em: 13 mai. 2017.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. FARIA FILHO, Luciano Mendes. VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs) **500 anos de educação no Brasil**, 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.



